

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO – PPGEC

MOBILIZANDO O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (PNMNI) -
RJ

SARA SUMIE MURANAKA DE MIRANDA

Rio de Janeiro

2023

SARA SUMIE MURANAKA DE MIRANDA

**MOBILIZANDO O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (PNMNI)
- RJ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. CAMILA MARIA DOS SANTOS MORAES

Rio de Janeiro

2023

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

MM972m Muranaka de Miranda, Sara Sumie
Mobilizando o Parque Natural Municipal de Nova
Iguaçu (PNMNI) - RJ / Sara Sumie Muranaka de
Miranda. -- Rio de Janeiro, 2023.
102

Orientadora: Camila Maria dos Santos Moraes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ecoturismo e Conservação, 2023.

1. Mobilidades. 2. Parque Natural Municipal de
Nova Iguaçu. 3. PNMNI. 4. Ecoturismo. 5. Story Map.
I. Santos Moraes, Camila Maria dos, orient. II.
Titulo.

SARA SUMIE MURANAKA DE MIRANDA

MOBILIZANDO O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (PNMNI)

- RJ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado(a) em: 28 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Presidente, Professora Dra. Camila Maria dos Santos Moraes (UNIRIO)
(Orientadora)

Professora Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO)

Professora Dra. Edileuza Dias de Queiroz (UFRRJ)

Rio de Janeiro
2023

Agradecimentos

À Deus, pelas oportunidades e adversidades ao longo deste caminho.

Para meus amados e queridos André Miranda e Rafael Hideki que compartilham comigo o dia a dia.

À meus pais e familiares pelo apoio, preocupação e carinho.

Ao gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, senhor Edgar José Silva Martins e a todos os funcionários que direta e/ou indiretamente me auxiliaram no decorrer da pesquisa.

Aos amigos da Academia, que fizeram de cada encontro ímpar, me levando a construir não somente outros conhecimentos, como uma rede de afeto por vocês: Ana, Annika, Camila, Bernardo, Hanna, Ítalo, Rafael, Tamires, agradecida!

Ao corpo docente e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEC/UNIRIO). À minha orientadora, professora doutora Camila Maria dos Santos Moraes, que me proporcionou trocas acadêmicas de grande valia para elaboração da pesquisa e vida profissional.

Agradeço também as Professoras doutoras Titulares da Banca de qualificação e de defesa, Edileuza Dias de Queiroz e Maria Amália Silva Alves de Oliveira, por gentilmente cederam e compartilharam seus conhecimentos, atenção e tempo na leitura do meu trabalho, muito obrigada, pois a presença de vocês tornaram esta ocasião, academicamente importante, mais especial.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado versa sobre o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), um parque urbano, com vegetação remanescente de Floresta Tropical Atlântica em bom estado de conservação, relevo acidentado e que protege diversos mananciais hídricos, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, na Região Turística Baixada Verde, na Baixada Fluminense-RJ. O objetivo geral foi mobilizar o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), por via do reconhecimento de seus atrativos, identificando as áreas principais para o Ecoturismo, elencando os elementos centrais de atração do visitante e perfil dos mesmos, por meio de dados obtidos no recurso de avaliação do *Google My Business* e fornecidos pela Gestão do PNMNI, por fim, produção um Story Map do Parque, a partir do conteúdo reunido ao longo da pesquisa. Tendo sido utilizado como arcabouço metodológico: levantamento documental e bibliográfico; pesquisa qualitativa, a partir de pesquisa de campo e métodos móveis (apoiado no Paradigma das Novas Mobilidades) e a utilização dos Formulários, adaptados, do Inventário de Oferta Turística do Ministério do Turismo (INVTUR / MTUR), de Informações Básicas do Município (A1 - Formulário 01) e de Atrativos Naturais (C1 - Formulário 15).

Palavras-chave: Mobilidades; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu; PNMNI; Ecoturismo; *Story Map*.

ABSTRACT

This Master's thesis deals with the Municipal Natural Park of Nova Iguaçu (PNMNI), an urban park, with vegetation remaining from the Atlantic Tropical Forest in good condition, rugged relief and which protects several water sources, located in the Metropolitan Region of the State of Rio de Janeiro, in the Tourist Region Baixada Verde, in Baixada Fluminense-RJ. The general objective was to mobilize the Municipal Natural Park of Nova Iguaçu (MNPNI), through the recognition of its attractions, identifying the main areas for Ecotourism, listing the central elements of attraction for the visitor and their profile, through data obtained in the Google My Business evaluation resource and provided by the PNMNI Management, finally, producing a Story Map of the Park, based on the content gathered throughout the research. Having been used as a methodological framework: documentary and bibliographic survey; qualitative research, based on field research and mobile methods (supported by the Paradigm of New Mobilities) and the use of Forms, adapted, from the Tourism Offer Inventory of the Ministry of Tourism (INVTUR / MTUR), Basic Information of the Municipality (A1 - Form 01) and Natural Attractions (C1 - Form 15).

Keywords: Mobilities; Municipal Natural Park of Nova Iguaçu; PNMNI; Ecotourism; Story Map.

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de proteção ambiental

APEFERJ - Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

CeMoRe - Centre for Mobilities Research

CODENI - Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu

DRM-RJ - Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro

EAE - Educação Ambiental e Ecoturismo

GIG - Aeroporto Internacional Tom Jobim, ou Galeão

IBDF - Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMC - Imobiliária Monte Castelo

INVTUR/MTUR - Inventário de Oferta Turística do Ministério do Turismo

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PI - Proteção Integral

PNM - Paradigma das Novas Mobilidades

PNMNI - Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

RJ – Rio de Janeiro

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMADETUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SDU - Aeroporto Santos Dumont

UC - Unidades de Conservação

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

US - Uso Sustentável

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	21
Resgate Histórico do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) - RJ	
1.1 Localização do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	21
1.2 De Engenho da Cachoeira à Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI)	22
1.3 Décadas de 30 à 70	25
1.4 Década de 80 – O Escândalo do Caso da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB)	29
1.5 Década de 90 – Mata Atlântica decretada como Patrimônio	39
1.6 Da Virada do Milênio à Atualidade – 24 anos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	41
CAPÍTULO II	46
Inventário do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	
2.1 Como Chegar	48
2.2 Infraestrutura de apoio	49
2.3 Infraestrutura	51
2.4 Comunicação	52
2.5 Perfil dos Visitantes	57
2.6 Ações Administrativas	58
2.7 Zoneamento	58
2.8 Atrativos Turísticos	59
2.8.1 Atrativos da Vertente Sul	59
2.8.2 Atrativos da Vertente Norte	64
2.9 Parcerias	67
CAPÍTULO III	72
Story Map: Mobilizando o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	
3.1 <i>Story Map</i> : Mapeando a História	72

3.2 <i>Story Map</i> do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	74
3.2.1 Conhecendo o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	75
3.2.2 Contando a História até se tornar Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	76
3.2.3 Vertente Sul do PNMNI	77
3.2.4 Vertente Norte do PNMNI	84
3.2.5 Projetos e Parcerias	87
4. CONSIDERAÇÕES	90
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) começou a fazer parte da minha história há aproximadamente doze anos, por intermédio da disciplina ministrada pela docente Laura Mendes, no curso de Bacharelado em Turismo, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), passando a visitá-lo com frequência, ora para realizar trabalhos da graduação, ora para lazer.

Apesar de ter nascido e sido criada na Baixada Fluminense, e ter ouvido inúmeras histórias contadas por minha mãe de como era a região, na qual morávamos (São João de Meriti), de como os rios eram próprios para banho e de como se divertia mata a dentro, pouco sabia sobre o território da Baixada Fluminense, como ocorrera sua ocupação e do quanto ainda havia de áreas naturais resguardadas, por meio de Unidades de Conservação, que preservam não somente fauna e flora, mas registros de ocupações diversas, que podem ser utilizados por diversas áreas da ciência, no intuito de contextualizar e aflorar conhecimento.

Compreendendo, ser as Unidades de Conservação (UC) espaços territoriais importantes, com características naturais e recursos ambientais relevantes, com a finalidade de assegurar: a conservação de patrimônio biológico, amostras significativas de populações distintas, habitats e diferentes ecossistemas do território nacional; áreas sujeitas a normas e regras especiais, e que podem ser legalmente criadas por uma das esferas de governo (federal, estadual e municipal), mediante estudos técnicos dos espaços e, quando necessário, sendo realizado consulta à população (Brasil, 2000).

Observa-se ainda, que a implementação de uma Unidade de Conservação, em meio a expansão de um sistema econômico, torna-se uma estratégia de conservação ambiental, objetivando minimizar os impactos sobre o meio ambiente (Richter; Maia; Martins e Rocha, 2019).

Segundo a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, em relação a classificação, as Unidades de Conservação podem pertencer a dois grupos, apresentando em cada um deles, categorias distintas:

- Unidades de Proteção Integral, possui 5 categorias de proteção integral: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre. O principal objetivo deste grupo é a de proteção da natureza, apresentando normas e regras mais restritivas, com apenas o uso indireto dos recursos, podendo ser desenvolvidas atividades de turismo ecológico, recreação em contato com a natureza,

de pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras.

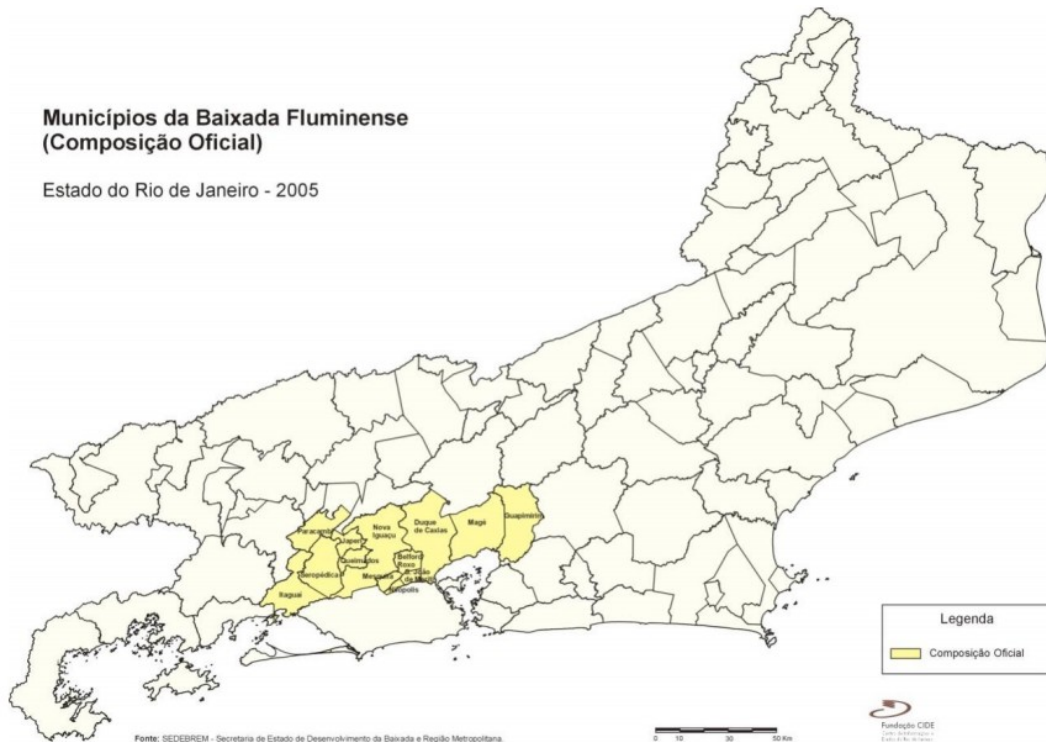
- Unidades de Uso Sustentável, apresenta 7 categorias de uso sustentável: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN). Nestas áreas o objetivo é o de conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, com atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais permitidas, desde que praticadas de uma forma que os recursos ambientais renováveis e os processos ecológicos sejam assegurados.

Diante destas informações, verifica-se que a Unidade de Conservação onde a pesquisa foi realizada, pertence ao grupo de Unidades de Proteção Integral, categoria Parque, tendo sua implantação sido considerada um investimento social e ecológico para Baixada Fluminense, que visou: a proteção da fauna e flora existente, ser uma área de lazer e educação ambiental para a população (Nova Iguaçu, 2001).

Criado pelo Decreto nº 6.001, de 5 de junho de 1998, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), possui uma área de Floresta Tropical Atlântica em bom estado de conservação, relevo bastante acidentado, que protege diversos mananciais hídricos. Localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com área em dois municípios da Baixada Fluminense, de Nova Iguaçu e Mesquita (Nova Iguaçu, 2001).

Dentre os municípios da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu e Duque de Caxias ocupam papel de destaque, sendo indicados, como núcleos da região, por aqueles que pesquisam sobre a Região, assim como sobre os demais municípios, considerados “satélites”: Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, mas não recebendo com frequência as análises e nem mesmo a mesma profundidade, que o “núcleo duro”. As divergências encontram-se nos limites norte, leste e oeste, pois dependendo de alguns dos autores e suas intencionalidades, os municípios de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi podem ser ou não serem inseridos na Baixada Fluminense (Simões, 2006).

Figura 1: Municípios que compõem a Baixada Fluminense



Fonte: Secretaria do Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana *apud* Queiroz (2018)

Nesta representação, visualiza-se a extensão da Baixada Fluminense, marcada em amarelo, composta pelos seguintes municípios: Paracambi, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

No que diz respeito a expressão Baixada Fluminense, conforme Rocha (2014), esta encontra-se associada a uma dimensão material, de acepção geográfica, devido a sua disposição natural e física (relevo) em relação ao nível do mar, composto por planícies costeiras e terrenos resultantes de deltas fluviais. Em termos socioeconômicos, o autor ressaltou, que “(...) evolução espaço-temporal da metrópole fluminense, guiaram olhares sobre esta área, que é classificada comumente como pobre, violenta, lugar de miséria, etc. Esse conjunto de adjetivos compõe a representação hegemônica da Baixada Fluminense” (ROCHA, 2014, p. 32), e como região adjacente e periférica à cidade do Rio de Janeiro, foi categorizada como “zona de sacrifício”¹, permitindo que indústrias poluidoras se alojassem em seu território e deixassem o ônus ambiental para os residentes (Queiroz; Plácido, 2014; Viégas, 2006 *apud* Richter; Maia; Martins e Rocha, 2019).

1 São espaços estrategicamente definidos pela economia mundial para a socialização, a localização e a distribuição espacial dos custos ambientais (Acsegrad *apud* Plácido, Neffa e Guimarães, 2015).

Ciente e indo em direção contrária a este olhar, comumente disseminado e interiorizado, de uma região pobre, miserável, violenta, com “valões” e com ocupações irregulares, este trabalho buscou contribuir para a valorização do lugar, com recursos naturais ricos e com patrimônios culturais diversos, que contam sua história e que necessitam ser preservados.

Falando de cobertura vegetal, de forma geral, encontram-se nos municípios da Baixada Fluminense, importantes áreas remanescentes de mata Atlântica, tendo sido identificado 80 Unidades de Conservação (UC), sendo 26 de Proteção Integral (PI) e 54 de Uso Sustentável (US), não contabilizadas as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN). com relação a jurisdição administrativas, 66 Unidades são de gestão municipal, destacando-se as 8 Estaduais em área de abrangência e 6 Federais com maior proteção da Mata Atlântica. Considerando as categorias de UC, 73% do total de área é constituída por APAs; seguido pela categoria Rebio, com 11%, sendo a mais expressiva a Rebio de Tinguá; com 10%, a categoria Parque e 5% restante é coberto pelas demais categorias encontradas na Baixada Fluminense (Richter; Maia; Martins e Rocha, 2019).

Das 80 unidades de conservação, 13 Ucs encontram-se no Município de Nova Iguaçu, conforme Maia e Richter (2016): APAs Gerecinó/Mendanha, Guandu, Posse/Guarita, Jaceruba, Morro Agudo, Retiro, Tinguá, Rio D’ouro, Tinguazinho; PNM das Paineiras; APA Alto Iguaçu, PNM de Nova Iguaçu e a REBIO Tinguá com território em quatro municípios, mas com mais de 50% de sua área, no município em questão.

Dentre as unidades citadas, o PNMNI, em relação a extensão de outros Parques Urbanos, da região da Baixada Fluminense, conforme apontado por Richter; Maia; Martins e Rocha (2019), possui a segunda maior, estando atrás somente do Parque Natural Municipal das Águas de Guapimirim.

Por fim, considerando a relevância do PNMNI, o **objetivo geral** desta pesquisa foi de mobilizar o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), através do reconhecimento dos seus atrativos, detectando as áreas principais para o Ecoturismo, elencando os principais elementos, que chamaram a atenção do visitante, por meio dos seus próprios registros, em canais virtuais e, por fim, produzir uma exposição virtual sobre o PNMNI, a partir do conteúdo reunido ao longo da pesquisa.

Referencial Teórico Metodológico

Com o intuito de alcançar o objetivo geral apresentado e dos objetivos específicos que

foram: identificar a história do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu; verificar as áreas voltadas para o Ecoturismo da UC; e identificar os atrativos naturais e infraestrutura do PNMNI, traçados nesta pesquisa, foram selecionados alguns métodos, sendo eles: levantamento documental e bibliográfico; pesquisa qualitativa compreendendo pesquisa de campo e métodos móveis de consulta, apoiados no Paradigma das Novas Mobilidades (PNM) e a aplicação do Inventário de Oferta Turística do Ministério do Turismo (INVTUR / MTUR), adaptados a realidade encontrada.

Na pesquisa documental e bibliográfica, foram considerados: o Plano de Manejo da Unidade de Conservação; trabalhos acadêmicos (dissertações, teses e artigos), que estivessem relacionados com o tema da pesquisa e informações de sites oficiais.

A pesquisa desenvolvida se justifica, por não ter sido encontrado trabalhos que tratassem do tema em questão, prevalecendo pesquisas na área de Geologia/Geomorfologia (40), Recursos hídricos (1); Educação Ambiental (21); Ensino (4); Ecoturismo e Geoturismo (9); Botânica (10), Zoologia (11), Microbiologia (4); Manejo, Gestão, Participação, Conflitos (7); Uso Público (7); Política (2); História (7); Informática (3); e outras (2)², no período de 2001 à 2020, conforme Lourenço (2020).

Os dados apresentados foram fruto do Projeto de Iniciação Científica, apresentados no Trabalho de Conclusão de Curso de Lourenço, apresentado em 2020, que teve como palavras-chaves estabelecidas: Unidade de Conservação; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu; e Ecoturismo, buscadas no *Google Acadêmico*, portal *SciELO* e nas bibliotecas online das universidades (Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de São Paulo (USP)).

Como produtos da dissertação, encontram-se: capacitação junto a equipe técnica da Unidade; entrega de *banner* com informações levantadas sobre os fatos que antecederam a criação do PNMNI, que teve como principais fontes matérias jornalísticas; a entrega de inventário, que poderá ser utilizado pela administração do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, como uma das fontes para atualização do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, por se tratar do principal instrumento de gestão, tendo o PNMNI uma área com grande biodiversidade, com peculiar geodiversidade e feições de formação antiga, com aproximadamente 70 milhões de anos (MOTOKI; MOTOKI, 2011; MOTA *et al.* 2012); *Story*

2 Se referem, segundo Lourenço (2020) a trabalhos que não se encontravam dentro das 14 temáticas apontas.

Map do PNMNI.

Como ferramentas norteadoras, para delimitação das informações e construção do primeiro e segundo capítulo, foram utilizados os formulários do manual para inventário turístico, disponibilizado e indicado pelo Ministério do Turismo, tendo sido realizado os seguintes levantamentos: identificação e registro dos atrativos turísticos; os serviços e equipamentos turísticos; e da infraestrutura de apoio ao turismo. Os formulários usados do inventário turístico, foram: os relacionados a Informações Básicas do Município (A1 - Formulário 01) e de Atrativos Naturais (C1 - Formulário 15).

A pesquisa de campo foi outro recurso utilizado, que se revelou essencial, para a captura de imagens de partes distintas da Unidade; verificação de ações; coleta de informações sobre os atrativos e infraestrutura, tendo sido realizadas 12 campos ao longo de 2020, 2021 e 2022. Os campos ao Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, que inicialmente, ocorreriam no decorrer de todo o ano de 2020 (considerando períodos de chuvas e outros empecilhos, que pudessem surgir), devido a Pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), acabaram sendo realizadas em Janeiro e Fevereiro de 2020 (como planejado) e segundo semestre de 2021 e no ano de 2022³.

As idas a campo tiveram fins distintos, em 2020, o objetivo foi: fazer o reconhecimento do percurso até a entrada principal do Parque, que foi por Mesquita, tendo o ônibus me deixado na Estação de trem de Presidente Juscelino, de onde segui a pé até a portaria (não havendo transporte público, que deixe na portaria da Unidade), levando cerca de 45 minutos para chegar a entrada principal; fotografar as placas do Parque, até o ponto máximo permitido do Caminho das Águas, sem companhia de algum funcionário; visitar e fotografar os poços.

Outra ida foi para a Vertente Norte do PNMNI, caminho que dá para a Rampa de Voo livre da Serra do Vulcão, que teve como proposta, o reconhecimento do Projeto "Eles queimam, nós plantamos", desenvolvido pelo Instituto EAE - Educação Ambiental e Ecoturismo, em conjunto com o PNMNI e em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMADETUR); a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e voluntários, com finalidade de plantio de mudas de espécies da Mata Atlântica, que contribuirão para alimento e abrigo da fauna e diminuição do calor (a longo prazo), no entanto, cada ação pode contar com parceiros

3 O PNMNI ficou fechado por alguns dias de fevereiro de 2020, devido às chuvas intensas, e posteriormente, de março de 2020 à setembro de 2021, tendo sido em alguns períodos atividades de caminhadas e passeios ciclísticos, no período de 6 às 10 da manhã, conforme informação postada na rede social do Parque, e retornado as atividades normais em outubro de 2021.

distintos.

Os campos realizados em 2021 e 2022, foram para reconhecimento e registro de atrativos, de atividades de reflorestamento e ações de educação ambiental, tendo um dos campos ocorrido com o apoio de um membro da equipe do PNMNI, visto que muitas trilhas não possuem sinalização, em abril de 2022. Então, junto com o Gestor de uso público e uma estagiária, percorremos as trilhas Pau Pereira; Casarão; Mata Fome; parte da Estrada Tatu Gamela; Varginha, percurso que teve duração de aproximadamente 5 horas, tendo sido percorrido, ao longo dos trajetos citados, pontos de reflorestamentos distintos.

Com o distanciamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, os métodos móveis de pesquisa foram essenciais para a realização desta dissertação, apoiada no Paradigma das Novas Mobilidades (Sheller e Urry, 2006, 2016 *apud* MORAES, 2017), considerando o aspecto móvel das informações e as novas dinâmicas de reconhecimento dos atrativos turísticos.

As informações disponíveis nos acervos virtuais, de órgãos oficiais, e nas mídias de comunicação do PNMNI, forneceram os materiais que responderam as perguntas desta pesquisa: Qual a história do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu? Como os visitantes retratariam a Unidade em suas avaliações?

Por meio do Paradigma das Novas Mobilidades faz-se possível pesquisar diversos tipos de movimentos, não só das informações, uma vez que o PNM abrange viagens e movimentos de:

1) De *Corpos* (pessoas a trabalho, lazer, prazer, desde os deslocamentos cotidianos até as viagens de exílio, que se faz uma vez na vida); 2) De *Objetos* entre produtores, consumidores e vendedores 3) *Imaginativos*, representadas por “imagens de lugares” na mídia impressa ou visual; 4) *Virtuais*, que transcendem a “distância geográfica e social” 5) *Comunicativos*, através de mecanismos que ligam as pessoas (mensagens, cartas, telefone, etc.) (URRY *apud* ALLIS, 2016, p. 99).

“Movimentos”, que ocorrerem em distintas esferas, como apresentado por Allis (2016), a partir da abordagem de Urry, pois “as mobilidades, tanto quanto metáfora, quanto como processo, estão no coração da vida social” (URRY *apud* ALLIS, 2016, p. 99).

Conforme Allis, Moraes e Sheller (2020), John Urry foi o precursor dos estudos sobre mobilidades nessa perspectiva, elaborando e aliando grande parte das ideias, que sustentariam uma nova escola de pensamento, na década de 1990. O argumento central foi que as diversas mobilidades, com suas intrincadas conexões indicavam para a necessidade de reavaliar o “social como sociedade” para um “social como mobilidade” (URRY *apud* ALLIS, MORAES

E SHELLER, 2020, p. 272). Em 2003, junto com Mimi Sheller e outros pesquisadores, John Urry funda o Centre for Mobilities Research (CeMoRe), no Departamento de Sociologia, da Universidade de Lancaster, com o objetivo de aprofundar e promover novas pesquisas, com este olhar.

Neste sentido, e com base nas diferentes perspectivas abordadas pelo Paradigma das Novas Mobilidades, o terceiro capítulo, seguiu virtualmente, por meio de uma abordagem histórica do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, o localizando espacialmente, visto, que apresentou o *Story Map* produzido, a partir dos dados coletados durante a pesquisa (Buscher et al, 2010).

Assim, o trabalho foi organizado em três capítulos, sendo: o primeiro capítulo trabalhou os fatos históricos relacionados ao território onde está localizado o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu; no segundo capítulo, foi apresentado um inventário do PNMNI, tendo sido identificado os atrativos da Unidade, infraestrutura, e principais atividades desenvolvidas no seu interior; e por fim, no terceiro capítulo, foi trabalhado o *Story Map* do PNMNI .

O *Story Map* do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu tem como finalidade “mobilizar” a Unidade, contando sua história, ratificando sua importância e potencial para o Ecoturismo, localizando espacialmente a infraestrutura e atrativos, por meio de imagens e informações sobre os mesmos. Esta proposta foi pensada e idealizada no decorrer da disciplina de Seminário de Trabalho Final de Curso 1, ofertada pela professora Dr^a. Camila Moraes, para o trabalho final, tendo sido entregue uma prévia, com dados coletados até aquele período, durante as visitas de campo, postagens nas mídias da Unidade, e demais meios de pesquisa.

Para a construção da *Story Map*, as referências foram: o Museu Afrodigital Rio de Janeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro⁴; e o projeto de pesquisa e extensão *Lockdown Stories Travel*⁵, desenvolvido pelo Observatório do Turismo em Favelas, coordenado pela professora Camila Moraes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com as Universidades de Leicester e Bournemouth. Como ações iniciais, foram realizadas oficinas sobre ferramentas digitais para os moradores atuantes no turismo em favelas do Cantagalo, Chapéu Mangueira, Babilônia, Providência, Rocinha e Santa Marta.

4 Museu AfroDigital Galeria Rio de Janeiro tem como objetivo a construção de um acervo digital e exposições virtuais sobre as práticas dos que se identificam a si mesmos ou que são identificados como afrodescendentes, a partir de, um conjunto amplo de registros apresentados em sua página oficial: <http://www.museuafrorio.uerj.br/>.

5 Projeto *Lockdown Stories Travel* contemplado por edital internacional, com informações disponíveis no site: <https://lockdownstories.travel/> e facebook: <https://www.facebook.com/StoriesLockdown>.

A proposta do projeto de pesquisa e extensão *Lockdown Stories Travel* foi avaliar o impacto da pandemia do novo coronavírus, que interrompeu totalmente o turismo por alguns meses em favelas, assim como de propor alternativas para estes profissionais, como de realização de visitas virtuais a favelas do Rio de Janeiro, com transmissão pelo Facebook, com tradução simultânea para o público internacional.

Observando o Museu Afrodigital Rio de Janeiro, participando das oficinas do projeto de pesquisa e extensão *Lockdown Stories Travel* e lendo autores que tratam sobre Exposição virtual, o sentido pretendido encontra-se de acordo com Cavalcante *apud* Padilha e Café (2016), uma vez que pode ser entendida como processo mediador de reflexão, que pode proporcionar outras intercessões, linguagens e formas de disseminação dos bens materiais e imateriais da humanidade, logo, um processo de comunicação que engloba a seleção de objetos digitais convertidos, como em um espelho, que anteriormente apenas existiam fisicamente e das narrativas construídas, e passam a estar disponibilizados na *web*, pois a virtualização “consiste em uma passagem do atual ao virtual” (LÉVY, 2011, p. 17).

Por fim, ainda que já tenha mencionado o contexto de desenvolvimento do projeto de pesquisa e extensão *Lockdown Stories Travel* na pandemia, não poderia deixar de retomar o assunto, uma vez que impactou o modo de vida dos cidadãos de todo o mundo, por meio de uma crise global, com proporções gigantescas e imprevisíveis, com desdobramentos nas áreas: de saúde pública, financeira, econômica, política e social; modificando as relações interpessoais; revelando também uma crise de consciência planetária, no que se refere ao lugar que ocupamos no universo, como colocado por Beni (2020), pois:

... doravante sabemos que vivemos sobre um planeta infinitamente pequeno, num universo incomensuravelmente grande [a angústia pascaliana democratiza-se, de algum modo]. Um mundo frágil, além disso, e que tratamos mal. Essa consciência ecológica, essa má consciência, é um fato radicalmente novo na história da humanidade. E ela é reduplicada pela tomada de consciência do fato que a distância entre os mais ricos dos ricos e os mais pobres dos pobres não cessa de aumentar tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes e subdesenvolvidos (BENI, 2020, p. 4).

A fragilidade da humanidade nunca ficou tão evidente, tendo o setor do turismo constatado quedas exponenciais, em todos os setores, o que levou pesquisadores do setor à reflexão sobre possíveis previsões de segmentos do turismo, que puxarão a retomada da atividade no Brasil, pós pandemia, tendo Beni (2020) considerado: o setor de eventos; as viagens corporativas; viagens de lazer, considerando distâncias de até 250 km, predominando viagens com o próprio carro, ou eventualmente ônibus, voos domésticos de até três horas,

com possível crescimento do Turismo doméstico local e nacional, se os parâmetros colocados estiverem certos; áreas com o paisagismo singular; áreas litorâneas; destinos termais; áreas verdes, como Parques e as atividades voltadas para o ecoturismo, montanhismo, entre outras.

Considerando esta colocação, áreas com coberturas naturais, com possibilidade de atividades voltadas para o ecoturismo, como a que encontramos no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, deverão assumir maior destaque neste cenário, cabendo as unidades administrativas as devidas providências, tanto de captação deste visitante, como de manutenção destes espaços, que poderão ser verificadas, mediante análises futuras.

Capítulo 1 - Resgate Histórico do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI)

Ao longo do tempo, o espaço pode apresentar diversas funções, deixando assim suas marcas, como se verificará no contexto de ocupação do território do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, sendo esta jornada contada a partir de trabalhos acadêmicos e de dados obtidos de notícias publicadas em Jornais no decorrer de 1930 aos anos 2000, objetivando assim retratar o histórico deste território, que alocou o Engenho da Cachoeira; as Fazendas Dona Eugênia e São Felipe; a Gleba Modesto Leal e atualmente o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

Inicialmente, serão apresentados dados de localização do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, para então, o histórico ser apresentado, seguindo a cronologia dos fatos, até a sua criação.

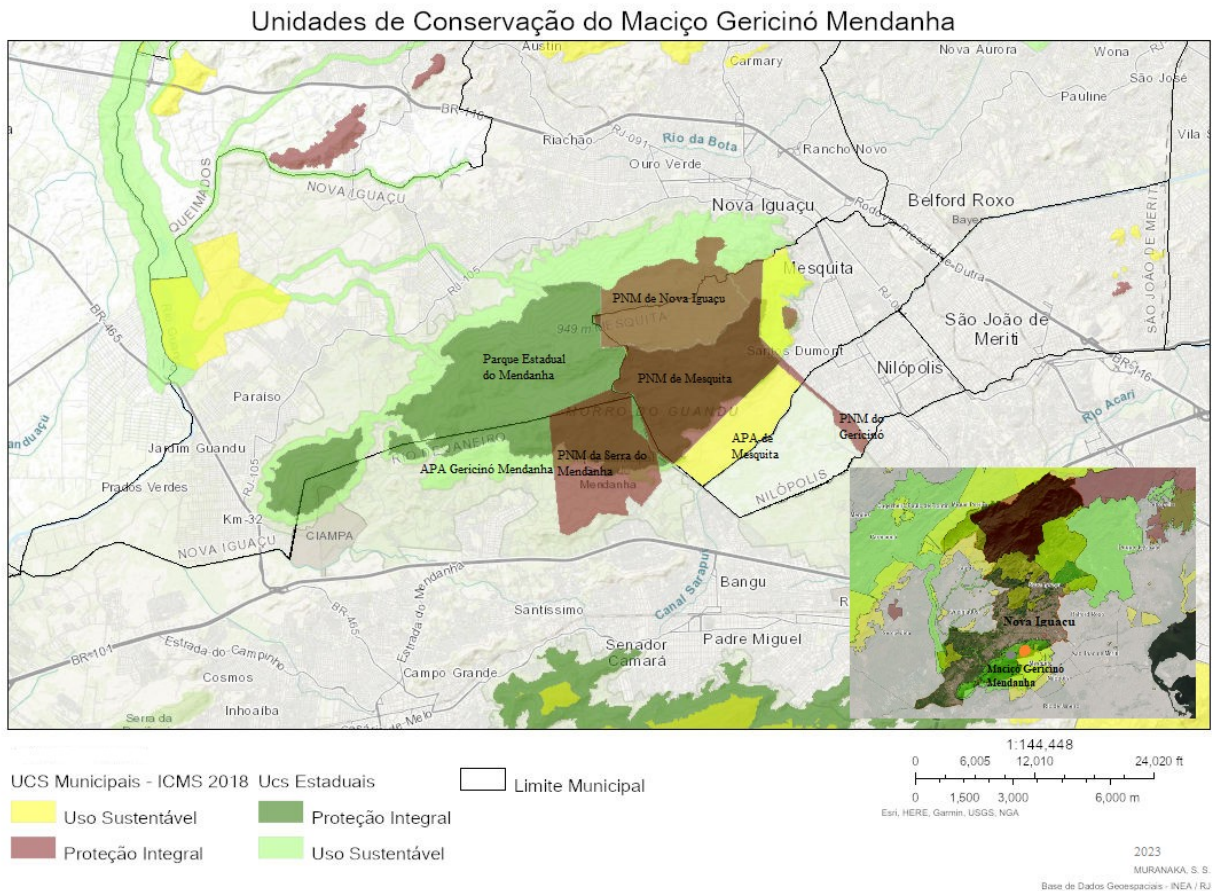
1.1 Localização do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) está localizado entre as coordenadas 7485/7477 e 650/658, conforme Mello (2008), nos Municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro, com 1.100 hectares de área protegida da Mata Atlântica, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó Mendanha, considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO, desde 1996 (Oliveira e Costa, 2013).

Os Municípios, nos quais a Unidade de Conservação está inserida, encontram-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Região Turística da Baixada Verde, na Baixada Fluminense, termo não reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que pode ter mais de uma interpretação, tanto em relação a dimensão material, de acepção geográfica, quanto por ser “historicamente desqualificada nos discursos sociais, ambientais e, conseqüentemente, políticos” (QUEIROZ, 2018, p. 5).

Tanto o território de Nova Iguaçu, quanto o de Mesquita possuem porcentagens acima de 60% de seus territórios compostos por Unidades de Conservação, tendo sido criado no território do Maciço Gericinó Mendanha um grande mosaico (Figura 2), ainda não constituído formalmente, segundo colocado pelo Gestor do PNMNI, por cinco unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental Estadual de Gericinó-Mendanha (APAGM), Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), Parque Natural de Mesquita, o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (PNMSM) e o Parque Estadual do Mendanha (PEM).

Figura 2: Unidades de Conservação do Maciço Gericinó-Mendanha



Fonte: Base de Dados INEA adaptado por Muranaka, S. S. (2023)

Pela figura, verifica-se as sobreposições de Unidades de Conservação, estando o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu no interior da Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha, como as demais unidades de proteção integral, criadas entre 2010 a 2020, que restringiram o território para uso indireto dos recursos naturais existentes (BRASIL, 2000).

Logo, uma vez localizado o PNMNI, os pontos seguintes apresentarão aspectos históricos, que citam e relatam eventos ligados ao território onde foi criada a Unidade.

1.2 De Engenho da Cachoeira à Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI)

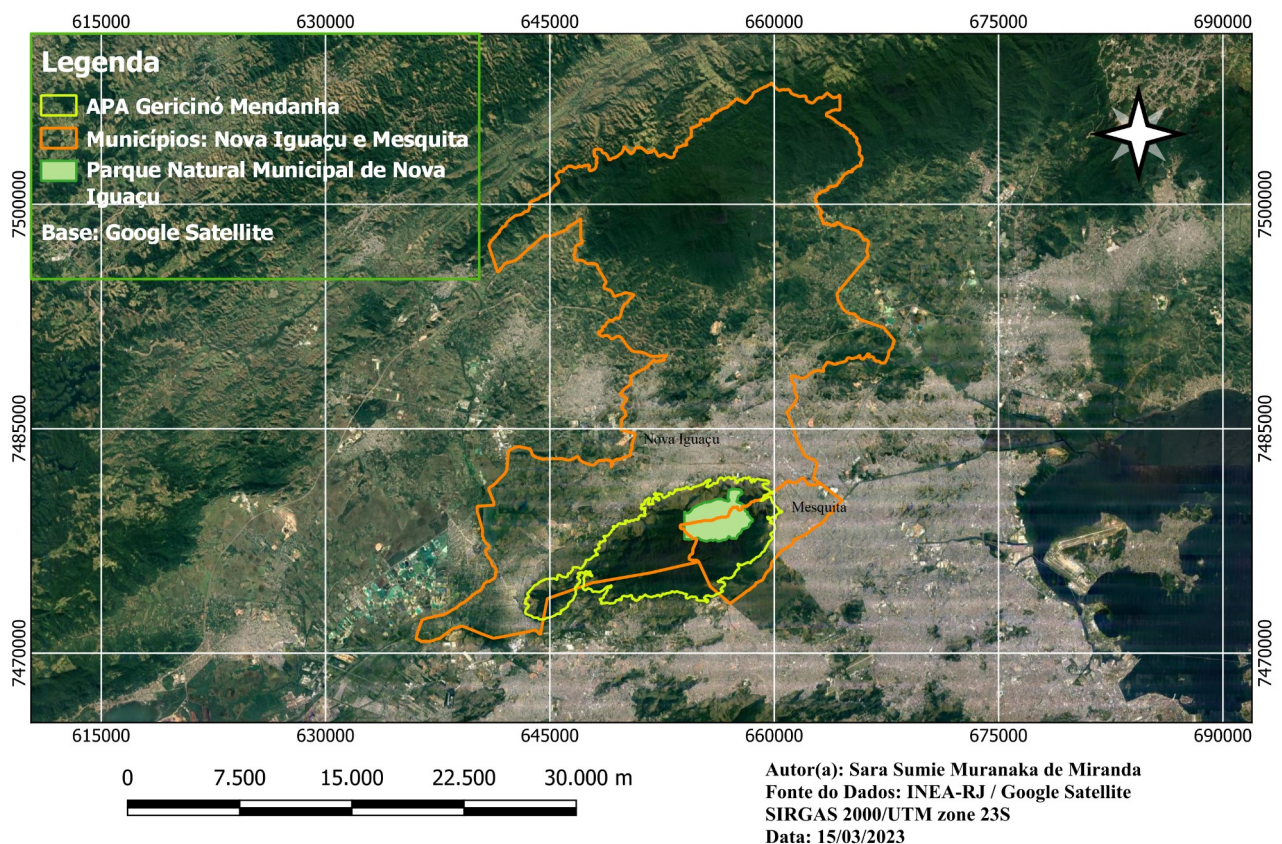
Como apresentado, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu encontra-se na região do maciço do Gericinó-Madureira-Mendanha, que nos estudos realizados pela Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ), possui 60% do maciço costeiro isolado, revestido por mata atlântica primária, enquanto os demais 40%, embora domine mata secundária em diversos graus de regeneração, apresenta a ocorrência de:

pequenas aglomerações urbanas, pastos, ocupações agrícolas e considerável área desmatada na vertente norte da serra de Madureira, na direção da rodovia Presidente Dutra (Rio-São Paulo), conforme versão reduzida do Plano de Manejo (1999).

A seguir, uma representação da área, onde encontra-se a Unidade de Conservação (Figura 3).

Figura 3: Localização do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Localização do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu



Fonte: Base de Dados INEA / Google Satellite, de autoria Muranaka, S. S. (2023)

No que diz respeito a seu contexto histórico, conforme consta no Plano de Manejo do PNMNI (Nova Iguaçu, 2001), a área onde a Unidade de Conservação está localizada foi a antiga Gleba Modesto Leal, formada pelas Fazendas Dona Eugênia e Fazenda São Felipe, que pertenceram a Maria Eugênia Travassos, viúva de Marinho Travassos; que as comprou de Custódio Baptista Gonçalves, em **1885**.

Em **1916**, as terras passaram a pertencer a João Leopoldo Modesto Leal⁶ (Conde

6 Enriqueceu no comércio de sucatas de navios, tendo posteriormente ampliado suas ações comerciais nos ramos: de empréstimos financeiros, aluguéis de imóveis, possuindo ainda diversas fazendas espalhadas por todo o Estado do Rio de Janeiro, para a criação de animais e plantios, conforme Machado (2016).

Modesto Leal), um dos homens mais ricos dos primeiros anos da República brasileira (Machado, 2016), passando as propriedades Fazendas Dona Eugênia e Fazenda São Felipe a serem designadas de Gleba Modesto Leal, nome anterior a criação do PNMNI, onde haviam cafezais, um prédio assobradado (hoje, o Casarão encontra-se em ruínas), senzalas, animais, escravos e engenhos, dentre eles o da Cachoeira, por fim, as Fazendas Dona Eugênia e São Felipe antes de serem assim denominadas, eram nominadas respectivamente de Espírito Santo e Mata-Fome (Nova Iguaçu, 2001).

Em **5 de dezembro de 1941**, por meio do Decreto-Lei número 3.889, foram transferidas para a jurisdição do Ministério da Agricultura as florestas da União, ficando a cargo do Serviço Florestal a proteção e guarda dessas florestas, que antes eram de administração do Serviço Federal de Águas e Esgotos do Ministério da Educação e Saúde. Por conter remanescentes florestais de Mata Atlântica, e áreas contíguas do maciço do Gericinó Mendanha, passaram a ser Florestas Protetoras da União, com o intuito de proteger os mananciais hídricos existentes.

Com relação às primeiras ocupações desta área, ocorreram para fins econômicos, no **século XVII**, quando foi instituído o Engenho da Cachoeira, localizado nas terras da Serra Jericiné, um dos principais motivos de povoamento nas áreas ao redor, tendo sido implantado o cultivo de cana-de-açúcar, cultura que predominou na região até o **século XIX** (Souza, 1992); no **século XIX** até a virada do **século XX**, o protagonismo foi do café, pois sua produção e exportação foram fundamentais para a extensão da Estrada de Ferro D. Pedro II, que influenciou no desvio dos eixos de ocupação fluvial e terrestre para o eixo da linha férrea (Nova Iguaçu, 2001).

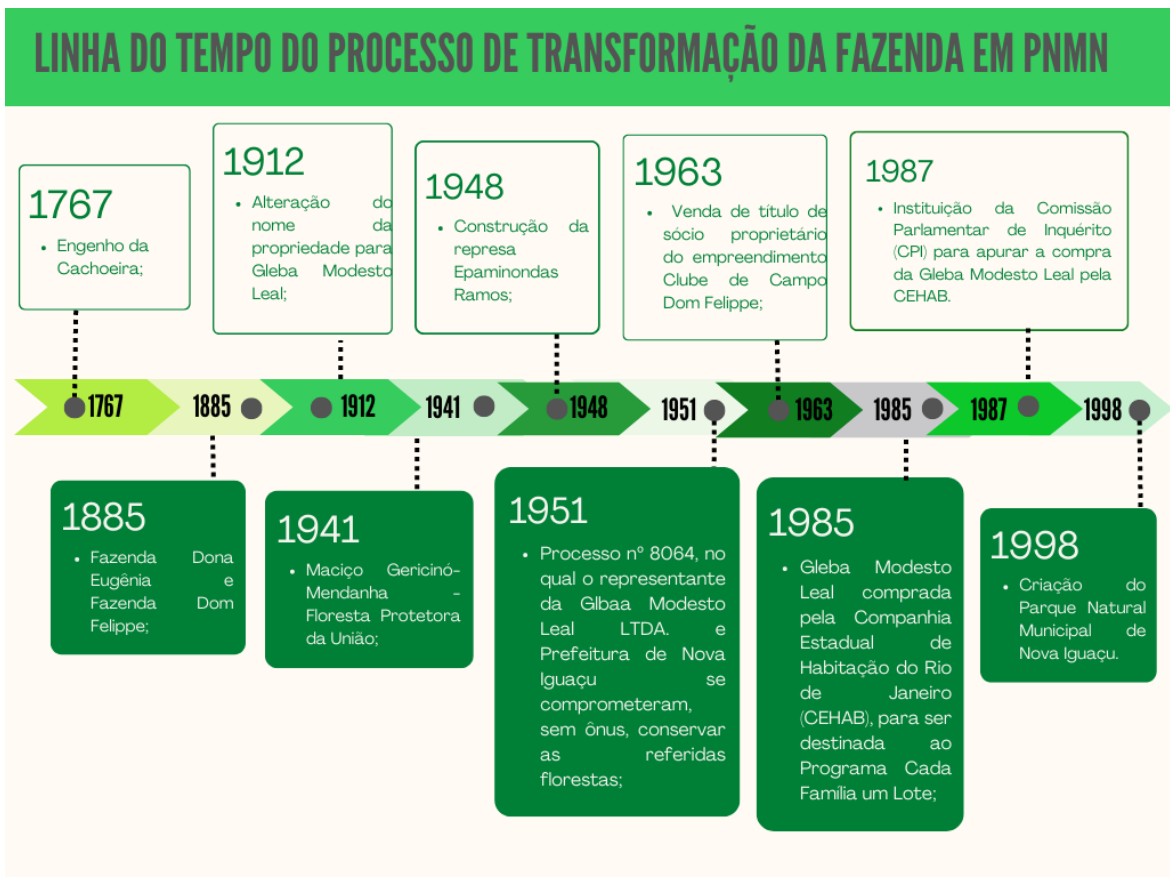
O último grande ciclo, foi a citricultura, que surgiu como uma atividade auspiciosa, no final do **século XIX**, com importante atuação de Nili Peçanha. Em 1940, 17.442 hectares do município estava ocupado por laranjais, concentrando-se no distrito sede, que possuía uma ocupação de pequenas chácaras, que subiam a serra de Madureira (Maciço Gericinó Mendanha), e que no período de floração deixava a cidade impregnada por seu perfume, mas que teve seu declínio ligado a Segunda Guerra Mundial (Soares *apud* Souza, 1992).

Todas as culturas mencionadas, foram desenvolvidas em uma parcela da área do PNMNI, no entanto, não foram encontrados muitos registros sobre a Gleba Modesto Leal, e no intuito de resgatar maiores informações, foram pesquisadas notícias referentes a mesma, tendo sido verificado narrativas diversas, expondo desde sua importância para captação de

água; quanto denúncias relativos a problemas com desmatamento; de negociação superfaturada; interesse de autoridades governamentais em preservar a fauna e flora, pertencentes ao bioma de Mata Atlântica; como de evidenciar sua potencialidade para o lazer.

E antes de apresentar o que foi coletado nas notícias ligadas a Gleba Modesto Leal, entre as décadas de 1930 aos anos 2000, a Figura 4, apresenta um contexto geral cronológico encontrado das mudanças ocorridas ao longo do tempo, entre 1767 à 1998, com a implementação em 1767 do Engenho da Cachoeira até 1998, quando ocorreu a criação do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

Figura 4: Linha do tempo do processo transformação da Fazenda em PNMNI



Fonte: Tese Queiroz (2018), modificado por Muranaka S. S.

1.3 Décadas de 30 à 70

Na década de 30, a Gleba Modesto Leal é uma propriedade privada, sendo o primeiro registro relacionada a mesma, foi a nota de falecimento do Conde Modesto Leal, em **1 de novembro de 1939**, Jornal O Globo (1939). Posteriormente, somente haverá novos registros na década de 50, no Jornal Luta Democrática⁷, em **1954**, em forma de denúncia, relatou a

7 O Jornal Luta Democrática foi fundado por homens que tinham como objetivo lutar pelos que não podiam

situação dos moradores, do então distrito de Mesquita (emancipado em 1999), que sofriam pela ausência de serviços de saneamento básico, havendo problemas sérios com o abastecimento de água, aliviada devido a construção da represa Epaminondas Ramos, **em 1948**, na Gleba Modesto Leal (Nova Iguaçu, 2001), a partir dos seus recursos hídricos.

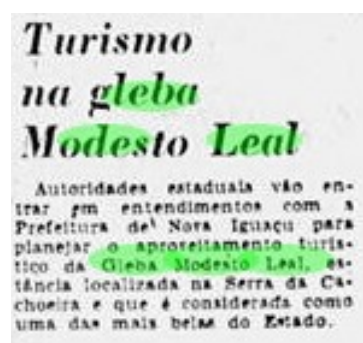
Ainda, que o foco da matéria estivesse voltado para a questão social, por conta da falta de saneamento básico, verifica-se a relevância dos recursos hídricos da região, devido a inúmeras variáveis da interface solo-vegetação-atmosfera, sendo um dos benefícios da cobertura vegetal para o solo, em geral, a alta capacidade de infiltração, por propiciar menor quantidade de escoamento por sua superfície (Tucci e Clarke, 1997).

No que se refere aos atributos paisagísticos da Gleba Modesto Leal, **em 1959**, devido as características físicas, uma mesma nota foi publicada em dois jornais, Jornal do Brasil e no Última Hora, mas com títulos distintos. No Jornal Última Hora o título foi “Planejamento Artístico” (Figura 5), que não contemplava o teor da nota, enquanto que no Jornal do Brasil no Estado do Rio de Janeiro (figura 6), com o título “Turismo na Gleba Modesto Leal” foi assertivo, visto que as autoridades estaduais encontravam-se em contato com a Prefeitura do Município de Nova Iguaçu, no intuito de planejarem o melhor aproveitamento da Gleba Modesto Leal, para o turismo, tendo sido apontado a sua localização como na “Serra da Cachoeira”, por possuir uma das cachoeiras mais belas do Estado do Rio de Janeiro.

Figuras 5 e 6 – Turismo na Gleba Modesto Leal



Fonte: Jornal Última Hora (1959)



Fonte: Jornal do Brasil (1959)

Pelos atributos naturais da região e apelo para atividades voltadas para o lazer, **em 1963**, foi encontrado o registro do empreendimento Clube de Campo Dom Felipe anunciado no Correio da Manhã (Figura 7), tendo como objetivo a venda de título de sócio proprietário, pela Imobiliária Monte Castelo (IMC), que era a responsável também por seu planejamento.

(RJ), tendo como período de publicação de 1954 a 1987, conforme apresentado pela Biblioteca Nacional Digital.

Com a promessa de compra do título, o futuro sócio teria a possibilidade de construção em uma “excelente” área de terreno, em uma região com “clima magnífico”, usufruindo das seguintes instalações: sede do clube; bar e restaurante; piscina e vestiário; campos de caça; hipismo; quadras de esporte; lago e etc; com instalações hidrelétricas próprias; rede telefônica instalada; água em abundância, de nascentes próprias; grande variedade de árvores frutíferas; transporte à disposição dos sócios, por meio de kombis; e localização à 480 m de altitude.

Verifica-se a intenção de utilização do espaço, para fins de lazer e entretenimento, no entanto, não foi encontrado nada mais sobre o Clube, a não ser citações sobre a existência de suas estruturas e estado na atualidade, estando entre os atrativos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, como as ruínas do Clube Dom Felipe.

Figura 7 – O Clube de Campo Dom Felipe

AO PAGAR O SINAL DO TÍTULO DE SÓCIO PROPRIETÁRIO
DO CLUBE DE CAMPO DOM FELIPPE
 já em pleno funcionamento

V. GANHA excelente área de terreno

podendo construir imediatamente e gozar, hoje mesmo, o conforto das seguintes dependências do clube:

CLUBE DE CAMPO DOM FELIPPE
 (Gleba Modesto Leal)
 Sede própria na Serra de Moxambá
 Km 13 da Rodovia Presidente Dutra
 Instalação hidrelétrica própria
 Rede telefônica instalada • Água em abundância, de nascentes próprias.
 Grande variedade de árvores frutíferas • Kombis à disposição dos sócios.
 Planejamento urbanístico: Prof. Conrado Bonicelli
 Planejamento arquitetônico: Arg. Jaime Arrazola

Sede do clube
 Bar e restaurante
 Piscina e vestiário
 Campos de caça
 Hipismo
 Quadras de esporte
 Lago, etc.

Clima magnífico
 Altitude: 480m

É tudo por apenas
 100.000,00
 pagáveis em suaves
 mensalidades

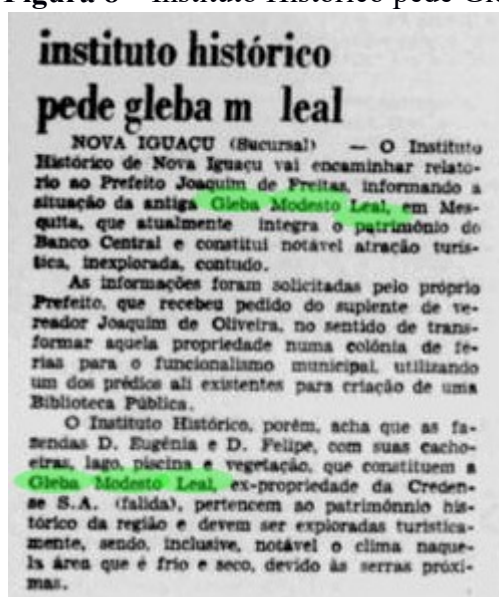
Planejamento e vendas da **IMC** **IMOBILIÁRIA MONTE CASTELO**
 Visite os locais todos os domingos e feriados
 RUA DA QUINTANA 30 - Gr. 808 - TEL. 53-2804 e 53-8251

Fonte: Jornal Correio da Manhã (1963)

Em 1973, a Gleba Modesto Leal constava como patrimônio do Banco Central, conforme

apresentou no relatório elaborado pelo Instituto Histórico de Nova Iguaçu, a pedido do Prefeito Joaquim de Freitas (Jornal O Fluminense-RJ), que tinha o objetivo de propor a utilização do espaço para uma colônia de férias, gerenciada pelo município, com o aproveitamento de um dos prédios em biblioteca pública, considerando o potencial turístico inexplorado da Gleba, já que as antigas fazendas Dona Eugênia e Dom Felipe seriam patrimônio histórico para o município.

Figura 8 – Instituto Histórico pede Gleba M. Leal



Fonte: Jornal O Fluminense (1973)

Não tendo ocorrido andamento do projeto citado, **em 1976**, o Grupo Credence manifestou interesse em reaver a Gleba Modesto Leal, confiscada para liquidação e pagamento da dívida da empresa com seus credores (estando entre os credores, o Banco Central), no caso da Price-Credence. A questão, desta notícia é que este caso estaria em curso desde de 1969, sendo que em 1974 teria sido juntada uma solicitação de suspensão da liquidação, a partir de uma proposta de pagamento da dívida restante, pelo acionista Ney de Oliveira e Cruz, que disporia de um documento de cessão de direito, adquirido com os ex-dirigentes Marcello Manno Gallo e Habid Hissa do Grupo Price-Credence, que possuiriam 51% dos resíduos das empresas em questão, mas que por resistência do presidente do Banco Central, senhor Paulo Lira, que entendia ser uma farsa a afirmativa dos direitos do então engenheiro Ney de Oliveira e Cruz, prosseguiu com a liquidação, sendo o único credor o Banco Central (Jornal do Brasil, 1976).

Ainda, segunda a notícia do Jornal do Brasil (1976, p. 33), havendo as alegações do

presidente do Banco Central e a proposta do engenheiro Ney de Oliveira e Cruz, que solicitou mandado de segurança contra o Banco Central, sobre o caso Credence, o Juiz substituto Dario Abranches Viotti, da 2ª Vara de Brasília, expressou a não continuidade da liquidação, visto o Banco Central ser o único credor restante e estando o impetrante disposto a realizar o pagamento, negou o mandado, uma vez que deu a resposta que o impetrante desejava obter.

Ainda, que os senhores Paulo Lira, presidente do Banco Central, e Sergio Ribeiro, diretor de mercado de capitais do Banco, tivessem declarado praticamente terminada a liquidação da Credence/Price, e tendo sido publicado no Jornal do Brasil, alguns dias depois ao fato relatado, “Credence-Price está liquidada para o B. Central” (última notícia deste período), isto não ocorreu, tendo a propriedade voltado para Marcello Manno Gallo e Habid Hissa do Grupo Price-Credence, e negociada para a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, na próxima década.

Na década de 80, a Gleba Modesto Leal retornou a aparecer nas notícias, recebendo grande atenção, mas não por seus atributos naturais e patrimônios, mas pelos problemas detectados na transação de sua compra, pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB) dos senhores Marcello Manno Gallo e Habid Hissa, no ano de 1985, trama que será apresentada no próximo ponto e que envolveu atores públicos, a nível municipal e estadual, além de números exorbitantes.

1.4 Década de 80 – O Escândalo do Caso da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB)

Nos primeiros anos da década de 80, período que antecedeu o que se tornou o escândalo da CEHAB, em 1985, foram detectadas poucas matérias em que a Gleba Modesto Leal estivesse em destaque, somente em maio de **1980**, que citou haver Glebas em Nova Iguaçu e Caxias, expondo ter na Região Metropolitana cerca de 84 mil hectares de áreas florestais naturais, espaços de controle entre as áreas urbanas e de preservação, com mananciais hídricos que abasteceriam o Rio de Janeiro, na reportagem publicada pelo Jornal o Globo, com o título “Alimentos: auto-suficiência, meta do Rio”, tratando sobre produção de alimentos em diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, esta monotonia chegou ao fim, com a aquisição da Gleba pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da CEHAB, para o Programa “Cada Família, Um Lote”, em julho de **1985**, conforme Mello (2008), o que provocou uma reação imediata da Prefeitura de

Nova Iguaçu, uma vez que já tinha declarado o imóvel como de Utilidade Pública para fins de desapropriação, na data de 19 de março do ano em questão, por meio do Decreto nº 2858.

Conforme o Jornal o Globo do dia de 9 de março de 1985, a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, receberia aproximadamente Cr\$ 9,75 bilhões para seguir com o Programa Cada Família um Lote, para adquirir duas áreas: em Nova Iguaçu, denominada Gleba Modesto Leal, com possibilidade de construção de 45 mil residências; a outra próxima do Conjunto Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que abrigaria 360 famílias, todavia, a Prefeitura tinha outros planos, o de desapropriação da área da Gleba, no intento de torná-la Parque da Cidade.

A desapropriação ocorreu as vésperas da compra pela CEHAB, que desejava implementar naquela região, com mesma dimensão do bairro de Copacabana, o projeto Cada Família um Lote, objetivando beneficiar cerca de 200 mil pessoas, que teriam como destino as favelas da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, em negociação, o Prefeito Paulo Leone teria sugerido outros 10 locais para concretização do programa, estando entre eles as margens dos rios Sarapuí e Botas, que já possuíam uma população ribeirinha em péssimas condições de vida, tendo o Prefeito justificado seu ato, alegando a importância da preservação da área da Gleba Modesto Leal, que impactaria diretamente o clima da cidade, objetivando implementar: um horto florestal, zoológico, parque infantil, reserva ecológica, clube municipal, programa cultural e outras infraestruturas para lazer da população; considerando ainda a reação de desaprovação do corpo social de Nova Iguaçu, em relação a proposta de criação do conjunto habitacional, conforme publicado pelo Jornal do Brasil, em 26 de março de 1985.

Em resposta, o Secretário de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, informou que tal atitude do Prefeito Paulo Leone teria impedido a compra, mas que buscaria entrar em entendimento com ele, pois procuraria a adequação do projeto Cada Família um Lote, para que fosse mais adaptável a área, a fim de se manter a característica de parque da área, perpetuando a reserva florestal (Jornal do Brasil, 1985).

Em meio, a estes embates o assunto chamou a atenção da colunista Vera de Vives (1985), do Jornal O Fluminense, que em março ressaltou estar Nova Iguaçu em dívida com o Prefeito, por ter desapropriado a Gleba Modesto Leal, uma vez que se implementado o Programa Cada Família um Lote, haveria a possibilidade de: aumento significativo de habitantes, visto que o condomínio comportaria duzentos mil novos moradores, aproximadamente; degradação da área, com poluição dos rios, pois ainda que não conhecesse

a região, se informou por meio de em outros canais de comunicação, ponderando que tal alteração na fisionomia atrapalharia a agricultura, agropecuária e pequena indústria rural realizada por um grupo de famílias, imagem esta, que chocaria seus leitores, por não imaginarem a possibilidade de uma vida rural, simples, ordenada, com área de floresta e paz em Nova Iguaçu, que só a reconheciam, como uma região marcada pela desordem e pela violência. Apontou, ainda, que seriam poucas as reservas florestais no município, ressaltando a relevância de preservação da Gleba e a possibilidade de transformá-la em Parque, para ser uma opção de lazer para os iguaçuanos.

Observa-se nas duas narrativas apresentadas, o destaque atribuído a pessoa do Prefeito, como constata-se o conflito de interesse existente entre a Prefeitura e a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, pois na primeira notícia, verifica-se o descontentamento do Secretário de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, com a desapropriação da Gleba Modesto Leal, por parte da Prefeitura; do outro lado, uma das justificativas apontadas pelo Prefeito, que foi a preservação para manutenção do clima, com a transformação da área em Parque, para lazer dos iguaçuanos e preservação dos recursos naturais existentes, atendendo também a comunidade iguaçuana, que teria manifestado insatisfação com o programa proposto pela CEHAB; por fim, na segunda notícia, chamo a atenção a exposição de outras possibilidades de vivências no território, que não de violência e desordem.

Por equívoco administrativo, assim colocado em defesa pelo Prefeito Paulo Leone, o Decreto nº 2.858/85, que declarou a Gleba Modesto Leal de utilidade pública, para fins de desapropriação foi revogada, ocasionando a compra das Fazendas Dona Eugênia e Dom Felipe em 1 de julho de 1985. O fato em si, curiosamente, não foi amplamente questionado no ano eleitoral a nível estadual e federal, uma vez que grandes nomes encontravam-se envolvido no que foi conhecido de escândalo da Cehab, como o Governador Leonel Brizola, o Secretário da Fazenda Cesar Maia e o Secretário de Trabalho e Habitação Calos Alberto Oliveira (Caó), apenas exposto em jornais de menor alcance, a nível municipal e região metropolitana em 1986, ganhando repercussão em jornais com maior abrangência, somente em 1987.

No ano de 1986, as notícias estavam relacionadas a denúncias ao Prefeito de Nova Iguaçu; abertura de inquéritos a nível municipal; invasão a Gleba por posseiros, com desmatamento e formação de clareiras; além do registro do Projeto Muda Nova, que visava o

reflorestamento no Município de Nova Iguaçu; em 1987, a abordagem já era o da compra da Gleba Modesto Leal pela CEHAB, com exposição dos envolvidos na compra, Cehab e Banerj; e abertura de inquéritos.

Abordando a questão de abertura de inquérito a nível Municipal, em **20 de março de 1986**, houve a não apreciação pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu de mais uma denúncia de irregularidade grave no governo do prefeito Paulo Leone (irregularidades, que estariam sendo apuradas por uma Comissão Especial de Inquérito, instituída em setembro de 1985), referente ao Secretário Municipal de Obras, Jorge Luiz Afonso, cunhado do Paulo Leone, que teria sido agraciado com 35 apartamentos (localizados em Campo Grande-RJ), a fim de influenciar o Prefeito a suspender a desapropriação a Gleba Modesto Leal, para que então a compra da Gleba fosse finalizada, tendo sido juntado na denúncia a procuração para Jorge Luiz Afonso, registrada no 23º Ofício de Notas, situada na Av Almirante Barroso, na cidade do Rio de Janeiro, onde Marcelo Mano Gallo e Habib Hiasa (os ex-dirigentes do Grupo Price-Credence) passavam a posse dos apartamentos, sem qualquer ônus ao mesmo, e em resposta a Prefeitura de Nova Iguaçu emitiu nota à imprensa explicando que tal procuração teria sido passada à revelia do Secretário de Obras Jorge Luiz Afonso (O Fluminense, 1986).

O Prefeito Paulo Leone, durante entrevista coletiva à imprensa, na manhã do dia 27 de março de 1986, publicada no Jornal Luta democrática no dia **28 de março**, afirmou ter as denúncias contra ele e sua família infâmias, um único objetivo, o de desarticular seu governo, visto que o denunciante, na Câmara de Vereadores, levando o assunto à tribuna, não ganhou repercussão, com outros vereadores se levantando a seu favor, tendo que em outros momentos quando este partilhava da mesma sigla partidária (Partido Democrático Trabalhista – PDT), mudado para o Partido da Frente Liberal (PFL), elogios não o faltavam. No mês seguinte, em **9 abril de 1986**, o Jornal Luta Democrática, publicou, que o executivo municipal de Nova Iguaçu teria informado a imissão de posse da Gleba Modesto Leal, pela justiça, por decisão do Juiz de direita da 6ª Vara Cível de Nova Iguaçu, Dr. Mário Assis Gonçalves.

Mediante, como verificado, as denúncias estarem relacionadas a forma de aquisição da Gleba Modesto Leal pela Cehab, o Prefeito Paulo Leone reafirmou seu propósito de lutar pela sua preservação, tornando público o documento, que entregou em Juízo da 3ª Vara Criminal, esclarecendo atos administrativos, que serviram de denúncia contra ele, publicados no Jornal o Globo, dia **4 de maio de 1986**, e em seguida no dia **8 de maio**, no Jornal Luta Democrática, com o título “O que há por trás da operação imobiliária entre a CEHAB-RJ e a Gleba

Modesto Leal?”. No documento entregue a 3ª Vara Criminal, referente ao processo nº 16.608, apresentou os enganos administrativos cometidos, que culminaram nas acusações realizadas e nos procedimentos para revertê-los, pois declarou não ter sido a administração de seu governo omissa, em relação ao valor ecológico a paisagístico da Gleba Modesto Leal, visto ter em 22 de março de 1985, através do processo administrativo nº 09/61/85, lavrado o Decreto 2.858/85, que tratou da declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, ação ajuizada na 6ª Vara Cível, com número do processo nº 2.656, com deferimento provisório de posse, no entanto, por adversidades orçamentária não houve uma rapidez na sua efetividade, tendo ocorrido um deslize no texto do Decreto nº 2.934/85, que resultou na revogação do Decreto nº 2.858/85 (Luta Democrática, 1986).

Ainda, conforme apresentado pelo Jornal Luta Democrática (1986), quando detectado o equívoco, editado foi novo Decreto nº 2.937/85 anulando o Decreto nº 2.934/85, que não restabeleceu, em termos jurídicos, o Decreto nº 2.858/85, erro observado pelo representante do Ministério público, sendo promulgado outro Decreto nº 3.141/86, em 23/04/1986, finalmente instaurando o Decreto nº 2.858/85, possibilitando a continuidade a expropriação em juízo, já em curso, processo nº 2.656/85 (Luta Democrática, 1986).

Ainda, que a reportagem publicada no Jornal Tribuna da Imprensa (Caderno Política) e no O Fluminense, dia **17-18 de maio de 1986**, com o título: O caso da “construtora Itatiba” e em negrito “Prefeito Paulo Leone rasga a máscara de seus acusadores”, de autoria do prefeito Paulo Antônio Leone Neto (1986), tivesse o objetivo de atacar seus acusadores, houve a menção de que no dia **16 de outubro de 1951**, a Prefeitura de Nova Iguaçu tramitou o processo nº 8064, pelo qual o representante da GLEBA MODESTO LEAL LTDA, Doutor Mário Torres dos Santos, diante o então prefeito Dr, Luiz Guimarães se comprometeram “sem ônus a esta municipalidade, conservar as referidas florestas não permitindo, sob nenhum pretexto, derrubada de matas, nem sua invasão por animal estranho à fauna existente” (NETO, 1986), tendo o termo sido assumido na antiga Divisão Administrativa (DA), que em 1986 se tornara a Secretaria Municipal de Administração, que foi “averbado à margem da transcrição nº 22.363, de **13 de novembro de 1948**, livro 3-B de transcrição de transmissões, fls. 96, Cartório da 1º Circunscrição (2º Ofício) desta cidade, na aquisição feita pela GLEBA MODESTO LEAL LTDA à Aurea Modesto Leal” (NETO, 1986), o que impossibilitaria a CEHAB colocar em prática o projeto Cada Família um Lote, por ser uma área de proteção de mananciais.

Em meio, as denúncias contra o Prefeito e respostas do Município, apontadas no decorrer do ano de 1986, outro tipo de denúncia ocupou os jornais, o de desmatamento da Gleba Modesto Leal, realizada por Ramiro Lindenberg Amora, morador de Nova Iguaçu, ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), conforme Barros (1986), que estava sendo executada por aproximadamente 120 posseiros, vinculados ao Mutirão Nova República e liderados pelo pastor Claudionor, que cercaram terras com arame farpado e declararam terem cortado árvores em alguns pontos para agricultura. Com base no relato de alguns posseiros, a ocupação da área começou em **março de 1986**, pois estariam conforme diziam o Governo, fazendo reforma agrária e ainda que o presidente da Companhia Estadual de Habitação, Antônio Carlos Bonfim, negasse envolvimento com os posseiros, alguns alegaram contato “com os homens, no Palácio (Guanabara)” (BARROS, 1986, p. 20), pois mediante decisão do juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública, que cassou a liminar que decretou a desapropriação da Gleba, o senhor Antônio Carlos Bonfim informou que a CEHAB retomaria o projeto Cada Família um Lote, e que cuidaria da regularização definitiva da terra dos posseiros.

Tratando do Mutirão Nova República (figura 9), um dos posseiros contou que para se filiarem, os posseiros tiveram que pagar uma taxa, tendo ainda um repasse mensal a Claudiomar, que passava orientações, como: sobre a retirada de vegetação, uma vez que tinham de respeitar os 10 metros da margem do rio; que precisavam se manter no local, o que desencadeou um aumento de clareiras, ao longo da Estrada da Cachoeira, sendo retirada neste processo madeiras nobres, conforme sinalizou o senhor Ramiro Lindenberg Amora em sua denúncia, apoiado pelo senhor José Galdino Vieira, caseiro da propriedade, que por 14 anos trabalhou para a família Habib, ex-proprietária da Gleba (Barros, 1986).

O senhor José Galdino Vieira morou no Casarão até sua morte, tendo a esposa D. Olga e filha Gisele, permanecido até o ano de 2008, quando se mudaram para Mesquita ao receberem a indenização da Prefeitura de Nova Iguaçu, como meio de sanar a questão fundiária do PNMNI.

Figura 9 - Possesiros derrubam últimas matas da Serra de Madureira



Fonte: Barros (1986)

No que se refere a quantidade de posseiros, que encontravam-se nos limites do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, correspondia a 32 ao todo, quando foi criado, conforme informação contida no Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001), no período de sua elaboração.

Em relação ao movimento denunciado de desmatamento e de parcelamento da área da Gleba em 22 mil lotes pelo Programa Cada Família um Lote, o Prefeito expôs ser as práticas mencionadas criminosas, por se tratar do único pulmão verde da Baixada Fluminense, esperando um posicionamento das autoridades federais e do Instituto Brasileiro de Defesa Floresta (IBDF), e em contrapartida, em outubro de 1986, o Governo Municipal levou à frente o Projeto Muda Nova, idealizado pelo ex-Secretário de Governo Paulinho Leone, com o propósito de restauração da flora e defesa da fauna do Município. A proposta seria a de plantar 74 mil árvores na Serra de Madureira, acima da cota 100, com diversas variedades, na sua maioria de árvores frutíferas, espécies que não eram do bioma de Mata Atlântica, mesmo havendo um engenheiro florestal envolvido (Luta Democrática, 1986, p. 3)

Apesar, de citarem a Gleba Modesto Leal, como “único pulmão verde da Baixada Fluminense”, outras áreas de bioma de Mata Atlântica existiam no território, ainda que não existisse nenhuma reserva no município de Nova Iguaçu até 1986, tendo a Reserva Biológica do Tinguá sido a primeira, criada pelo Decreto nº 97.780, de 23 de maio de 1989 (com abrangência em mais três municípios: Duque de Caxias, Petrópolis e Miguel Pereira), conforme Maia e Richter (2016).

No ano de 1987, ocorre a instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), solicitada pelo líder do PFL, senhor Mesquita Bráulio, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de apurar a compra da Gleba Modesto Leal pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), ocorrida em julho de 1985, amplamente divulgada por distintos Jornais em circulação da época, tendo sido encontrado número maior de reportagens do Jornal O Globo, que no ano decorrer de 1987 publicou 42 manchetes sobre o assunto, com maior concentração nos meses de fevereiro (12), março (13), abril (8), maio (5).

Conforme notícias publicadas pelo O Globo, entre elas a de **15 de fevereiro de 1987**, a Gleba Modesto Leal foi adquirida pelo valor de Cr\$ 18,89 bilhões de cruzeiros, pagamento realizado com obrigações reajustáveis dos Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e com imóveis que a Cehab adquiriu do Banerj. No entanto, a propriedade valeria 60 vezes menos, que o valor pago, conforme avaliação realizada pela Bolsa de Imóveis do Rios de Janeiro, encomendada pelo O Globo, as duas propriedades valeriam Cr\$ 300 milhões, isto devido as sérias restrições, em que se enquadra, pois: apesar, da boa localização na Região Metropolitana, não haveria a possibilidade de desmatamento, devido a vegetação nativa; topografia do terreno, deveras acidentado; o fato das fazendas estarem em processo de desapropriação (Osman, 1987, p. 15); o compromisso firmado em 1951 entre a Prefeitura de Nova Iguaçu e os donos anteriores, de preservarem 65% das florestas nativas, da sua área total de 10 milhões de metros quadrados; inexistência de serviços públicos, entre outros fatores (Osman, 1987, p. 23).

No que diz respeito a aquisição das fazendas pela Cehab, vários foram os problemas apontados nas matérias publicadas, estando entre eles: desvalorização dos imóveis repassados na transação, pelo comprador; irregularidade com o técnico, que assinou a avaliação, pois apesar de pertencer ao corpo técnico da Cehab, não era do serviço de vistoria, tendo o laudo feito a partir do projeto do programa, considerando o parcelamento da terra em 22 mil

pedaços, infraestrutura inexistente, e apesar de ter pontuado a necessidade de se considerar a legislação federal para a área, não houve tal verificação (Jornal do Brasil, 1987); a possibilidade da Cehab ter conhecimento do valor real da Gleba, visto que teve uma avaliação solicitada pelo Banerj, em 1984, na qual a Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro orçou as fazendas em Cr\$ 110 milhões de cruzeiros, apontando os devidos critérios para determinação do valor venal de mercado (Osman, 1987, p. 23).

A CPI teve início em março de 1987, com o depoimento do presidente da Companhia Estadual de Habitação, Antônio Carlos Bonfim, seguido do ex-Diretor Financeiro da Cehab, Otávio Gouveia Bulhões, e pelo Chefe do Serviço de Vistoria e Avaliação da Cehab, Mauro Costa Cavalcanti.

O presidente da Companhia Estadual de Habitação, Antônio Carlos Bonfim, em depoimento a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa declarou que quem deu ciência da compra foi o ex-Secretário de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, o Caó, recebendo o processo da negociação dia 9 de dezembro de 1985 e autorização do ex-Governador Leonel Brizola no dia 20 de Janeiro de 1985, assegurando não ter participado da negociação e sobre os três laudos anexados no processo (técnico Cehab, da Câmara de Valores Imobiliários do Brasil do perito Sergio Drummond Gonçalves), todos teriam apresentados valores aproximados, tendo o valor da aquisição, a média entre eles. Tanto no depoimento, quanto em entrevista com a imprensa, o senhor Antônio Carlos Bonfim colocou que a Cehab seria um órgão executor da Secretaria de Trabalho e Habitação, detendo o monopólio de compras de terras do Estado, sendo o presidente o último a assinar (O Globo, 1987, p. 9).

Nos depoimentos seguintes, o ex-Diretor Financeiro da Cehab, Octávio Gouvêa Bulhões Filho, informou não ter assinado nenhum documento de compra das fazendas, uma vez que se encontrava de licença e o Chefe do Serviço de Vistoria e Avaliação da Cehab, em seu depoimento disse aos membros da comissão, o arquiteto Mauro Costa Cavalcanti, confirmou não ter sido o setor responsável pelo laudo, que constava no processo de compra da Gleba Modesto Leal, se enquadrando em um fato excepcional, visto que ao longo dos três anos que encontrava-se liderando o setor, este foi o único caso de compra sem os devidos laudos do setor (O Globo, 1987, p. 11).

Entre os últimos depoimentos, que não apresentaram grandes novidades, o do senhor Carlos Eduardo Fioravanti, vice-presidente da Cehab e que naquele período também foi

coordenador do Programa Cada Família um lote, informou que teria recebido da Secretaria de Trabalho e Habitação a orientação de um projeto para geração de 22 mil lotes na área das Fazendas, por isso a solicitação de avaliação repassada ao engenheiro Antenor Konning, mas sobre a transação, soube pelos jornais. O engenheiro Antenor Konning afirmou que fez, conforme lhe foi solicitado pelo vice presidente, logo, sua avaliação não era para informar o valor de venda das propriedades, mas de um projeto de 22 mil lotes, tendo incluído até o preço da lenha, que seria extraída com o desmatamento, indicando ainda sua avaliação só teria validação se aprovado pela Prefeitura de Nova Iguaçu, pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF), pela Fundrem e pela Cedae. Por último, o depoimento, do senhor Ronaldo Tanos Madeira, que ocupou o cargo de diretor financeiro de forma interina, por 4 dias, no lugar do senhor Octávio Gouvêa Bulhões Filho, disse ter assinado sem saber, a pedido do presidente Antônio Carlos Bonfim, dizendo que estava instruído sobre o processo, faltando somente a assinatura dele; não sabendo explicar como assinou no mesmo dia a compra dos terrenos da empresa Gleba Modesto Leal LTDA, de todos os demais imóveis envolvidos na transação e ainda outro de venda dos imóveis para a Gleba Modesto Leal LTDA (Jornal do Brasil, 1987, p.3).

Os últimos depoimentos relatados foram dos advogados Marcelo Mano Gallo e Habib Hissa, donos das Fazendas vendidas a Cehab, que relataram terem oferecido as propriedades ao Secretário de trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira (Deputado Federal), executor do pagamento de Cr\$ 18,89 bilhões de cruzeiros. Ao serem questionados, sobre o valor recebido, visto que avaliação de posse do Banerj realizada em 1984 era de Cr\$ 110 milhões, Habib colocou ser dono das terras desde 1966, tendo sido ofertadas somente a Secretaria e recebido por elas a quantia devida, pagamento realizado com obrigações reajustáveis dos Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e com imóveis, acrescentou, que possuía um laudo da Bolsa de Imóveis de 1972, no valor de Cr\$ 28 milhões, se corrigido para o período da compra em Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTNs), o valor seria o recebido. Sendo, que este tipo de laudo deve obedecer as normas vigentes de mercado, não cabendo de utilização de laudos antigos para atualização de valor (O Globo, 1987, p. 19).

Mediante os depoimentos e provas apresentadas, o Presidente da CPI, senhor Bráulio Mesquita, concluiu ter sido a compra realizada pela Cehab fraudulenta, mediante o valor real dos laudos e o pago pela Companhia (Jornal do Brasil, 1987, p.3).

Com toda a atenção dada pelos jornais, no decorrer da CPI, algumas ações foram

tomadas e inquéritos foram abertos, entre elas: ainda no mês de março de 1987, a Assembléia Legislativa anunciou a reintegração das Fazendas Dona Eugênia e Dom Felipe ao Patrimônio de Nova Iguaçu (Jornal do Comércio, 1987); abertura do inquérito nº171, na Delegacia de Defraudações, sobre fraudes ocorridas na Cehab (Jornal do Brasil, 1987, p.4); sindicância realizada na Cehab, que em maio, por determinação do Governador do Estado Rio de Janeiro, Moreira Franco, a Secretaria de Polícia Civil a abertura de inquérito policial para apurar o pagamento de despesas relacionadas a campanha eleitoral do deputado federal Carlos Alberto de Oliveira, o Caó (Jornal do Brasil, 1987, p.5).

Por fim, a CPI teve suas atividades concluídas no dia 27 de maio de 1987, com o relatório aprovado por 3 votos a 2, tendo como argumento dos membros que votaram contra, o fato de não terem sido ouvidos os ex-Secretários: de Fazenda, Deputado Federal Cesar Maia e o do Trabalho e Habitação, Deputado Federal Carlos Alberto Oliveira (O Fluminense, 1987, p.4). Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito recomendou de anulação imediata da compra das propriedades e entrada em inquérito criminal contra os envolvidos no negócio (O Globo, 1987, p. 1).

Passando por votação na Assembléia Legislativa, em agosto de 1987, o Projeto de Resolução da Comissão Parlamentar de Inquérito que averiguou o escândalo da Cehab, foi aprovado por 31 votos a 11, sendo o seu encaminhamento para a Procuradoria Geral de Justiça, o movimento seguinte, como ocorrera (O Globo, 1987, p. 13).

1.5 Década de 90 – Mata Atlântica decretada como Patrimônio

Após a década de 80, de ter a Gleba Modesto Leal aparecido como objeto do Escândalo da Cehab, a década de 90, foi marcada pelo movimento de transformá-la em Parque, tendo recebido alguns possíveis nomes, até que pelo Decreto 6.001, em 1998, foi criado o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, estando na placa de entrada, como O Geoparque de Nova Iguaçu, e sendo popularmente chamado de Parque do Vulcão.

No que se refere as questões relacionadas as medidas para preservação da Mata Atlântica, a nível federal houve o decreto no 99.547, de 25 de setembro de 1990 (Revogado pelo Decreto nº 750, de 1993), que dispunha sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração, da vegetação nativa da Mata Atlântica, dando também outras providências⁸; em

8 Ainda, que revogado, outras leis foram criadas, chegando a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, no intuito de assegurar a proteção do bioma Mata Atlântica e garantir o uso dos recursos naturais pelo ser humano para forma de subsistência, dispondo sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma e regulamentada pelo Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, conforme Mazzurana (2016).

fevereiro de 1991, o Governador Moreira Franco, reforçou o decreto federal, tombando a Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (Azevedo; Manso, 1991, p. 24), que corroborou as reivindicações de transformação da Gleba Modesto Leal em área de preservação.

No final de 1990, foram publicados no Jornal o Globo, nos cadernos: Meio Ambiente e Baixada, o total de 4 reportagens de autoria de Ana Lúcia Azevedo, sobre a Gleba Modesto Leal ser uma das últimas áreas verdes da Serra de Madureira; possuir ameaças com desmatamento; e da possibilidade de se tornar Parque, pela manifestação de interesse da Fundação Instituto Estadual de Florestal (IEF), citando em todas as matérias o ambientalista e topógrafo Romildo de Melo, morador do bairro K-11, conhecedor e frequentador do lugar (Azevedo, 1990, p. 16).

A notícia de que a Baixada Fluminense poderia ter seu primeiro Parque Florestal, saiu no dia 22 de dezembro de 1990, tendo a Fundação Instituto Estadual de Florestal (IEF) manifestado a vontade de transformar as propriedades (Fazenda Dona Eugênia e Dom Felipe) em área de preservação para os cidadãos, a partir de uma reportagem, onde o ambientalista Romildo de Melo denunciou as invasões e o desmatamento, que estavam ocorrendo na Gleba. O Engenheiro Florestal Deoclécio Martins do IEF ficou enternecido com o que encontrou na Gleba Modesto Leal, e colocou ser positivo a área pertencer ao Estado, pois não haveria problema em relação a questão fundiária, além da possibilidade de se tornar a primeira área verde de livre acesso da Baixada, diferente da Reserva Biológica do Tinguá, que só é permitida a entrada, mediante autorização do Ibama, tendo o Instituto entrado em contato com a Secretaria Estadual do Trabalho, para conversarem sobre a criação da unidade de preservação (Azevedo, 1990, p. 26).

Com bioma de Mata Atlântica, vegetação em bom estado de conservação, terreno inclinado e acidentado, o destino mais provável para Gleba Modesto Leal passou a ser de área de preservação, conforme reportagem, o ambientalista Romildo de Melo ressaltou em entrevista sobre a necessidade de preservação e de fiscalização da área, devido a invasões e desmatamentos (O Globo, 1990, p. 25). No entanto, o processo até se tornar uma área de preservação não ocorreu de forma rápida, pois ao longo da década de 90, teve a movimentação de ambientalistas, para que a Gleba se tornasse Parque; os técnicos do IEF, elaboraram relatório para viabilização, por parte do governo do Estado, até que 1997 o Governo do Estado do Rio de Janeiro resolveu conceder a Gleba para o Município (Xerez, 1997 p. 4), tendo o Governador Marcello Alencar feito a entrega em junho de 1998, durante a

Semana do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, para o Prefeito do Município de Nova Iguaçu, Nelson Bornier, com cessão de uso por 20 anos renovável por igual período a Prefeitura, para criação do Parque (Jornal do Brasil, 1998).

Em 1998, a Prefeitura de Nova Iguaçu fundou o PNMNI, e no ano seguinte o Parque passa a pertencer a mais um município, visto que Mesquita, que até então era um bairro de Nova Iguaçu, teve sua emancipação declarada em 25 de setembro de 1999.

No mesmo ano de criação do Parque teve início a elaboração do Plano de Manejo, em setembro de 1998, com as primeiras atividades que resultaram no Volume 1 do Plano de Manejo, relatório que contemplou, num primeiro momento, reuniões técnicas entre HABITEC e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, com a finalidade de fazer uma sistematização das informações pré-existentes, e diagnosticar a situação ambiental da unidade; organizando de dados primários e secundários acerca da área.

O Plano de Manejo da Unidade foi elaborado no período que compreendeu 1998-1999, tendo sido aprovado em 2000. Sua execução ocorreu por um Convênio entre a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, o Fundo Estadual de Meio Ambiente e o Instituto Estadual de Florestas, com publicação fruto de Convênio da Prefeitura com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, dados obtidos no próprio documento em questão (Nova Iguaçu, 2001).

1.6 Da Virada do Milênio à Atualidade – 25 anos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Na primeira década, após a virada do milênio, houve o registro da manifestação de interesse dos Municípios de Duque de Caxias, Paracambi e Nova Iguaçu em criar e recuperar os parques florestais, no intuito de fomentar o turismo ecológico, tendo o PNMNI sido apontado, uma vez que Nova Iguaçu se encontraria na dianteira, já que estavam na fase de construção da Sede do Parque, pela Prefeitura, e realizariam licitação para escolha de empresa que determinaria trilhas a serem exploradas para caminhada ecológica (Rodrigo Cerqueira e Rosana Rodrigues, 2001).

Conforme Mello (2008), por apresentar evolução geológica característica, mediante a iniciativa pioneira do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), em 2004, por meio do Projeto Caminhos Geológicos, o PNMNI teve a indicação para ser elevado a categoria de Geoparque, conceito criado pela Unesco, denominando “uma área que contenha um significativo patrimônio geológico, forte estrutura de gestão e estratégia

de desenvolvimento econômico sustentável” (Unesco, 2004).

O projeto Caminhos Geológicos teve início em 2001, com objetivo principal de divulgar o conhecimento geológico do estado do Rio de Janeiro, “com base na conservação de seus monumentos naturais e por meio da implantação de painéis explicativos sobre a evolução geológica do local” (SILVA, 2008, p. 157), tendo até 2008, implantado 67 painéis com informações geológicas, em 24 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Tratando sobre a questão fundiária, com as invasões ao longo das décadas de 80 e 90, a Prefeitura de Nova Iguaçu identificou 32 ocupações, dos quais, foram deslocados 27 (vinte sete), por não se qualificarem como residentes, pelo cadastro social realizado pela Secretaria de Ação Social de Nova Iguaçu, e no ano de 2007, as 5 famílias restantes voluntariamente saíram do Parque, após indenização, o que tornou o PNMNI uma das poucas UC sem problemas de ocupações irregulares, com situação fundiária inteiramente resolvidas do Estado (Mello, 2008).

O PNMNI foi ganhando destaque, sendo citado em matérias como importante território para a preservação do Bioma de Mata Atlântica, com natureza preservada (Furtado, 2005), com espécies em perigo de extinção; um reduto de fuga do estresse das áreas urbanizadas, que possibilitava o visitante sair do virtual para a prática do seu lazer, conforme suas preferências; com programas de voluntariado, envolvendo ações de preservação, limpeza e reflorestamento.

Na década seguinte, o Parque continuou em evidência, pela vegetação e como alternativa de lazer, um lugar para curtir as férias em família, com diversão ao ar livre. Nas reportagens sobre as potencialidades da Baixada Fluminense, os destaques são: o bioma, os poços, as cachoeiras, as trilhas, como se constata nas reportagens intituladas “Nova Iguaçu mais verde” (Globo, 2012) e “A natureza se espalha pela Baixada” (O Globo, 2016), e mais recentemente o Programa Expedição Rio exibido em 2021, com quinto episódio destinado à Baixada Fluminense teve entre os atrativos a Janela do Céu, do PNMNI (O Globo, 2021).

Assim, como há muito pelo que preservar e desfrutar, muitos são os desafios, tendo como um deles a questão de insegurança, fato que ganhou destaque em 2014, conforme denunciado por uma moradora da região, visto que haviam bandidos armados em meio à mata, tendo o Secretário de Meio Ambiente de Nova Iguaçu se pronunciado e informado sobre a contratação de uma guarda patrimonial armada, que teria causado efeito; e o 20º Batalhão de Polícia de Militar de Mesquita comunicado que policiamento ocorria, por meio de viaturas, nas vias de acesso do PNMNI (O Globo, 2014).

Entre os muitos desafios existentes, a manutenção da UC encontra-se entre elas, uma vez que conta com um efetivo de funcionário pequeno, que participam de operações de combate a caçadores e na busca de ocupação ilegal nas áreas intangíveis, trabalho realizado em conjunto com agentes da Guarda Ambiental Municipal e com apoio da Companhia de Policiamento Ambiental da Polícia Militar, a partir de ações previamente planejadas, como informou na matéria “Operação da Prefeitura de Nova Iguaçu apreende materiais de caça na Serra do Vulcão”, divulgada no site da Prefeitura de Nova Iguaçu.

Mas, em meio a conflitos e ameaças, desde sua criação, segundo Queiroz (2018), o PNMNI apresentou recuperação da flora, no limite da vertente norte e no interior da vertente sul, reflexo do trabalho da equipe de funcionários da Unidade de Conservação e da gestão implementada, tendo sido desenvolvido projetos de reflorestamento, em meio os desafios, que vão desde a escassez de material para as atividades diárias de manutenção do Parque, até os baixos salários.

Os esforços são reconhecidos também em programas e reportagens, como no Programa Expedição Rio⁹, que trouxe no seu quinto episódio sobre a Baixada Fluminense, entre outros atrativos, O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, A Janela do Céu, onde enfatizou a existência de Baixada Verde exuberante e na reportagem “Recantos verdes de uma baixada pouco conhecida”, de 2019, a Unidade aparece no levantamento das áreas verdes da Baixada Fluminense, realizado em decorrência do Projeto Baixada Verde, que tinha entre os seus objetivos a quebra do estigma de região violenta, enfatizando a existência de estruturas pouco conhecidas, que poderiam ser destinadas a atividade turística (Galdo, 2019).

Esta possibilidade de alteração de percepção sobre a Região Baixada Fluminense, segundo Galdo (2019), como detentora de Paraísos Verdes, nasceu de uma reunião do Fórum Estadual de Secretários de Turismo (FEST-RJ), em 2017, com implementação, desenvolvimento e adesão do Estado, Universidades e empresários. Entre os representantes do Projeto Baixada Verde encontram-se membros do poder público e iniciativa privada, ligados ao Turismo, dos 10 municípios que faziam parte da então Região Turística Baixada Fluminense, que se mobilizaram e criaram o Fórum de Turismo da Baixada Verde. Entre as primeiras ações, deliberaram pela alteração da região turística de Baixada Fluminense para Baixada Verde, no intuito de reverter qualquer imagem negativa a Baixada Fluminense, e ressaltar a riqueza natural da região, conforme Fogaça, Mendonça, Costa e Catramby (2020).

9 Programa Expedição Rio produzido pela Globo Comunicação e Participações S.A, apresentado em novembro de 2021, com cinco episódios, tendo o quinto tratado da Baixada Fluminense (O Globo, 2021).

Em desdobramento, em fevereiro de 2018, foi entregue o Plano Estratégico do Turismo da Baixada Verde, elaborado pela Secretaria de Estado de Turismo e o Sebrae-RJ, através de uma parceria, no intuito da Região Turística, então recém-renomeada, tivesse metas e objetivos, em concordância com os recursos disponíveis de forma eficiente (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2018).

Por fim, este capítulo apontará os instrumentos legais, que se caracterizam de grande importância, pois normatizam o que pode, ou não pode ser executado no território em questão (Município de Nova Iguaçu), estando entre eles: a Lei nº. 4.092, de 28 de junho de 2011, que diz respeito ao Plano Diretor Participativo e o sistema de gestão integrada e participativa da cidade de Nova Iguaçu, que segue os termos do artigo 182 da Constituição Federal; o capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade e do art. 14, § 3º da Lei Orgânica da Cidade de Nova Iguaçu, no capítulo I, que trata da Divisão Territorial do Município, que o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, junto com a Reserva Biológica de Tinguá, encontram-se na Macro-Zona de Preservação Ambiental Integral, com função básica de preservação da natureza, sendo admitidos os usos que não envolvam consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, com proibição a quaisquer usos, que não estejam direcionados à pesquisa, ao ecoturismo e à educação ambiental (Nova Iguaçu, 2001).

E no Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (2001), as condições observáveis, entre os objetivos específicos de manejo são:

- Fomento a pesquisa e monitoramento dos recursos naturais, culturais e históricos;
- Estimular a realização de estudos geológicos das atividades vulcânicas ocorridas no maciço Gericinó-Madureira-Mendanha, divulgando as informações coletadas;
- Proteção dos sítios históricos, ofertando aos visitantes a possibilidade de conhecer a história da região;
- Propiciar aos visitantes e comunidades localizadas no entorno conhecimentos sobre o PNMNI, enfatizando a importância de cada ator nos processos de proteção da Unidade de Conservação;
- Dispor ao público um espaço de lazer e recreação com contato direto com a natureza, respeitando os regulamentos e normas estabelecidos da Unidade.

No entanto, nem nos objetivos acima, nem nos demais objetivos, que constam no Plano de Manejo do PNMNI (Nova Iguaçu, 2001), há a citação direta das palavras ecoturismo e educação ambiental, no entanto, no decorrer do documento, no capítulo cinco, que tratou

sobre Programas de manejo para implantação e operação da UC, existe a previsão de ações e atividades destinadas a promover Educação Ambiental, como de desenvolver o Ecoturismo.

CAPÍTULO II – Inventário do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Neste capítulo, foram trabalhados a infraestrutura e atrativos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, tendo como guia base o Formulário de Inventário de Oferta Turística (IOT), disponibilizado pelo Ministério do Turismo, da Categoria C1 – Atrativos Naturais, o C.1.5 Unidades de Conservação e similares, por ser o Inventário da Oferta Turística uma ferramenta, que contribui nos estudos de planejamento turístico, contendo questões previamente ordenadas, para que com os dados coletados possibilite informações atualizadas sobre o locus do consumo e da produção do produto turístico (Fratucci; Moraes, 2020), composto pela “soma dos atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços turísticos, da infraestrutura de apoio e de todas as suas interações e inter-relações, conforme proposto por Boullón (1990) e Beni (2004)”, conforme Fratucci (2000, p. 49).

As Unidades de Conservação possuem por finalidade a preservação de ecossistemas e habitats naturais; a diversidade biológica, com a aplicação de garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000), logo, orientações de conduta são exigidas, e estando o PNMNI dentro da categoria de Proteção Integral, conforme o Art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), seu objetivo básico seria o de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, que permitiria a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Em meio os segmentos do turismo, alguns são os desenvolvidos em Ucs, como: turismo de aventura, turismo na natureza e o Ecoturismo, que dentre as modalidades mencionadas, é o que abrange os objetivos básicos apresentados pelo SNUC, visto que é o “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Brasil, 1994), sido replicado no documento “Ecoturismo: orientações básicas” de 2010, conceito referência no país, abrangendo: proteção ambiental e cultural, aspectos relativos a formação de uma consciência ambientalista e de promoção de bem-estar das populações envolvidas.

O ecoturismo, ainda, pode ser compreendido: “[...] forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e

deve contribuir para a conservação ou preservação destas” (FENNELL, 2002, p.52-53).

Sendo assim, Fennel (2002), correlacionou a relevância do Ecoturismo nas ações de ensino sobre a natureza, em meio a ela, que possibilitaria a formação de uma consciência ambientalista, mencionada no conceito anterior, desta forma, o Ecoturismo se caracterizaria como modalidade de turismo ideal em Unidades de Conservação, visto que aqueles que o praticariam, reproduziriam em suas ações consciência e responsabilidade ambiental, tendo no capítulo 5 o Programas de manejo para implantação e operação da UC, um tópico denominado Subprograma de Ecoturismo no Plano de Manejo¹⁰ do PNMNI, elaborado entre os anos de 1998-1999, legitimado em 2000, resultado do convênio entre a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, o Fundo Estadual de Meio Ambiente e o Instituto Estadual de Florestas (Nova Iguaçu, 2001), mas sem revisão, como instrui o SNUC.

O Plano Diretor também institui o PNMNI como um lugar pensado e concebido para o Lazer, sendo este “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, 2004, p. 34), logo, englobando atividades de escolha do indivíduo, após as atribuições de cunho pessoal ou profissional.

E trabalhando o lazer turístico, este se caracterizaria por atividades de livre arbítrio, que proporcionem satisfação, mediante o referencial de valores, motivações e disposição econômica do ser humano (Bacal, 2003). Congrega, portanto, uma gama de elementos, a partir de um interesse individual, onde o sujeito tende a buscar refúgio, para abstrair das pressões que regulam seu cotidiano, podendo exercer uma ou mais atividades em um único local, e as atividades estarem inseridas em diferentes classificações do turismo, como as disponíveis no PNMNI, como: as culturais, de recreação, de repouso, contemplação, esporte, pesquisa, entre outros (Queiroz, 2018).

Por fim, o PNMNI garante ainda o direito social, assegurado pela Constituição de 1988, uma vez que “o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros (...) assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país” (MARCELLINO & FERREIRA, 2007, p.11), visto ser um lugar gratuito, de livre acesso, com distintas possibilidades de lazer. Sendo assim, no ponto

10 Um “documento técnico o qual, se estabelece o zoneamento, as normas que presidem o uso da área e manejo dos recursos naturais, e quais estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

seguinte, será apresentado as vias de acesso à Unidade.

2.1 Como chegar

Há algumas possibilidades de chegar ao PNMNI, tanto pela Vertente norte, quanto pela Vertente sul, sendo os acessos:

- O acesso para a Vertente Norte acontece pelo bairro da Luz, em Nova Iguaçu, por uma rua em frente da Universidade Iguaçu (UNIG), com nome Miguel Teixeira Carvalho, e em seguida pela rua Ac. Morro do Vulcão, que dará a Estrada do Tatu-gamela, não pavimentada;

Com relação a transporte público, por ônibus, havendo diversas linhas disponíveis, que podem ser acessadas na Estação de Trem de Nova Iguaçu, que darão a Avenida Abílio Augusto Távora, com ponto de descida na altura do número 2134, tendo como referência a UNIG.

- Para a Vertente Sul, os principais acessos darão na Estrada da Cachoeira (Figura 10), via não pavimentada, onde os pedestres e usuários de transporte público acessaram por:

Nova Iguaçu: via bairro Caonze, com ponto de referência a Praça do Caonze, possível somente para pedestres, devido a uma extensão informal, não asfaltada, pela Rua Juvenal Valadares.

Via Mesquita: via bairro da Coréia, tomando como referência a Estação Ferroviária de Juscelino (antiga Vila Nova) na Estrada Feliciano Sodré, entrando pela Rua Bahia, até a Av. Brasil.

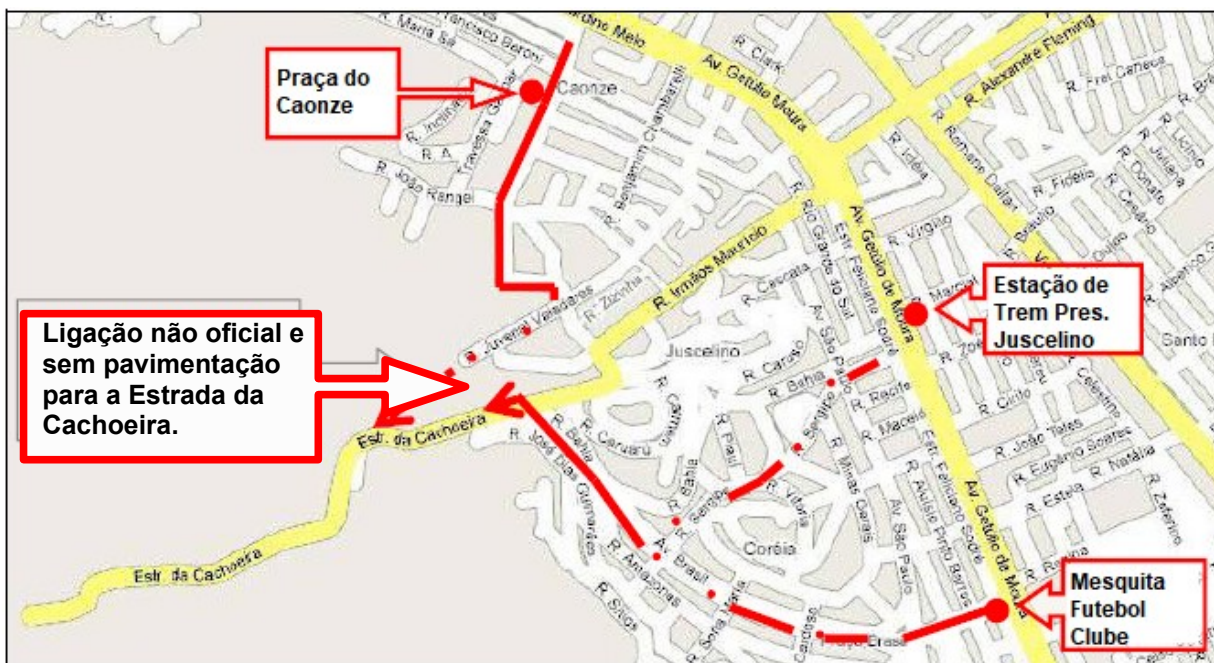
O visitante, que for de transporte público, optando pela entrada do bairro Caonze, em Nova Iguaçu, descerá na Rua Cel. Bernardino de Melo, enquanto que se optar ir por Mesquita, pelo bairro da Coréia, descerá na Estrada Feliciano Sodré (mesma rua, sendo que recebe nomes diferentes em cada um dos municípios).

Há ainda a linha 4621 de Nova Iguaçu - Rua da Serra (Via Coréia/Av. Brasil), Viação Vila Rica, que deixa no bairro Coréia, ponto de descida na Av. Brasil, que dará na Estrada da Cachoeira.

Com relação as vias de acesso, que dão para o PNMNI, dois problemas apontados por Melo (2008) e Queiroz (2018), que dificultaria o acesso dos visitantes a Unidade, seria a falta de sinalização e condição das estradas, fato este também relatado por distintos visitantes, em

seus relatos no *Google My Business*.

Figura 10: Principais acessos a Estrada da Cachoeira de Nova Iguaçu e de Mesquita



Fonte: Mello (2008), adaptado por Muranaka (2022)

Dentre as unidades de apoio mencionadas, encontradas no Município de Nova Iguaçu, as unidades de saúde e segurança pública, cobrem outros municípios da Região da Baixada Fluminense, atendendo as necessidades de distintos cidadãos, no que diz respeito:

2.2 Infraestrutura de Apoio

Devido, a centralidade exercida, em outrora e que reverbera até os dias atuais (Rocha, 2014), o Município de Nova Iguaçu detém um conjunto de serviços, que atende outros Municípios da Baixada Fluminense, o que poderá ser observado na infraestrutura de apoio, tendo como referência para a cálculo das rotas¹¹ a saída da entrada da Vertente sul do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu:

- De farmácias, padarias, restaurantes, postos de combustível, pontos de ônibus, estações de trem: distâncias variam de 2 Km à 4 Km;
- Hotéis de Rede, em Nova Iguaçu: de 4,7 Km à 5 Km.
- Terminal de Nova Iguaçu: aproximadamente 5 Km;
- Hospital Geral de Nova Iguaçu: 8 km;
- 4º Grupamento de Bombeiros Militares, em Nova Iguaçu: distâncias variam de 7,5

11 Rotas calculadas a partir da entrada do PNMNI (Vertente Sul), por meio do *Google Maps*.

Km à 8,2 Km

Dentre as unidades de apoio mencionadas, encontradas no Município de Nova Iguaçu, as unidades de saúde e segurança pública, cobrem outros municípios da Região da Baixada Fluminense, atendendo as necessidades de distintos cidadãos, no que diz respeito:

- Hospital Geral de Nova Iguaçu, também conhecido como Hospital da Posse (bairro, onde está localizado), conforme Benedicto (2019), foi idealizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), extinto pela lei federal 8.689, em 1993, que comprou um prédio de propriedade particular, construído para ser uma clínica para idosos em 1980. Após o prédio ser adaptado, o INAMPS convocou uma equipe composta por enfermeiros, médicos e funcionários administrativos para início das atividades do hospital, ocorrendo em 1982 concurso público do Governo Federal para integrar o quadro de recursos humanos, sendo o Hospital Geral de Nova Iguaçu inaugurado no segundo trimestre do mesmo ano. O Hospital Geral de Nova Iguaçu é uma unidade da rede municipal de saúde de Nova Iguaçu (recebendo recursos Federais, Estaduais e Municipais), com atendimento 24hs de urgência e emergência de média e alta complexidade, sejam eles clínicos e cirúrgicos, sendo referência na Baixada Fluminense e localizado próximo às rodovias Presidente Dutra e Washington Luís, e a Avenida Brasil (Benedicto, 2019).
- O 4º Grupamento de Bombeiros Militares – Nova Iguaçu e o 14º Grupamento de Bombeiros Militares – Duque de Caxias, fazem parte do Comando de Bombeiro de Área VI – Baixada, estando ligados ao de Nova Iguaçu os destacamentos de: Belford Roxo, Nilópolis, Paracambi, Queimados, Seropédica; e ao de Duque de Caxias, o de São João de Meriti. Responsáveis por buscas, prevenção e combate a incêndios, salvaguardar bens materiais, salvamentos e socorros públicos, nas suas respectivas áreas de atuação (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO).
- O Terminal de Nova Iguaçu, inaugurado em 1979, é administrado pela Rio Terminais Rodoviários de Passageiros S/A¹² (RIOTERP S/A), utilizado por 19 empresas de ônibus, oferecendo 34 linhas (intermunicipais e interestaduais), apresentando fluxo de usuários, por mês, de aproximadamente 1,4 milhões de pessoas (RIOTERP S/A).

12 “Criada em 2012, a Rio Terminais ganhou a concessão da Coderte/Governo do Estado do Rio de Janeiro para operação, administração, manutenção, conservação, reforma, construção, reconstrução e exploração comercial conjunta dos Terminais Rodoviários Coronel Américo Fontenelle – Central do Brasil, Menezes Côrtes – TGMC, Nilópolis e Nova Iguaçu, por 25 anos” (RIOTERP S/A).

Outro equipamento, ainda que não esteja mais em atividade, tendo parte da pista destruída para as instalações do Hospital Estadual Dr. Ricardo Cruz (HERC), para tratamento exclusivo de pacientes com covid-19, é o Aeroclube de Nova Iguaçu, fundado em 1942 (Araújo, 2013), que possuía uma pista com quase a mesma dimensão da pista do aeroporto de Santos Dumont-RJ, utilizada como ponto de pousos de pequenos aviões para fins comerciais, de instrução, pousos de planadores e ultraleves, interdito pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2014, devido o mau estado da pista, pela ausência de manutenção do asfalto, no que implicaria na falta de segurança, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação, a cidade do Rio de Janeiro-RJ, uma das principais portas de entrada de turistas internacionais (Ministério do Turismo, 2022) e domésticos (Ministério do Turismo, 2021) do Brasil, a distância do PNMNI, encontra-se:

- Terminal Rodoviário Novo Rio-RJ: 36,2 Km.
- Aeroporto Internacional Tom Jobim, ou Galeão (GIG): 31,5 Km.
- Aeroporto Santos Dumont (SDU): 41,5 Km.

2.3 Infraestrutura

Conforme apresentação do Gestor do PNMNI, Edgar José Silva Martins, no Fórum Regional de Turismo Fluminense - Edição Baixada Verde, realizado pela Secretaria de Estado do Turismo do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 2022, a única guarita está localizada na Vertente sul do Parque, por onde o acesso ocorre pela Estrada da Cachoeira, vindo do bairro do Caonze (Município de Nona Iguaçu) ou pelo bairro da Coréia (Município de Mesquita), não havendo o controle de visitantes pela Vertente norte.

Chegando a guarita da entrada principal do PNMNI, à esquerda, o visitante encontrará acesso a Represa Epaminondas Ramos e a poucos metros, do lado direito, encontram-se os únicos banheiros, mas sem adaptações para atender portadores de deficiência.

Tratando sobre a sinalização, os pontos principais da Vertente Sul, possuem placas distribuídas pela: entrada da Unidade, ao longo da Trilha Caminho das Águas e na Trilha da Varginha, o que passa para os visitantes, ser o Parque bem sinalizado, como apontado por Queiroz (2018) e nas análises realizadas pelos visitantes no *Google My Business*. No entanto, a sinalização existente, se restringe a área principal e com maior circulação da Unidade, havendo pouca sinalização em outras áreas, sendo praticamente ausente na Vertente norte da

Unidade, ainda que seja uma metas da gestão da Unidade a instalação de novas placas, já encomendadas e outras recebidas, aguardando sua colocação.

Com relação a infraestrutura física de apoio, a equipe de funcionários e pesquisadores do PNMNI, contam com a guarita e a Sede Administrativa, com: recepção, cozinha, banheiro, cômodo para descanso, local para guardar pertences, recinto com mesas, cadeiras, computadores, armários, estantes, materiais utilizados para as atividades de educação ambiental e documentação; não possuindo linha telefônica, nem ponto de internet, e a comunicação entre os funcionários realizada por aparelhos de rádio; não havendo estabelecimentos comerciais, no interior da UC.

De equipamentos de locomoção, a UC conta com 3 veículos: 01 quadriciclo, 01 moto e 01 caminhonete *pick up*.

No que se refere a equipe de funcionários, encontram-se distribuídos nas seguintes coordenações: de Pesquisa, Fiscalização, Manutenção, Uso Público e de Educação ambiental, no entanto, o pessoal existente é insuficiente, acarretando no acúmulo de funções do diretor do Parque e de outros membros da equipe (Queiroz, 2018), havendo: sete funcionários, três estagiárias, dois terceirizados da Cedae e voluntários, conforme o Gestor de Uso Público do PNMNI (2022).

Dentre as ações realizadas pela equipe de funcionários do PNMNI, verifica-se: atividades de educação ambiental e reflorestamento, no interior e fora da Unidade; cadastro e apoio aos pesquisadores; Eventos; notificações sobre regras de conduta; controle de incêndios florestais; reparos a infraestrutura existente; verificação, no caso de grupos, se ocorreu a solicitação prévia para entrada nas trilhas, ou realização de atividade de rapel, visto que são repassadas orientações, indicação do número ideal de pessoas, e em caso de rapel, a necessidade de equipamento de segurança, entre outras.

Por fim, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu possui Conselho Gestor, com caráter consultivo, criado pela Portaria Municipal nº 06 e 07 de 4 de outubro de 2001, com dez membros e seus respectivos suplentes, lhe competindo: a formulação de propostas referentes a Gestão da UC; e debate e propostas de programas e ações.

2.4 Comunicação

Como meios de comunicação, foram encontrados: as redes sociais *Facebook* e *Instagram* do PNMNI, onde são postadas informações e curiosidades diversas; postagens

sobre a Unidade também são publicadas nos perfis da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Nova Iguaçu e Prefeitura de Nova Iguaçu, movimentadas pelo setor de comunicação da Prefeitura de Nova Iguaçu; no site da Prefeitura de Nova Iguaçu, em notícias, também ocorrem publicações sobre ações e eventos relacionados ao PNMNI, e um mesmo material, quando relacionada a mais de uma Secretaria, tende a ser replicado.

Com relação as redes sociais do PNMNI, estas podem utilizadas para diferentes fins, entre eles: divulgação, transparência, comunicação e outros, no entanto, não há periodicidade de postagens, ainda que as possibilidades de material para criação de conteúdo seja vasta, pelo trabalho desenvolvido, biodiversidade, aspectos geológicos, patrimônios existentes, etc.

Outro canal de comunicação é o disponibilizado pelo *Google My Business*, ferramenta gratuita, no qual o PNMNI possui um perfil. Nesta ferramenta, o dono do perfil pode disponibilizar informações de localização, nome, horário de funcionamento, e habilitar ou não o recurso de retirada de dúvidas; e os usuários, voluntariamente e de forma orgânica, podem escrever avaliações de duas formas: pontuando com até 5 estrelas, e deixando suas análises e percepções, através de um comentário, relato, registros fotográficos, se assim o desejar; por fim, os usuários podem sinalar se gostaram de comentários já postados, denunciar e compartilhar.

Como pontos positivos da ferramenta do *Google My Business*, estão: ser os comentários espontâneos, a partir de uma percepção vivenciada; a possibilidade de anexar imagens, o que ajudaria potenciais visitantes a vislumbrarem os atrativos existentes na Unidade; a possibilidade do comentário ser avaliado como bom, de poder ser compartilhado e denunciado; se configurado, há a alternativa de deixar perguntas. Como negativos: a avaliação poder ser realizada apenas por estrelas; fatores externos, que não cabem a administração, serem considerados na avaliação, como a estrada de acesso; e a subjetividade do comentário.

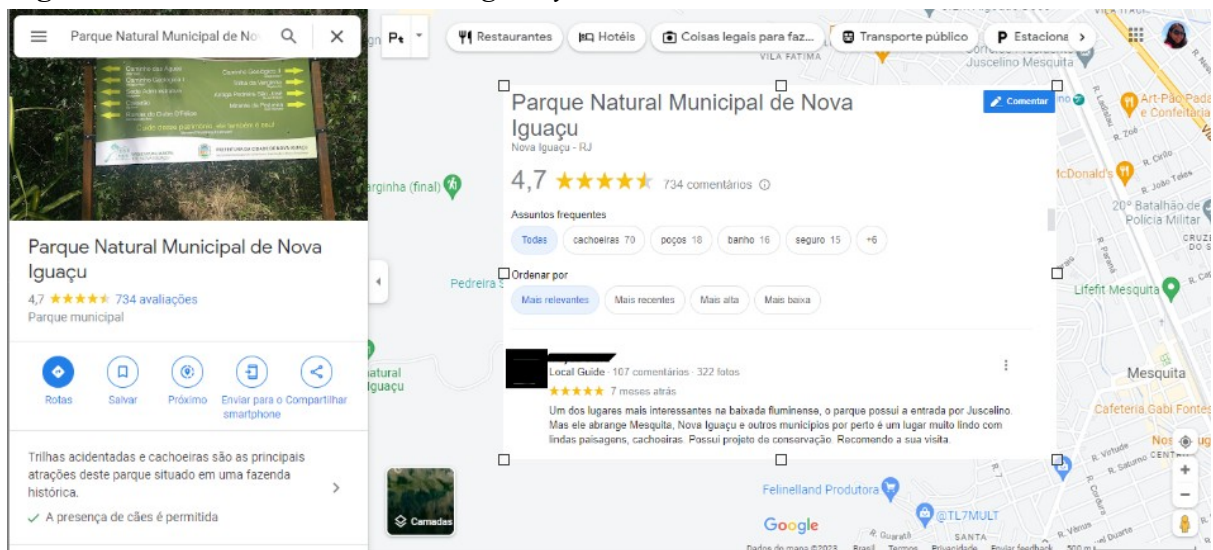
Ainda, que para o trabalho, tenha sido utilizado dois perfis, ao todo foram identificados nove perfis relacionados ao PNMNI, sendo estes: Trilha da Varginha (2 avaliações); Poço da Natureza (5 avaliações); Poço das Cobras (16 avaliações); Pedra da Contenda (104 avaliações); Caminho Geológico (117 avaliações); Vulcão de Nova Iguaçu – Maciço do Rio de Janeiro (170 avaliações); Cachoeira Véu da Noiva (423 avaliações); Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão, Nova Iguaçu – RJ (494 avaliações); Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu – RJ (719 avaliações).

Dentre os perfis listados, os critérios utilizados para a seleção dos dois escolhidos,

foram: o de maior número de avaliações e que apresentasse comentários de aspectos gerais, tendo sido o da Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão, Nova Iguaçu – RJ (494 avaliações) e Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu – RJ (730 avaliações), pois exibiam avaliações que compreendiam distintos aspectos das Vertentes Norte e Sul, respectivamente.

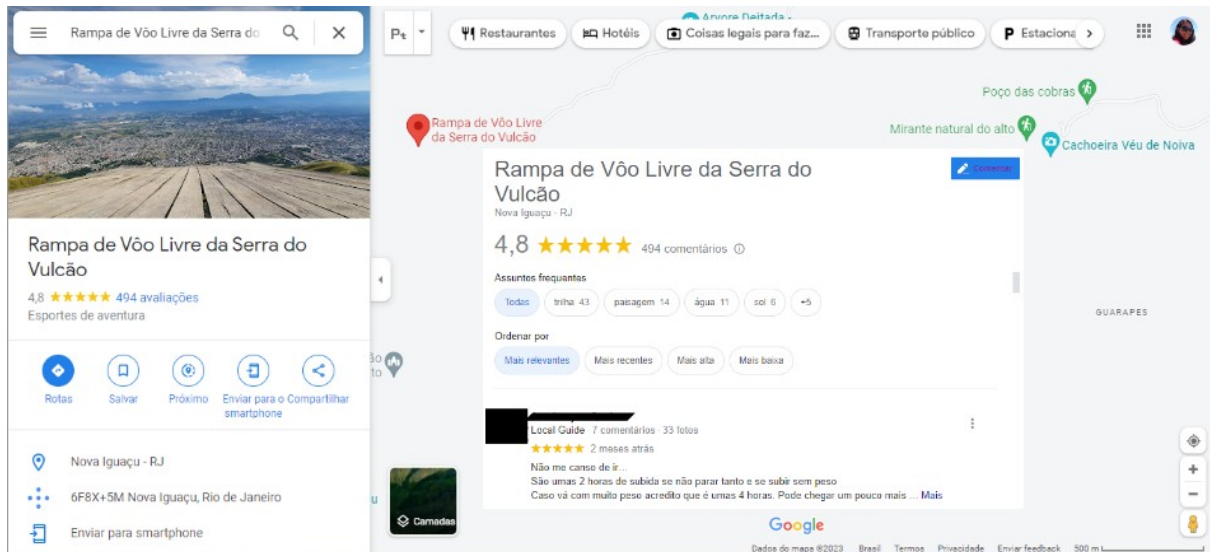
No que se refere a pontuação recebida nas avaliações, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu – RJ (Figura 11), com 730 avaliações, possui média de 4.7, com relatos citando distintos atrativos, serviço e infraestrutura presente na Vertente Sul do PNMNI, tendo destaque as cachoeiras, localizadas ao longo da Estrada da Cacheira, Caminho das Águas; o da Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão, Nova Iguaçu – RJ (Figura 12), com 494 comentários e média da pontuação de 4.8, com relatos direcionados a pontos distintos do percurso existente na Vertente Norte do PNMNI, ainda que o nome remeta a Rampa de Voo Livre, tendo como assunto frequente as trilhas.

Figura 11: Perfil do PNMNI no *Google My Business*



Fonte: *Google my Business*

Figura 12: Perfil da Rampa do Vulcão no *Google My Business*



Fonte: *Google my Business*

Considerando os apontamentos das avaliações registradas no perfil do *Google My Business* do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, observou-se, utilizando a matriz SWOT, que segundo McCreddie (2008) é uma ferramenta de planejamento estratégico e de gestão organizacional, estruturada entre as décadas de 1950 e 1960, para análise de ambiente, com base em quatro variáveis presentes nas características internas e externas de uma organização, que são: suas forças (Strengths) e fraquezas (Weaknesses), e as características externas a este ambiente, oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats), algumas questões a serem observadas, expostas na Figura 13.

Figura 13: Matriz SWOT - Perfis do *Google my Business*



Fonte: *Google my Business*

Como apresentada na Figura 13, muitos foram os apontamentos relacionados a variável de Força, que estão relacionados aos pontos que a diferem e que foram conquistados pela entidade, ao longo de 24 anos, estando de acordo com as informações apresentadas, nas demais variáveis, há questões não citadas e identificadas ao longo deste trabalho, que serão complementadas.

Na variável de Fraquezas, há escassez de recursos, não mencionada, ainda que tenham mencionado a falta de funcionários; nas variáveis voltadas a fatores externos, em Oportunidades, ações de Capacitações e a possibilidade de constituição do mosaico de unidades de conservação, presentes no Maciço do Gericinó Mendanha; por fim a variável Ameças, a vandalização das placas localizadas no interior da Unidade e roubo das colocadas na área do entorno, conforme colocado pela administração do PNMNI.

Nos apontamentos retirados das avaliações dos visitantes e levantadas ao longo da pesquisa, verifica-se questões que tem sido registradas e indicadas em trabalhos acadêmicos, por pesquisadores da Unidade, estando entre eles Mello (2008) e Queiroz (2018), e que podem contribuir no planejamento estratégico e gestão da Unidade.

2.5 Perfil dos Visitantes

Sobre o perfil dos visitantes do PNMNI, conforme registro realizado pela Vertente Sul, no segundo semestre de 2021, certifica-se:

Figura 14: Origem dos Visitantes do PNMNI



Fonte: Dados da Coordenadoria de Uso Público do PNMNI

Figura 15: Faixa Etária dos Visitantes do PNMNI



Fonte: Dados da Coordenadoria de Uso Público do PNMNI

A partir destes dados, constata-se que o público predominante, que utiliza o PNMNI, pertencente aos Municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, sendo este jovem e adulto, entre 10 à 49 anos, sendo o maior índice de visitantes do sexo masculino, que neste período foi de 62% e 36% feminino, com 2% não respondendo.

Estes dados demonstram a relevância da Unidade para o entorno como área de lazer, pois ainda que os dados estejam limitados aos visitantes que adentram o Parque pela Vertente Sul, em um período de funcionamento oscilante, com horário reduzido devido a Covid-19 e fechamento causados por fenômenos naturais, a reabertura em horário de funcionamento normal de 8 às 17 h ocorreu em período do ano, que atrai maior número de visitantes, não destoando dos dados gerais de visitação de 2022 quanto a configuração de origem dos visitantes, faixa etária e sexo predominante, que encontram-se de acordo com trabalhos de outros pesquisadores (Mello, 2008; Oliveira, 2017; e Queiroz, 2018).

2.6 Ações Administrativas

Dentre as ações realizadas pela equipe do PNMNI, verifica-se: manutenção das áreas abertas à visitação; intervenções voltadas a educação ambiental e reflorestamento, dentro e fora da Unidade; cadastro e apoio aos pesquisadores; eventos; notificações sobre regras de conduta; controle de incêndios florestais; reparos a infraestrutura existente; controle de visitantes; verificação, no caso de grupos, se ocorreu a solicitação prévia para entrada nas trilhas, ou realização de atividade de rapel, visto que são repassadas orientações, indicação do número ideal de pessoas, e em caso de rapel, a necessidade de equipamento de segurança, entre outras.

Por fim, há o Conselho Gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, órgão consultivo, criado pela Portaria Municipal nº 06 e 07 de 4 de outubro de 2001, com dez membros e seus respectivos suplentes, lhe competindo: a formulação de propostas referentes a Gestão da UC; e debate e propostas de programas e ações.

2.7 Zoneamento

No que diz respeito ao zoneamento, conforme exposto no Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001), o PNMNI é constituído por seis Zonas¹³ de Uso (Figura 16), denominadas:

13 O Zoneamento consiste na “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (BRASIL, 2000).

zona intangível, com matas preservadas, localizada nas cotas altimétricas mais elevadas; zona primitiva, com matas em estado excelente; zona de recuperação, áreas degradadas, ou seja, que apresenta solos descobertos; zona de uso especial, área da entrada e acima da represa; e as zonas de uso intensivo e zona de uso extensivo, onde se encontram concentrados os atrativos.

Figura 16: Zonas de Uso – PNMNI



Fonte: Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001)

Para o zoneamento do Parque Municipal de Nova Iguaçu, os responsáveis observaram o estado de conservação da área, os problemas detectados, os locais de uso pelos visitantes, informações disponíveis sobre a UC, tendo em vista que a configuração das Zonas poderiam ser alteradas, com a revisão do Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2000).

2.8 Atrativos Turísticos

Os atrativos do PNMNI estão localizados nas zonas de uso intensivo e de uso extensivo, nas vertentes sul e norte, estando a entrada principal e a única guarita da UC na vertente sul, por onde ocorre o registro diário de visitantes, havendo neste ponto uma catraca e agentes, que tomam nota dos municípios de origem destes, não havendo este tipo de dado sendo gerado pela Vertente norte, pela falta de infraestrutura.

2.8.1 Atrativos da Vertente Sul

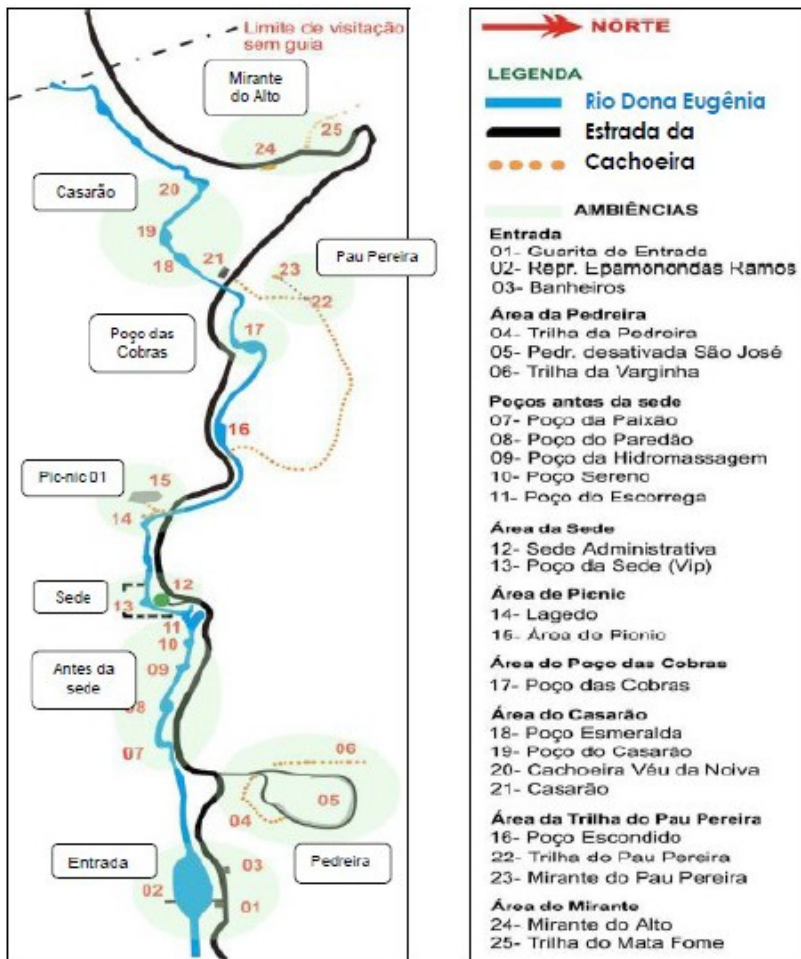
Pela Vertente Sul o visitante terá acesso aos seguintes atrativos: na entrada, do lado da guarita, encontra-se o acesso à Represa Epaminondas, que apresenta um dos cartões de visita

da Unidade, que junto com a Pedreira São José, encontram-se em uma área de relevante interesse para o manejo (Nova Iguaçu, 2001).

Dos atrativos existentes, conforme informado pelo Diretor da Unidade, durante o Fórum Regional de Turismo Fluminense: Edição Baixada Verde, a maior concentração de visitantes permanece na trilha do Caminho das Águas, ao longo da Estrada da Cachoeira, por onde ocorre acesso aos poços e trilhas (Figura 17), que corresponde a 4% da área total do PNMNI, zona de uso intensivo.

Seguindo o acesso principal do Parque, o visitante encontrará uma placa de orientação, informando a direção dos atrativos da área (Figura 18).

Figura 17: Atrativos da Vertente Sul



Fonte: Mello (2008)

Figura 18: Placa de Orientação de Atrativos



Fonte: Muranaka (2022)

O Caminho das Águas, conforme o Diretor do Parque, é o atrativo principal da Unidade, dando acesso a 10 poços sinalizados, denominados como: Poço da Paixão, Poço do Paredão, Poço da Hidromassagem, Poço Sereno, Poço do Escorrega, Poço das Cobras, Poço das Esmeraldas, Poço do Casarão, Poço da Cachoeira Vêu da Noiva, Poço da Natureza, havendo ainda, neste percurso, a Sede Administrativa da Unidade; o Casarão; a Janela do Céu, onde visitantes buscam a foto ideal e por onde é praticado rapel, estando localizada em um acesso antes do Poço da Natureza, porém sem sinalização de indicação; as ruínas do Clube Dom Felipe (somente acompanhado de um agente do PNMNI).

Nas placas de sinalizações dos poços, há informações quanto a profundidade; nível de dificuldade de acesso, tendo em vista que alguns poços apresentam maior desnível entre o curso d'água e a estrada; instruções do que seria proibido, entre outras informações, que variam de um poço para outro.

Com relação as placas distribuídas na Vertente Sul, há referências sobre espécies da fauna, que poderão ser encontradas; de localização, indicando onde o visitante se encontra, no Caminho das Águas; sobre regras de conduta; informações sobre cada poço; de informações geológicas, resultado do Projeto Caminhos Geológicos, produzido pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ); da trilha da Varginha, sendo que as demais não encontram-se sinalizadas; informações históricas sobre o Casarão e as ruínas Dom Felipe (Nova Iguaçu, 2001).

Sobre o Patrimônio Histórico Cultural do Município de Nova Iguaçu, duas estruturas

são encontradas, o Casarão, que foi sede da Fazenda Dona Eugênia, construída no século XIX, e o Clube Dom Felipe, que funcionou até meados da década de 1960, ambas em ruínas, que retratam períodos distintos da história deste território (Nova Iguaçu, 2021), como abordado no capítulo anterior.

A Pedreira São José, conforme o Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001), estaria destinada a diversas atividades de lazer, como: piquenique; atividades culturais; contemplação da natureza, rappel e outras. No entanto, após análise do corpo de bombeiros, segundo informado pelo Diretor do PMMNI, o rapel não seria uma atividade viável, devido o risco de rochas se desprenderem do “paredão”, ponto que deverá ser modificado, quando o Plano de Manejo for revisado.

Outra possibilidade de turismo, pouco explorado na Unidade, seria o Geoturismo, que consiste em um tipo turismo com atrativos geológicos (Silva, 2008), como as que são encontradas na área em que o PNMNI, popularmente chamado de “Serra do Vulcão”, com pontos identificados e com informações geológicas, denominados de Caminhos Geológicos, resultado do Projeto Caminhos Geológicos, produzido pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), que contou com os parceiros fixos: a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TURISRIO) e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER); e como parceiros científicos as universidades presentes no Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ, UFRRJ, UFF), centros de pesquisas, empresas públicas, apoio de empresas privadas e prefeituras (Tupinambá e Monlevade, 2014).

O Projeto Caminhos Geológicos tinha como objetivos: difundir conhecimento geológico; conservar monumentos geológicos de modo a serem patrimônios naturais; incentivar o desenvolvimento econômico por meio do fortalecimento da atividade turística, por meio do associado a geologia, a partir do uso de placas e painéis explicativos nos pontos de interesse geológicos, que podem estar localizados em trilhas ou rodovias (em rodovias os painéis ficam junto a sinalização oficial do órgão estadual de estradas de rodagem), conforme colocado por Tupinambá e Monlevade (2014).

No PNMNI o Caminho Geológico I, encontra-se ao longo do Caminho das Águas e o Caminho Geológico II, pela Trilha da Varginha, estando disponível para *download* o material gráfico publicado pelo DRM-RJ para a produção das placas em seu site, no link download, placas – Caminhos Geológicos, opção Nova Iguaçu (DRM-RJ). Ao longo das trilhas mencionadas, além do visitante experimentar o bioma de Mata Atlântica, pode conhecer um

pouco do patrimônio geológico existente.

Sobre as trilhas, além do Caminho das Águas, que fica ao longo da Estrada as Cachoeira, as outras trilhas possíveis são: Trilha da Varginha (da vertente sul à ala norte); Trilha do Pau Pereira (vertente sul); Trilha no Casarão (vertente sul); Trilha Mata Fome (da ala vertente à vertente norte); Trilha da Contenda (vertente norte); Trilha da Pedreira (vertente sul) Trilha do Quilombo (ainda em fase de abertura, vertente norte). Destas trilhas, atualmente, somente o Caminho das Águas e da Varginha possuem sinalização.

Como foi apontado, muitas são as possibilidades para trekking, visto haver possibilidades de trilhas tanto na vertente sul, como norte, como as que atravessam o PNMNI, da vertente sul à vertente norte, ou vice-versa, podendo ser constatados diferentes graus de dificuldade, devido as especificidades do próprio relevo; ao longo destes trajetos, os olhares mais atentos, poderão identificar espécies de fauna e flora; registros dos sítios, do período em que a Unidade foi criada; vestígios dos ciclos econômicos, que foram implementados na região, entre os exemplos, o muro de contenção do período dos laranjais, década de 40, circulado na Figura 19, como também há parte do alicerce da casa do seu Levi, no ponto denominado Mirante do Levi, Trilha da Varginha, de onde é possível visualizar a Baía da Guanabara.

Os traços mencionados podem passar despercebido, ainda que agreguem a experiência e que fortaleçam o desenvolvimento do Ecoturismo, uma vez que não há visitas guiadas ao público, em geral, realizadas por funcionários da Unidade, nem guias de turismo, ou condutores locais cadastrados no PNMNI (Queiroz, 2018).

Figuras 19: Muro de contenção



Fonte: Muranaka (2022)

Atualmente, os guiamentos podem ocorrer por particulares, sendo recomendado grupos

de até 15 pessoas, e em casos de pesquisa e ensino por funcionários da UC, através de agendamento. No caso das ações voltadas à educação ambiental, implementadas pelo Projeto Aprendendo e Preservando (Figuras 20 e 21), marcadas a partir do preenchimento e encaminhamento de formulário (via *e-mail*, que será analisado e autorizado), com até 5 dias de antecedência (podendo ser negada se o envio não obedecer o prazo informado ou por motivos de segurança), consistindo em um passeio guiado abrangendo a história da Unidade e sua biodiversidade, ocorrendo intervenções em pontos importantes, como nas ruínas do casarão da Dona Eugênia; pode ocorrer ainda, uma parada para mergulho na cachoeira, ficando a critério da escola e na sede, há a exposição de animais (em meio líquido), ossos, sementes, entre outros artefatos de espécies da fauna e da flora do bioma de Mata Atlântica.

Figuras 20 e 21: Projeto Aprendendo e Preservando - Atividade com alunos e visitantes



Fonte: Acervo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Nas figuras 20 e 21, encontra-se registros de atividades voltadas a Educação Ambiental, ambas pelo Projeto Aprendendo e Preservando, com públicos distintos, ambas nas dependências no PNMNI, vertente sul (registrado na figura 19), com a visita de uma escola agendada, em outubro de 2019; e a segunda em janeiro de 2022, com os visitantes, durante a Plano Verão (figura 20), que corresponde a um conjunto de ações com o objetivo de impulsionar o ecoturismo na região de maneira segura e organizada (Nova Iguaçu, 2022).

2.8.2 Atrativos da Vertente Norte

O acesso a vertente norte no PNMNI, como colocado, ocorre pelo bairro da Luz, em Nova Iguaçu, pela rua Miguel Teixeira Carvalho, seguindo pela rua Ac. Morro do Vulcão, que dará a Estrada do Tatu Gamela.

Nesta vertente, não há infraestrutura de apoio, nem controle de visitantes, apresentando a área mais degradada, com menor cobertura vegetal, apesar dos esforços da gestão do Parque através de ações de reflorestamento, educação ambiental e combate a queimadas, desenvolvidos por meio de projetos efetuados pela própria Gestão da Unidade, ou através de parcerias. Nesta vertente há áreas, que são utilizados para pasto e onde há maior ocorrência de queimada, devido o tipo de vegetação de gramínea, que somados a um intenso processo de aproveitamento agrícola de outrora, se configurariam a possíveis impeditivos para a recuperação florestal (Queiroz, 2018).

Apesar do cenário descrito, os atrativos localizados nesta área chamam a atenção de visitantes, pela possibilidade da prática de atividades englobadas pelo Turismo em Áreas Naturais, Turismo de Aventura e de Ecoturismo. Entre as atividades de turismo de aventura, estariam o voo livre, rapel, *mountain bike* e *Trekking*.

Figura 22: Áreas de Turismo de Aventura do PNMNI



Fonte: Mello (2008), adaptado por Muranaka (2022)

A Rampa de Voo Livre, passou por revitalização, realizada pela Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (CODENI), entre o período de 2021-2022, e conhecida como Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão de Nova Iguaçu, situada em um dos extremos do PNMNI, no fim da Estrada Tatu Gamela ou da Rampa, via não pavimentada, que se configura como um atrativo por: motociclistas, praticantes de *mountain bike* adeptos de

caminhada, com 14 km (entre ida e volta), sendo a Rampa considerada uma das principais referências da prática de voo livre no Estado do Rio de Janeiro, já tendo recebido etapas de campeonatos regionais e nacionais do esporte (O Dia, 2021).

Outro ponto para a prática de turismo de aventura é a Pedra do Quilombo ou da Contenda, situada ao longo da Trilha da Contenda, onde ocorre as práticas de rapel e escalada (Queiroz, 2018).

Outros atrativos, são: trilha Mata-fome; trilha da Varginha; a “Cratera do Vulcão”, que na realidade é uma saliência morfológica no Maciço Gericinó Mendanha, ainda que na década de 70, geólogos levantaram a hipótese da presença de uma cratera, cone, bombas vulcânicas, e fluxos piroclásticos, segundo Motoki *et al* (2008), a cratera, os edifícios vulcânicos do período geológico em que ocorreu vulcanismo, foram completamente eliminados pela denudação regional, sendo as rochas piroclásticas existentes, resultado do preenchimento de condutos e fissuras subvulcânicas daquele período, sendo as estruturas geológicas expostas, afloramentos de um corpo intrusivo sienítico correspondente ao nível da base de uma câmara magmática, que estava posicionado a quilômetros de profundidade, sendo as feições encontradas de morfologias erosivas de vales, resultado de erosão diferencial, que podem ser consideradas como verdadeiras “obras de arte da natureza” (Motoki *et al*, 2008, p. 111).

E no que se referente a placas indicativas, ao contrário da Vertente Sul, a Vertente Norte o número é reduzido, havendo uma que se destaca, localizada em um dos limites do PNMNI, ao longo da Estrada Tatu Gamela, notificando aos visitantes, que se encontrariam no PNMNI, contendo ainda informações gerais sobre a Unidade (figura 23). No entanto, a gestão da Unidade tem trabalhado e outras placas informativas tem sido instaladas, em ambas as vertentes.

Figura 23: Placa do PNMNI – Vertente Norte



Fonte: Muranaka, S. S. (2022)

Ao longo da Estrada Tatu Gamela, área de amortecimento do PNMNI, no interior da Área de Proteção Ambiental Estadual Gericiνό Mendanha, placas informativas de atos, que se caracterizariam em crimes ambientais (Figura 24) foram colocadas, em fevereiro de 2022, pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

Figura 24: Placas informando sobre crimes ambientais – Instituto Estadual do Ambiente



Fonte: Muranaka, S. S. (2022)

2.9 Parcerias

Ao longo dos anos, a administração do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, ligada a Secretaria de Meio Ambiente e em conjunto com outras secretarias, tem firmado

algumas parcerias, com: instituições de ensino (públicas e privadas), organizações não governamentais e com outros órgãos públicos das esferas municipais e estaduais.

Com as instituições de ensino superior, estando entre elas: Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-PARACAMBI); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Iguazu (Unig); Universidade Estácio de Sá; Unopar Universidade.

As parcerias, o apoio as pesquisas e projetos tem auxiliado no reconhecimento do território, em relação: a fauna, flora, relevo, compreensão do antropoceno e difusão da representatividade e importância do PNMNI. Também, por meio da rede de relacionamentos estabelecida, outras possibilidades são estabelecidas, se desdobrando em: ações de reflorestamento, atividades de capacitação; projetos executivos, como as propostas de reconstrução de estrutura existente e construção de novas estruturas de apoio; colaboração em eventos, entre outras.

Ações de reflorestamento, ocorreram tanto pela própria equipe do PNMNI, como por meio de ações em conjunto:

- Instituto EAE (Educação Ambiental e Ecoturismo), que coordena o Projeto “Se eles queimam, nós plantamos! A Floresta do Pertencimento”, que teve início em 2019, e se configurou em uma resposta da sociedade as queimadas em Nova Iguaçu, em parceria com a antiga Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (Semadetur), que agora é Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu; Cedae; entre outros, pois a cada evento, as parcerias podem ser alternadas.

Essa ação chama a atenção, devido o convite que é feito a população de atuar como voluntário no plantio das mudas, congregando Educação Ambiental e Ecoturismo, onde são passadas informações e explicações, desde o momento do encontro, ao longo do trajeto e no ponto onde efetivamente o plantio foi planejado, possibilitando experiências e sensações diversas aos participantes.

- O Governo do Estado, em 2020, por meio Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão, lançou o edital da primeira fase do Projeto Florestas do Amanhã, com a meta de plantar 2,5

milhões de árvores em vinte e nove unidades de conservação e em outras áreas prioritárias do território fluminense, que se somadas as áreas de recuperação equivaleriam a 1.100 hectares (Alves, 2020), amplamente divulgado nas redes sociais do PNMNI e da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Nova Iguaçu (SEMAN), visto que reflorestará 150 hectares, distribuídos na APA Gericinó-Mendanha (dentro da área do PNMNI), Tinguá e Morro Agudo, resultando no plantio 300 mil mudas, doadas ao Município.

A primeira fase foi factível graças ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que assegurou o repasse de recursos de compensação ambiental vindos dos impactos causados pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) para o Fundo da Mata Atlântica (FMA), tornando Rio de Janeiro, com esta ação, o primeiro estado do país a executar o Acordo de Paris, tratado mundial que tem a finalidade de diminuir o aquecimento global, conforme Alves (2020).

Parcerias relacionadas a combate a queimadas e outras:

- Instituto Estadual do Ambiente (INEA) em parceria com Secretaria de Meio Ambiente e o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu construíram um protocolo de ação conjunta e de colaboração entre as partes (Nova, 2021), a partir da Operação Fumaça Zero Prevenção para Combate aos Incêndios Florestais e Queimadas. A cidade de Nova Iguaçu, conta ainda com mais 14 unidades de conservação, entre estaduais, municipais e uma federal, sendo contempladas na Operação Fumaça Zero Prevenção: o Parque Estadual do Mendanha e a Área de Proteção Estadual Alto Iguassu.

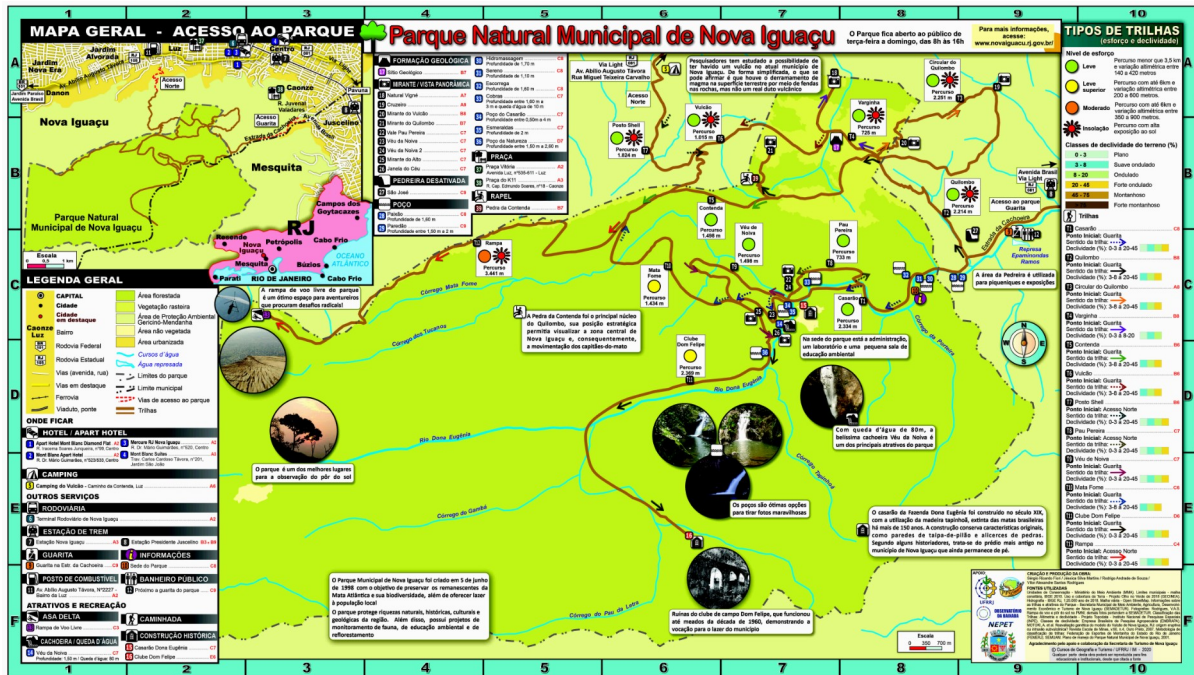
No intuito de auxiliar o combate aos incêndios, o município de Nova Iguaçu também disponibilizou o Disque Queimada, criado em 2020, onde os moradores podem atuar denunciando e alertando focos de incêndio.

- Parceria entre Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMADETUR)¹⁴ e UFRRJ, o professor Sergio Ricardo Fiori e equipe de alunos formada por Jéssica Martins, Rodrigo de Sousa e Vitor Rodrigues, dos cursos de Geografia e Turismo produziram mapas temáticos do PNMNI (Figuras 25 e 26), no ano de 2020, tendo sido postado em uma publicação da página do *facebook* da Unidade em setembro de 2022, não tendo sido disponível em outro canal

¹⁴ Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMADETUR) não existe mais, ocorrendo de tempo em tempo reconfigurações nas secretarias, atualmente sendo Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho E Turismo (SEMDETTUR).

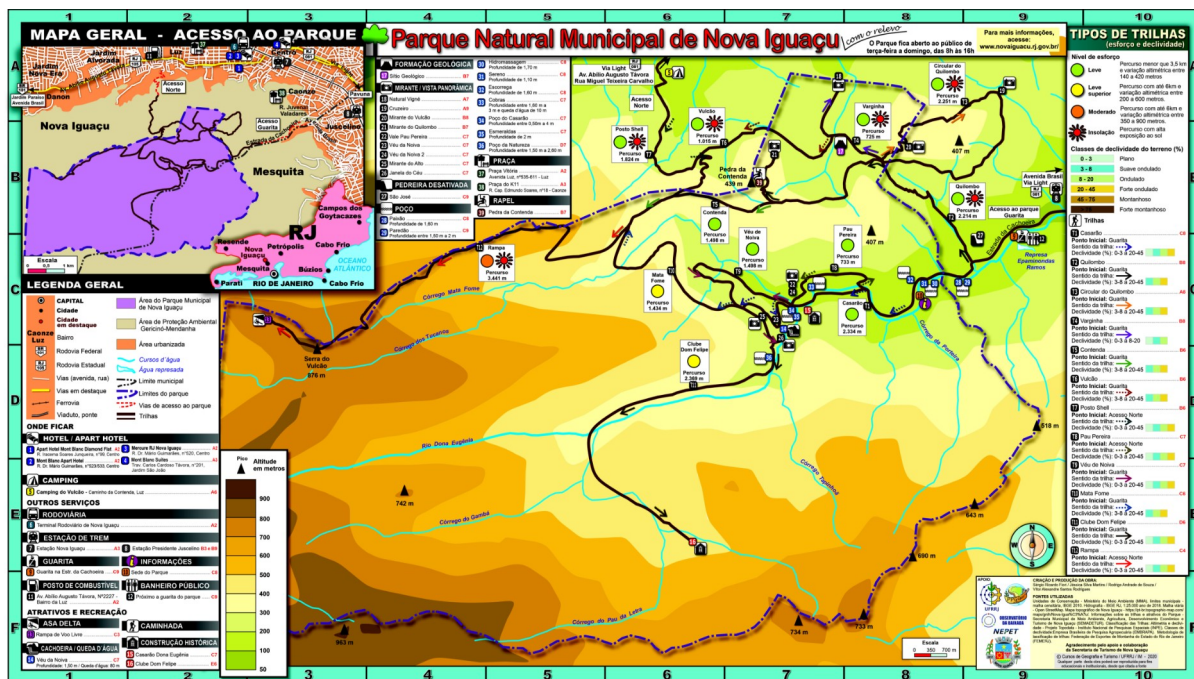
de comunicação e ficado em fase de aprovação, por parte da secretaria até o presente ano, conforme colocado pelo professor Sergio Ricardo Fiori.

Figura 25: Mapa temático do PNMNI



Fonte: Sergio Ricardo Fiori, Jéssica Martins, Rodrigo de Sousa e Vitor Rodrigues.

Figura 26: Mapa Topográfico do PNMNI



Fonte: Sergio Ricardo Fiori, Jéssica Martins, Rodrigo de Sousa e Vitor Rodrigues.

Nos mapas produzidos do PNMNI, o visitante encontrará inúmeras informações,

estando à direita dos mapas, listadas: as trilhas, nível de esforço, de insolação e declividade; os atrativos culturais e voltados ao turismo de aventura; autores, agradecimentos e fontes; à esquerda, um mapa geral com os acessos ao PNMNI; a legenda geral com informações do território, rodovias, vegetação encontrada, topografia; infraestrutura de apoio; atrativos, entre eles: os poços, formação geológica, mirantes, pedreira e rapel.

CAPÍTULO III - *Story Map*: Mobilizando o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Neste capítulo, a abordagem encontra-se no produto proposto, o *Story Map* do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, englobando os dados coletados no decorrer da pesquisa, relacionados a fatos históricos apresentados no primeiro capítulo; e que se referem aos atrativos, presentes no segundo capítulo, introduzidos na ferramenta *Storymap JS*.

Com atrativos enquadrados em distintos segmentos do turismo, a Unidade se configura como um local de lazer, recreação, ensino, pesquisa, tendo como premissa a conservação da biodiversidade do Bioma de Mata Atlântica, na Baixada Fluminense-RJ, logo, o *Story Map do PNMNI* somaria as ferramentas de promulgação, já existentes, uma vez que reuniu conhecimentos geográficas, históricas e turísticas. Dos conhecimentos relatados, uma das ferramentas utilizadas, para a produção do *Story Map* do PNMNI, foi o Sistemas de Informações Geográficas (SIG), visto que foram empregados três aplicativos: o aplicativo UTM Geo Map 3.3.5, para coleta de pontos, *in loco*; *Google Earth*, para espacializar alguns dos atrativos; e o *Storymap JS*, desenvolvido pelo *Knight Lab da Northwestern University*, que abrigou o *Story Map do PNMNI*.

Sendo assim, este capítulo primeiramente tratou da ferramenta *Story Map*, para em seguida discorrer sobre o *Story Map* do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, que ficaram agrupadas em três blocos principais, havendo um primeiro *slide* com informações gerais da Unidade, seguindo para o primeiro bloco, apresentando contextos históricos e políticos relacionados a área do PNMNI; o segundo, encontra-se os atrativos da Vertente Sul; o terceiro, os atrativos da Vertente Norte; e nos dois últimos slides, o penúltimo, os projetos e parcerias e no último, as referências bibliográficas.

3.1 *Story Map*: Mapeando a História

O *Story Map* é uma ferramenta cartográfica (Pacheco; Costa; Alves, 2018), resultado de uma técnica denominada Story Mapping, que permite o usuário contar uma história, localizando espacialmente os fatos. Os usos para esta ferramenta podem ser diversos, visto que é possível explicar conceitos e criar produtos para diferentes áreas do conhecimento, tendo a ESRI¹⁵, no produto *ArcGIS Storymaps* apontado a oportunidade de uma história inspirar alterações de pensamento, comportamento, com a probabilidade de gerar nova

15 Empresa Norte Americana, fundada em 1969 por Jack Dangermond e Laura Dangermond, e líder global de mercado em software de Sistema de Informações Geográficas (SIG), mapeamento e inteligência de localização, por meio de uma abordagem geográfica para solução de problemas, pela tecnologia GIS (Fonte: <https://www.esri.com/en-us/home>)

consciência, pois por meio dos mapas a narrativa dialoga com lugar, explicitando relações espaciais, incorporadas por comunicação visual.

Comunicação, que pode ser estabelecida por fontes de mídias distintas, entre elas: Vimeo, Twitter, YouTube, Flickr, Vine, Dailymotion, Google Maps, conforme a disponibilidade das informações, para a produção de um *Story Map*, agregando a história meios elucidativos diferentes, o personalizando, concedendo ao público uma narrativa interativa, fácil de ser acessada e compartilhada, por meio de um *hiperlink*.

Ainda, que esteja em evidência ser uma das finalidades do *Story Map*, a de contar uma história, localizando os fatos espacialmente, há outras potencialidades da ferramenta, como a de contribuir para o ensino e aprendizado de geografia, visto que a alfabetização cartográfica coopera para o ensino geográfico (Moreira, 2007), já havendo alguns trabalhos científicos apontando a utilização da técnica *story mapping* para fins pedagógicos, com o objetivo de uma pedagogia, que se relacione com o perfil dos alunos da atualidade, por possuírem características mais fluídas e abertas, ávidos por maior interatividade, atentos as novas tecnologias, que nasceram na chamada sociedade da informação, onde um dos elementos marcantes é a velocidade com que as próprias tecnologias são incorporadas, especialmente as de informação e comunicação, conforme Pretto (2011).

Conforme Moreira (2007), por meio dos mapas e da compreensão da sua linguagem, o indivíduo se operacionaliza, passando a apreender concepções espaciais lógicas, como de localização, extensão e distribuição.

Outra proposta para o *Story Map*, seria de propagação do lugar, contemplando o Paradigma das Novas Mobilidades, formulado através da pesquisa a respeito da construção de lugares turísticos, por Sheller e Urry, que ponderaram as “significativas mudanças teóricas, desenvolvimentos metodológicos e novas questões de pesquisa” (Sheller; Urry, 2016: trecho traduzido por Moraes, 2017), que afluíam nas ciências sociais, o movimento das instituições e ações sociais, que apreende a inúmeras conexões presenciais ou a distância, mediante equipamentos com acesso à internet, como: celulares, tablets e outros; ou *softwares* como *zoom*, *meet*, *teams*, *QR codes*, entre outros; ou mídias sociais, conforme Moraes (2017).

Pois, com o aperfeiçoamento das tecnologias de comunicação e informação (TICs), nas últimas décadas, os meios como se davam as relações se alteraram, assim como as formas de consumo, de pensamento e desejo, tendo sido gerado uma compreensão de “onipresença *online*”, mediante as facilidades propiciadas pelos dispositivos portáteis, acesso à web móvel,

“democratização dos meios de comunicação especialmente via Internet, e o advento de novas arquiteturas tecnológicas de comunicação em rede” (OKADA e SOUZA, 2011, p. 47), que popularizaram os mecanismos de busca, com isso o crescimento e sofisticação dos mesmos.

A evolução da tecnologia móvel de acesso à web, com mecanismos de suporte a diversas plataformas, com a amplitude de receber e difundir informação em tempo real, de praticamente todos os lugares, foi significativa para o caráter dinâmico de mudança de consumo, de comportamento e de tomada de decisão, conforme Okada e Souza (2011). Logo, pensar a organização e produção de conteúdo, tornou-se importante, visto que a comunicação, as trocas, os compartilhamentos de informações, a colaboração dos usuários, se tornaram aspectos inerentes desta geração (Okada e Souza, 2011), podendo o *story mapping* ser usada como ferramenta informativa, com caráter dinâmico, por congrega diversas ferramentas, e em conformidade com parâmetros pertencentes ao Paradigma das Novas Mobilidades.

Pois, o Paradigma das Novas Mobilidade, abrange “diferentes modos de mobilidade e suas complexas combinações, como: viagens corporais de pessoas; movimento físico de objetos; viagens virtuais frequentemente em tempo real transcendendo a distância; comunicação de pessoa para pessoa através de mensagens; e viagem imaginativa” (Sheller e Urry, 2016: trecho traduzido por Moraes, 2017), sendo a viagem imaginativa facilitada e mais dinâmica, por todos os mecanismos já expostos.

Mediante as considerações apresentadas, o *story mapping* se apresenta como uma ferramenta com múltiplas possibilidades, dentre elas, de facilitador, pois pode ajudar outros indivíduos a conhecerem determinado lugar, dentro de determinada espacialidade, pelos recursos disponíveis, seja como ferramenta de ensino e aprendizagem, através do processo de elaboração ou por meio do conhecimento perpassado pela história contada, como a proposta do *Story Map* do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a ser apresentada a seguir.

3.2 Story Map do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Foi utilizado o *Storymap JS*, desenvolvido pelo *Knight Lab da Northwestern University*, para a produção do *Story Map* do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, por ser uma ferramenta gratuita, que possibilita contar histórias de locais, pela *internet*, unindo diferentes recursos de multimídia. Caracterizado-se por uma ferramenta de autoria amigável, desenvolvida por um coletivo de designers, desenvolvedores, educadores e estudantes, que produzem ferramentas de código aberto, leves e adaptáveis, com objetivo de levarem o

jornalismo a espaços inovadores (Northwestern University, 2022).

Os conteúdos selecionados para o *Story Map* do PNMNI, foram a partir: dos conteúdos coletados para a construção dos primeiros dois capítulos deste trabalho, obtidos por meio de levantamento documental e bibliográfico; pesquisa qualitativa, pesquisa de campo e métodos móveis, apoiados no Paradigma das Novas Mobilidades; e adaptação do Inventário de Oferta Turística do Ministério do Turismo (INVTUR / MTUR).

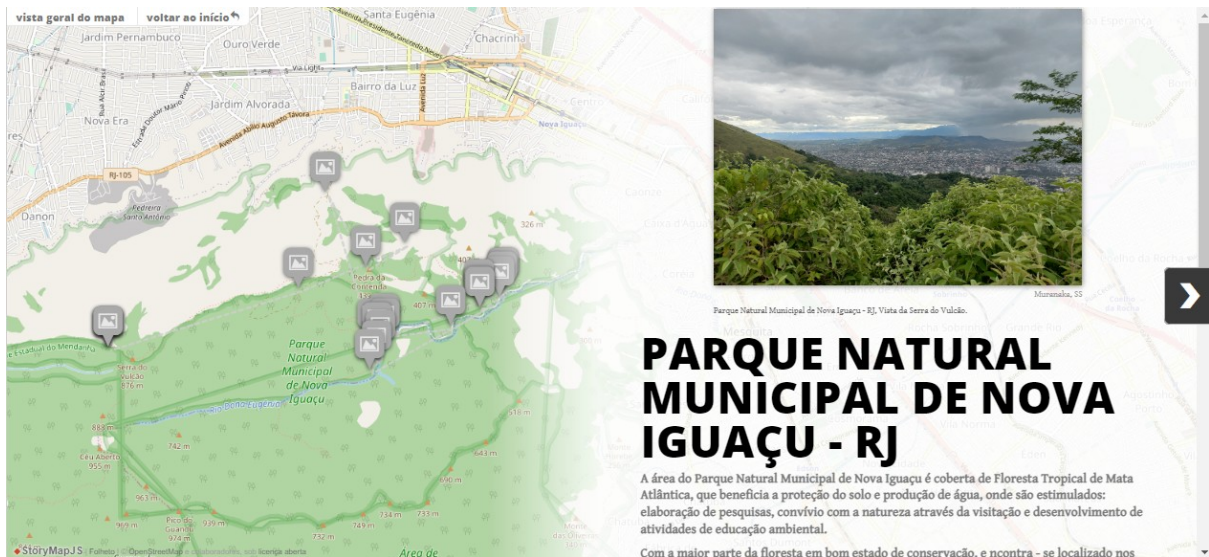
Por fim, o formato do *Story Map* do PNMNI encontra-se dividido em três blocos, não considerando neles a apresentação e os dois últimos slides: o primeiro bloco, sintetizou a parte histórica, com os fatos que antecederam a criação da Unidade; as partes seguintes, respeitaram a mesma linha de raciocínio apresentado no capítulo 2, ou seja, trazendo os atrativos da Vertente Sul e posteriormente os da Vertente Norte; o penúltimo slide sobre projetos e parcerias, que auxiliam na manutenção e conservação do PNMNI; finalizando, com o slide contendo referências.

3.2.1 Conhecendo o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu possui a segunda melhor avaliação, dentre as Unidades de Conservação do Município de Nova Iguaçu, estando em primeiro a Reserva Biológica do Tinguá, conforme as planilhas referentes ao ICMS Ecológico (INEA), além de possuir boa pontuação na ferramenta de avaliação de lugares pelo *Google my Business*. Tais informações ajudam a traduzir a relevância do PNMNI, pela importância ambiental de abrigar um dos biomas mais ricos em diversidade; e oferecer aos visitantes possibilidade de educação ambiental, locais para contemplação e lazer, informações sobre dinâmicas geológicas, podendo ainda ser explorado os processos espaciais de ocupação e produção do território.

O *Story Map* do PNMNI propõe transbordar um pouco do que é e do que há no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, começando pela apresentação da Unidade, formato fornecido pela própria plataforma. A paisagem, intencionalmente selecionada para a capa, foi fotografada da Vertente Norte e apresenta as distintas coberturas vegetais, por possuir áreas degradadas, que demandam maior atenção, tanto em relação a projetos de reflorestamento, quanto de controle de queimadas, podendo ser avistado ao fundo, o Maciço do Tinguá e entre estes relevos, o adensamento urbano da cidade de Nova Iguaçu (Figura 27).

Figura 27: Apresentação do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ



Fonte: Story Map do PNMNI, capa de apresentação – MURANAKA, S. S.

3.2.2 Contando a História até se tornar Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Marcando o início do percurso proposto, o primeiro bloco, contendo a parte histórica ficou compilada em 4 slides, do primeiro ao quarto, apresentando os fatos que antecederam a criação do PNMNI, tendo como localização geográfica a entrada principal do PNMNI, estando organizado:

- Slide 1 – Antes de ser Parque: informou as primeiras ocupações da área, para fins econômicos, datada a partir do século XVII, chegando até o final da década de 40, com a construção da Represa Epaminondas Ramos;
- Slide 2 – Gleba Modesto Leal e seu potencial para o Turismo: demonstrou o interesse de estimular a prática de turismo, por parte do órgão estadual, e posteriormente a proposta da venda de títulos de sócio do Clube Dom Felipe, na década de 60, como espaço de lazer, ainda que para um público restrito;
- Slide 3 - “Escândalo da CEHAB”: caso envolvendo a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB) quando adquiriu a Gleba Modesto Leal, em 1985, prometendo a construção de 45 mil residências, por meio do Programa “Cada Família, Um Lote”, que se revelou um esquema de corrupção envolvendo negociação superfaturada, denominado de “Escândalo da CEHAB”;
- Slide 4 – Criação do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: último do bloco, trata da década de 90, marcada por propostas de transformarem a Gleba Modesto Leal em Unidade de Conservação, tendo ocorrido algumas sugestões de possíveis nomes, no

decorrer do processo, como tratado no capítulo 1, e por fim, criação e implementação de infraestrutura básica para acolhimento dos visitantes.

Figura 28: Primeiro slide do bloco histórico



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 1- Antes de ser Parque, do bloco histórico.

Uma vez apresentados fatos, que contaram um pouco da história do território do PNMNI, caminharemos para o segundo bloco, que trabalhará a Vertente Sul da Unidade, seus atrativos, história e infraestrutura.

3.2.3 Vertente Sul do PNMNI

Pela vertente Sul fica a entrada a principal e oficial do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e neste bloco serão dispostos parte de seus atrativos e infraestrutura, como o contexto histórico referente aos mesmos. Ainda, que apresente o mesmo comprometimento com as fontes, o *Story Map* do PNMNI não apresentará o mesmo aprofundamento dos capítulos, para que não se configurasse cansativo, por fim, a ordem de apresentação dos atrativos, encontra-se conforme sua localização ao longo do Caminho das Águas, como disposto:

- Slide 5 – Entrada do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (Vertente Sul) e Slide 6 - Represa Epaminondas Ramos: o quinto slide coloca ser o mesmo local de entrada, desde o período da Gleba Modesto Leal, como apresenta os primeiros equipamentos existentes do PNMNI, havendo: portão em madeira; uma área com bicicletário e placas informativas; e então a guarita, onde ocorre o registro de informações básicas do visitante e inspeção de bolsas, como o reforço em relação a produtos, ou objetos

que são proibidos serem carregados para o interior da Unidade.

No sexto (Figura 29), o equipamento é a Represa Epaminondas Ramos, que oferece uma das paisagens emblemáticas da Unidade, por ser uma das imagens de apresentação postada na página do PNMNI no site da Prefeitura de Nova Iguaçu e redes sociais, trazendo ainda o contexto histórico de sua construção em 1948, com o objetivo de aliviar os problemas de abastecimento de água, tendo sido desativada em 1981, devido a política de exploração de grandes mananciais da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE), uma vez que deliberaram a inviabilidade econômica da represa.

Figura 29: Paisagem da Represa Epaminondas Ramos



Fonte: Story Map do PNMNI, slide 6 – Represa Epaminondas Ramos – MURANAKA, S. S.

Infelizmente, de 2 de abril de 2022 à maio de 2023, ficou inviável ocorrer visitação a Represa Epaminondas Ramos, como consequência de fortes chuvas na região, nos dias 1 e 2 de abril de 2022, o guarda-corpo ficou totalmente retorcido, informação repassada pela equipe do PNMNI. As chuvas, dos dias citados, ocasionaram outros danos, como: deslizamento de massa; queda de postes e árvores, em distintos pontos da Unidade; danos a estrada de acesso, acarretando no fechamento do PNMNI, por um período de tempo, uma vez que foi necessário o trabalho conjunto: Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (CODENI), Defesa Cívica e da Light, conforme informado por Martins (2022), gestor do Parque, nas mídias sociais da Unidade.

Em meio, as dificuldades do cotidiano, administradas pelo gestor e equipe do PNMNI, a Unidade apresenta diferentes possibilidades de lazer, e seguindo a estrada os atrativos

seguintes, são: à direita, a Trilha da Varginha e a Pedreira desativada São José; e a esquerda, o Caminho das Águas.

Voltando para o *Story Map*:

- Slide 7 - Trilha da Varginha: encontra-se à direita, seguindo a estrada de acesso, com percurso de 2km e grau de dificuldade intermediário, seu nome encontra-se relacionado as feições geomorfológicas do Vale da Varginha, apresentando forma de ferradura aberto, vertentes suaves e interior preenchido por sedimentos, compreendendo uma pequena planície (Mello, 2008).

Ao longo do trajeto, os visitantes encontram placas com informações geológicas (produto do Projeto Caminhos Geológicos), sobre rochas de origem vulcânicas, nomeado de Caminho Geológico 2, uma iniciativa pioneira do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), em 2004, tendo o PNMNI recebido a indicação para ser elevado a categoria de Geoparque.

- Slide 8 – Pedreira São José: foi uma das pedreiras existentes no Maciço do Gericinó Mendanha, que fez parte do ciclo de exploração mineral e supriu a demanda do setor de construção civil da Baixada Fluminense, desativada em 1990 (Duarte, 2010).

No Plano de Manejo foi apontado o paredão da Pedreira São José (Figura 30) como um dos pontos para a prática de rapel no PNMNI, no entanto, devido ao perigo de desprendimento das rochas, a prática foi inviabilizada, estando o local destinada para piquenique, eventos culturais e para Educação Ambiental, conforme informado pelo gestor do PNMNI.

- Slide 9 – Caminho das Águas: Continuação da Estrada da Cachoeira, no interior da Unidade, configura-se como o principal atrativo do PNMNI entre os visitantes, por onde acessam onze poços, o Caminho Geológico I, o Casarão e as Ruínas do Clube Dom Felipe, este último, somente acompanhado por algum funcionário da Unidade.

Nos poços há placas informativas, exceto na Janela do Céu, apresentando profundidade, grau de dificuldade de acesso, recomendações de conduta, estando denominados como: Poço da Paixão, Poço do Paredão, Poço da Hidromassagem, Poço Sereno, Poço do Escorrega, Poço das Cobras, Poço das Esmeraldas, Poço do Casarão, Poço da Cachoeira Véu da Noiva, Janela do Céu e Poço da Natureza.

Ao longo do percurso, ainda é possível ter acesso a outras trilhas, porém nem todas se encontram sinalizadas, sendo elas: Trilha do Pau Pereira, Trilha do Casarão, Trilha

Mata Fome (leva a Vertente Norte).

Figura 30: Pedreira São José



Fonte: Story Map do PNMNI, slide 9 - Pedreira São José – MURANAKA, S. S.

- Slide 10 – Sede Administrativa do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: a estrutura é multifuncional, visto que é a base administrativa da Unidade, ponto de apoio para atividades de Educação ambiental, local de apoio para os funcionários e pesquisadores.

Em frente a Sede encontra-se um espaço destinado a Educação Ambiental, com uma Casa de Abelhas; o maior painel do Projeto Caminhos Geológicos, intitulado “Geoparque do Vulcão de Nova Iguaçu” com 120X90 cm, que exhibe informações sobre a estrutura da terra, vulcanismo, tectônica de placas, a partir de uma linguagem mais próxima do cotidiano das pessoas (DRM-RJ).

Após a entrada da Sede, a 1.600 m, a partir da entrada do Parque, encontra-se a entrada para o Poço das Cobras, em seguida, a 1.800 m, o Poço do Casarão e a estrutura do Casarão, que pode passar despercebido dos olhares desatentos, em meio a vegetação e condições da estrutura, estando no slide a seguir.

- Slide 11 – O Casarão: Antiga sede da Fazenda D. Eugênia (Figura 31), constitui-se uma das relíquias da Unidade, pois faz parte da história do município de Nova Iguaçu, construída no século XIX, com o emprego da imputrescível madeira chamada de tapinhoã (*Mezilaurus Navalium*), dada como extinta de nossas matas há mais de 150 anos e que atualmente é utilizada para escorar parte da fachada, outrora considerada a estrutura mais antiga de pé do Município de Nova Iguaçu, mantendo traços originais,

paredes feitas com o emprego da técnica de taipa de pilão e alicerces de pedras (Nova Iguaçu, 2001).

A Última família a residir no Casarão foi a do Sr. José Gandino Vieira, composta pela sua esposa Sr. Olga Vieira e dois dos seus quatro filhos, Gisele e Denaldo, tendo sido convidados pelo antigo caseiro da fazenda a tomarem conta da área em 1975, quando encontrava-se desempregado. Por trinta e três anos D. Olga viveu no casarão, tendo seu esposo Sr. José Gandino Vieira falecido anos mais tarde de terem se instalado, se mudando em 2008 para Mesquita, mediante o recebimento de indenização da prefeitura de Nova Iguaçu destinado a sanar a questão fundiária do PMNI (Duarte, 2010).

Pela parte Frontal do Casarão, situa-se o acesso para o Poço das Esmeraldas; Poço do Casarão, um dos principais de banho; e Poço da Cachoeira Vêu da Noiva.

Figura 31: O Casarão



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 11 - O Casarão – MURANAKA, S. S.

- Slide 12 – Poço do Casarão (Figura 32): Foi assim denominado, por estar na altura da antiga Sede da Fazenda Dona Eugênia, sendo um dos poços do Caminho das Águas mais frequentados. Quando havia moradores no Casarão, era de onde retiravam água para consumo (Duarte, 2010), ficando localizado entre o Poço das Esmeraldas, o Poço Vêu da Noiva, recebendo nos dias ensolarados, incidência solar.

Figura 32: Poço do Casarão



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 12 – Poço do Casarão – MURANAKA, S. S.

A partir do Casarão a trilha torna-se mais íngreme e o terreno mais acidentado, havendo possibilidades de entrada a outras trilhas, mas que não encontram-se sinalizadas.

- Slide 13 – Mirante Natural do Alto: Um dos últimos pontos do Caminho das Águas, já teve uma estrutura de madeira em um ponto mais elevado da encosta, mas desabou (não tendo sido refeito), segundo um dos guardas ambientais da Unidade.

Nesta altitude, o visitante tem um panorama de uma parcela de área do PNMNI, com cobertura natural e da área urbana do Município de Nova Iguaçu, mas a vista pode não ser apreciada na sua plenitude, devido a altura dos bambus, que crescem e podem ser observadas nas imagens postadas no slide.

- Slide 14 – Janela do Céu: Está localizada no ponto mais elevado da Cachoeira Vêu da Noiva, que possui queda d'água de 82 metros e à 800 metros após o Casarão, é composta por distintos elementos, que propiciam ao visitante um cenário único de uma janela em meio as copas das árvores e das rochas, a tornando um dos pontos de desejo para fotos, conforme relatou o Gestor do Parque no programa Expedição Rio (TV Globo, 2021).

O ponto negativo é que neste trecho, o rio não possui profundidade ideal para banho, nem placa de localização ao longo do Caminho das Águas, no entanto, a composição natural chama a atenção, havendo ainda a possibilidade de praticar rappel, uma vez sendo ou estando acompanhado por profissional habilitado, com os devidos equipamentos e tendo tomado as medidas de autorização, junto a gestão do PNMNI.

Figura 33: Janela do Céu



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 14 – Janela do Céu – MURANAKA, S.

- Slide 15 – Poço da Natureza: Último poço do Caminho das Águas, não sendo permitido o visitante percorrer, deste ponto em diante, sem estar acompanhado por funcionário da Unidade ou guia autorizado, considerado um dos Poços mais bonitos, segundo o funcionário do Parque.

Tirando o Poço do Escorrega, das Cobras e do Casarão, os demais poços receberam toponímias criadas por funcionários de administrações anteriores, como no caso do Poço da Natureza (Figura 34), chamado anteriormente de Poço da Morte (Mello, 2008), não tendo sido encontrado as motivações para ter sido denominado assim.

Figura 34: Poço da Natureza



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 15 – Poço da Natureza, MURANAKA, S. S..

Seguindo o percurso, ainda haveria as Ruínas do Clube Dom Felipe, mas o mesmo não é de livre visitação, somente com autorização ou acompanhamento de funcionário da Unidade, por isso não entrou no *Story Map* do PNMNI.

A Vertente Sul, devido os atrativos apresentados, conforme o gestor do PNMNI, configura-se como sendo um ambiente mais frequentado por famílias com crianças, e por não ser permitido atividades de ciclismo, para a segurança dos visitantes.

A próxima parte, apresentará as possibilidades encontradas na Vertente Norte, ainda que seja a área com mais sinais de degradação e com maior ocorrência de queimadas.

3.2.4 Vertente Norte do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

A Vertente Norte do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, como apontado no capítulo dois, não possui infraestrutura de apoio, logo, não existe controle, ou registro daqueles que frequentam esta área da Unidade. Após esta observação, a seguir a continuação dos slides do *Story Map* do PNMNI.

- Slide 16 – Vertente Norte do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: A Vertente Norte, possui a zona mais degradada da Unidade, devido as atividades econômicas desenvolvidas ao longo do tempo, estando entre elas: cultivo de café; a citricultura; atividade pastoril, o que acarretou em áreas sem cobertura florestal e com maior ocorrência de queimadas, nos períodos de estiagem.

Como atrativos: a Pedra do Quilombo ou Contenda, onde ocorrem escalada e rapel; a Rampa do Voo Livre, conhecida como a Rampa do Vulcão, com as práticas de parapente e voo livre (Nova Iguaçu, 2001); além de haver praticantes de *trekking*, *motocros* e *mountain bike*, pela Estrada Tatu Gamela ou Estrada da Rampa, que também é procurada por fiéis, que em diversos pontos professam suas crenças.

Os atributos físicos do PNMNI e da APA Gericinó Mendanha propiciam os esportes radicais enquadrados no Turismo de Aventura, Turismo de Natureza.

- Slide 17 – Pedra do Quilombo ou da Contenda: Localizada no limite nordeste do Parque, teria sido o principal núcleo de um Quilombo situado na região, pela posição estratégica, que possibilitava a visualização da área central de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu, 2001).

Na atualidade, a Pedra do Quilombo ou da Contenda (Figura 35) tornou-se um dos pontos de contemplação da paisagem, um mirante, com uma vista de 360° do topo da

Pedra do Quilombo; ponto de escalada e de rapel, sendo um dos pontos demarcados pelo Projeto Caminhos Geológicos, um geossítio, com brecha vulcânica constituída por lapilli e bombas vulcânicas.

Figura 35: Pedra do Quilombo ou da Contenda



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 17 - Pedra do Quilombo ou da Contenda (Crédito da Foto: Prefeitura de Nova Iguaçu).

- Slide 18 – Cratera do Vulcão (Figura 36): Assim denominada, devido a suposição de geólogos, que na década de 70, levantaram a hipótese da presença de uma cratera, cone, bombas vulcânicas, e fluxos piroclásticos, segundo Motoki *et al* (2008), no entanto, a cratera, os edifícios vulcânicos do período geológico em que ocorreu vulcanismo na área, foram completamente eliminados pela denudação regional, sendo as rochas piroclásticas existentes, resultado do preenchimento de condutos e fissuras subvulcanicas daquele período, sendo as estruturas geológicas expostos, afloramentos de um corpo intrusivo sienítico, correspondente ao nível da base de uma câmara magmática, que estava posicionado a quilômetros de profundidade, sendo as feições encontradas de morfologias erosivas de vales, resultado de erosão diferencial, que podem ser consideradas como verdadeiras “obras de arte da natureza” (Motoki *et al*, 2008, p. 111).

A feição morfológica, confundida com uma cratera, do Maciço Gericinó Mendanha, pode ser acessada pela Vertente Sul, havendo ao longo da trilha da Varginha placas do Projeto Caminhos Geológicos indicando as rochas de origem vulcânica, ou pela Ala Norte, com os testemunhos dos ciclos econômicos implementados da região; pontos

de reflorestamento, como também rastros de queimadas.

Figura 36: Cratera do Vulcão



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 18 – Cratera do Vulcão, MURANAKA, S.S.

- Slide 19 – Trilha Mata Fome, acesso Vertente Norte: Liga o Vertente Norte à Vertente Sul do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, saindo da Estrada Tatu Gamela em direção do Caminho das Águas ou vice-versa, havendo ao longo de seu percurso espécies de flora nativas e invasoras, introduzidas pela ação antrópica.

Com grau de dificuldade moderada, percurso linear, possui aproximadamente 1,3 km de extensão (Mello, 2008), em meio a vegetação. Infelizmente, não foi encontrada as razões para ser assim denominada, no entanto, tanto o Vale, quanto o córrego que atravessa a trilha receberam a mesma designação, de Mata Fome, que remete ao nome anterior da Fazenda São Felipe.

- Slide 20 – Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão: Erigida na década de 80, por iniciativa de praticantes do voo livre, a Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão de Nova Iguaçu encontra-se no limite norte da Unidade de Conservação, a uma altitude de 850 metros à nível do mar, tendo o acesso pela Estrada Tatu Gamela ou da Rampa, com 7 km de extensão (Prefeitura de Nova Iguaçu, 2022).

A Rampa do Vulcão (Figura 37) é considerada uma das principais referências da prática de voo livre no Estado do Rio de Janeiro, já tendo recebido etapas de campeonatos regionais e nacionais do esporte (Mello, 2008), tendo entre 2021 e 2022 passado por reforma, quando recebeu reforço da sua base e fixação, trocas das madeiras, pintura personalizada, construção de um abrigo contra o sol, o que elevou a

segurança para os praticantes do esporte e contempladores do mirante (O Dia, 2021).

Figura 37: Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 20 – Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão, (Crédito da Foto: Prefeitura de Nova Iguaçu).

A Rampa de Voo Livre da Serra do Vulcão por se encontrar no fim da Estrada Tatu Gamela ou da Rampa, ficou como último atrativo da Vertente Norte, apresentado no Story Map do PNMNI, no entanto, dependendo da perspectiva de quem chega, pode se constituir em começo, como para os praticantes de parapente de voo livre.

3.2.5 Projetos e Parcerias

O penúltimo slide deste Map Story do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu tratou sucintamente de Projetos e Parcerias, baseadas na colaboração, que tem por definição ser “um processo no qual entidades compartilham informações, recursos e responsabilidades para, juntamente, planejar, implementar e avaliar um programa de atividades para alcançar uma meta comum” (CAMARINHA-MATOS *et al. apud* ALBERTINA; AMARAL, 2010), aponta a seguir.

- Slide 21 – Projetos e Parcerias: Dentre os Projetos desenvolvidos pelo Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, encontra-se o Projeto Aprendendo e Preservando, que acontece: por meio de visitas agendadas, onde instituições de ensino se deslocam até Unidade, ou através de ações internas e externas, com o objetivo de propiciar conhecimentos voltados a Educação Ambiental, com a exposição de fotografias,

esqueletos e de espécies da fauna conservados, pela técnica de fixação por via úmida do bioma de Mata Atlântica.

Em relação as parcerias, ocorrem internamente com outras secretarias, e com instituições externas, como: instituições de ensino (públicas e privadas), organizações não governamentais e com outros órgãos públicos das esferas municipais, estaduais e federais.

Dos projetos de reflorestamento implementado mais recentemente no Parque: o Projeto Florestas do Amanhã, do Governo do Estado, em 2020, por meio Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão e o desenvolvido de forma contínua, denominado “Se eles queimam, nós plantamos! A Floresta do Pertencimento”, desde 2019, com Instituto EAE (Educação Ambiental e Ecoturismo) e conta com outros aliados, se configurando como resposta da sociedade as queimadas em Nova Iguaçu.

Figura 38: Projetos e Parcerias



Fonte: Story Map do PNMNI, Slide 21 - Projetos e Parcerias, Prefeitura de Nova Iguaçu e Instituto EAE.

O slide 21, finaliza o *Story Map* do PNMNI com as fontes utilizadas para sua construção.

Ainda, que não tenha sido exposto todas as possibilidades existentes, ao longo desta jornada foi contado um pouco, do que é o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, uma Unidade de Conservação rica em biodiversidade, devido o bioma que abriga, com sistema hidrológico importante para a região (Nova Iguaçu, 2000), único geossítio da Baixada Fluminense, e bons índices de conservação, conforme critérios do ICMS Ecológico do Estado

do Rio de Janeiro, divulgados pela Secretaria de Estado do Ambiente, INEA e CEPERJ, pois dentre as Unidades Municipais do Município de Nova Iguaçu, o PNMNI demonstra resultados positivos, visto que entre as Unidades do Município apresenta os melhores resultados, já se for considerada todas as Unidades, a REBIO de Tíngua fica em primeiro e o PNMNI, em segundo (INEA, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa procurou mobilizar o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), por meio dos seus aspectos físicos e históricos, resgatando dados referentes a história do território; elencando os elementos, que chamariam a atenção do visitante, através dos seus próprios registros, em canais virtuais, detectando as principais áreas para atividades voltadas ao Ecoturismo e, por fim, expor o *Story Map* do PNMNI, produzido a partir do conteúdo reunido.

Conteúdo reunido mediante os seguintes métodos selecionados: levantamento documental e bibliográfico, considerando o Plano de Manejo da Unidade de Conservação; trabalhos acadêmicos (dissertações, teses e artigos), e matérias jornalísticas; pesquisa qualitativa, com idas a campo e utilizando métodos móveis de pesquisa, apoiados no Paradigma das Novas Mobilidades e utilização do Inventário de Oferta Turística do Ministério do Turismo (INVTUR / MTUR), adaptado.

Dentre as ferramentas norteadoras aplicadas, para delimitação das informações e construção do primeiro e segundo capítulo, estão os formulários do manual para inventário turístico, disponibilizados e indicado pelo Ministério do Turismo, tendo sido realizado os seguintes levantamentos: identificação e registro dos atrativos turísticos; dos serviços e equipamentos turísticos; e da infraestrutura de apoio ao turismo. Os formulários usados do inventário turístico, foram: os relacionados a Informações Básicas do Município (A1 - Formulário 01) e de Atrativos Naturais (C1 - Formulário 15).

Ao contrário, do que inicialmente apareceu nas primeiras pesquisas de levantamento sobre produção sobre o PNMNI, onde se destacava trabalhos voltados a áreas distintas da Biologia, o tema com maior produção encontra-se relacionada a área de Geologia/Geomorfologia, conforme Lourenço (2020), isto devido a hipótese levantada por pesquisadores da UFRRJ na década de 70, de que haveria a estrutura de vulcão no Maciço Gericinó Mendanha, que posteriormente foi comprovado não haver, existindo na verdade na área do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu importantes registros de fenômenos Geológicos e Geomorfológicos, o levando a Geoparque pelo DRM-RJ, corroborando a elaboração desta pesquisa, visto não ter sido encontrado trabalhos voltados a temática proposta, mas de temáticas que auxiliaram na produção desta.

Os dados coletados e examinados exteriorizaram como a memória é fruto de uma construção, com a seleção de fatos e documentos, uma vez que são o suporte de informação,

conforme apontado por Chagas (2009), assim como foram selecionados os dados para a construção desta dissertação, uma vez que, o que havia sobre a história do território em muitas das produções pesquisadas, era uma repetição do que constava no Plano de Manejo do PNMNI, tendo sido utilizado para preencher lacunas existentes, o resgate de reportagens sobre a Gleba Modesto Leal, ao longo de sete décadas (1930-1998), com a aplicação de métodos móveis de pesquisa.

O primeiro capítulo apresentou, de forma mais detalhada, o histórico de ocupação e os conflitos pelo território da Gleba Modesto Leal, ao longo de cinco décadas (1950-1998), que explicaram a situação de abandono entre as décadas de 70 e 80, em que a propriedade estava como patrimônio do Banco Central, por ter sido confiscada para liquidação e pagamento da dívida da empresa Price-Credence a seus credores, que propiciaram pela falta de fiscalização: as invasões e a retirada de cobertura florestal, pois ainda, que tivesse ocorrido manifestações de interesse de transformação da Gleba para fins de turismo e lazer, tanto por parte do Estado (1959), quanto Município (1973), estes não foram levados à frente, nem mesmo o do Clube de Campo Dom Felipe anunciado 1963, pela iniciativa privada, mas que não teve sucesso, o que foi positivo, uma vez que os sócios teriam a possibilidade de construção em uma área de terreno, ou seja, que poderia ter resultado na destruição da paisagem hoje encontrada.

Ações e manifestações de cunho privado e público também possibilitaram a manutenção do bioma de Mata Atlântica, como o compromisso firmado em 1951, entre a Prefeitura de Nova Iguaçu e representante da GLEBA MODESTO LEAL LTDA, Doutor Mário Torres dos Santos, diante o então prefeito Dr. Luiz Guimarães de proteção da fauna e flora (NETO, 1986); e a declaração do imóvel como de Utilidade Pública para fins de desapropriação, por parte da Prefeitura de Nova Iguaçu, na data de 19 de março de 1985, que fundamentaram a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada 1987, para a suspensão da compra da Gleba concretizada em julho de 1985, para a implementação do projeto Cada Família um Lote, da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), mas que na verdade se mostrou um grande esquema de corrupção aos cofres públicos.

Felizmente, após disputas do Estado e Município na década de 80 e propostas de criação em Unidade de Conservação na década de 90 da Gleba Modesto Leal, em 1998 o Estado do Rio de Janeiro oficializa a Criação do Parque Municipal de Nova Iguaçu, que ao longo de mais de 20 anos de existência, apresentou recuperação da sua flora, através do trabalho de gestão e implementação de projetos de reflorestamento, como demonstrado por Queiroz

(2018).

No capítulo dois, que trabalhou com dados obtidos a partir dos formulários adaptados do Inventário de Oferta Turística do Ministério do Turismo (INVTUR / MTUR), verificou-se a grande quantidade de atrativos existentes no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, que engloba possibilidades distintas de segmentos do Turismo.

No entanto, muitos são os desafios, alguns que vem sendo apontados a mais de quinze anos em trabalhos sobre o PNMNI, estando entre eles: falta de sinalização turística, inexistência de infraestrutura, principalmente na Vertente Norte, carência de recursos, falta de pessoal, necessidade de atualização do Plano de Manejo, entre outros.

Em contrapartida, a gestão da Unidade vem trabalhando e apresentando bons resultados, dentro da realidade que administram, tanto no que diz respeito a recuperação vegetal, quanto em relação a questões administrativas e burocráticas, pois possuem Conselho Consultivo atuante, parcerias com diversos segmentos da sociedade, projeto direcionado a Educação Ambiental, implementação de sinalização no interior do Parque e na zona de amortecimento, ações de fiscalização e de controle de queimada.

Outros pontos, seriam: o perfil dos visitantes, que são na sua maioria dos municípios de onde está localizada a Unidade (Mesquita e Nova Iguaçu), indicando um movimento e interação daqueles que residem na região onde está localizado o PNMNI; as avaliações da ferramenta do *Google My Business*, que apresentaram alto grau de satisfação, tendo recebido pontuação mais baixas, devido a fatores externos, que não são da esfera de gestão do Parque, como o do acesso principal ocorrer por uma área de risco (bairro da Coréia, Mesquita), ou pela Estrada da Cachoeira não ser asfaltada, entrave que nos períodos de chuva dificulta não somente o acesso de visitantes, como dos trabalhadores e do resgate, devido as ravinas que se abrem.

As constatações aqui apresentadas, podem ajudar no Uso Público do PNMNI, pois reafirmam realidades e necessidades existentes.

Por fim, o terceiro capítulo, trouxe o produto pensado a partir das informações obtidas nos capítulos anteriores desta dissertação, o *Story Map* do PNMNI, que conversa diretamente com o Paradigma das Novas Mobilidades (Sheller e Urry, 2006, 2016 *apud* MORAES, 2017), que considera o aspecto móvel das informações e as novas dinâmicas de reconhecimento dos atrativos turísticos, com a apropriação do Sistemas de Informações Geográficas (SIG), já que foram empregados três aplicativos: o aplicativo UTM Geo Map 3.3.5, para coleta de pontos,

in loco; *Google Earth*, para espacializar alguns dos atrativos; e o *Storymap JS*, desenvolvido pelo *Knight Lab da Northwestern University*, que abrigou o *Story Map do PNMNI*.

Pesquisando e visitando o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, relatando seus atrativos, seu potencial para o Ecoturismo é inerente, no entanto, ainda que seja desejado e aclamado em documentos relacionados as Unidades de Conservação, por ser a modalidade de turismo em que seus adeptos praticariam e reproduziriam ações conscientes e responsáveis ambientalmente, sua execução depende mais uma consciência dos indivíduos, do que do trabalho unilateral realizado pela administração de uma UC, podendo esta contribuir a médio e longo prazo, através de ações educativas.

Por fim, pensar o PNMNI é refletir sobre sua importância ambiental e social, visto que sua criação tem contribuído para a conservação do Bioma de Mata Atlântica, com o trabalho árduo dos funcionários ali alocados; como tem exercido seu papel social, ofertando não somente lazer aos cidadãos, mas local de e para educação ambiental e pesquisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTINA, Eduardo Vicente; AMARAL, Daniel Capaldo. Contexto da parceria como qualificador da gestão de projetos universidade-empresa. *Produção*, v. 20, n. 2, abr./jun. 2010, p. 224-236. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prod/a/y754DK4qg8XD94jV3H8fNjK/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 5 de março de 2023

ALLIS, T. *Em Busca das Mobilidades Turísticas*. *Revista Plural*, v. 23.2, 2016, p. 94-117.

ALLIS, Thiago; MORAES, Camila Maria dos Santos; SHELLER, Mimi. Revisitando as mobilidades turísticas. *Revista Turismo em Análise – RTA*, v. 31, n. 2, maio/ago. 2020, p. 271-295.

Alimentos: auto-suficiência, meta do Rio. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 30-05-1980. Seção Panorama Econômico/80, p. 16 e 17. Disponível em: <<https://glo.bo/3pSgehk>>. Acessado em 15 de junho de 2021.

ALVES, Altair. Governo do RJ lança edital do programa Florestas do Amanhã. *Diário do Rio, Geral*. 30/10/ 2020. Disponível em: <<https://diariodorio.com/governo-do-rj-lanca-edital-do-programa-florestas-do-amanha/>>. Acessado em 10 de junho de 2022.

A natureza se espalha pela Baixada. *O Globo, Jornais de Bairro*, Rio de Janeiro-RJ, 13-06-2016, p. 8.

ARAÚJO, Marcos Paulo Mendes. *Nos Céus da Cidade Perfume: História e Memória dos primeiros anos de vida do Aeroclube de Nova Iguaçu - Décadas de 40 e 50*. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. Ano 3. Número 4, Janeiro/Julho, 2013. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/993/pdf_1>. Acessado em 23 de maio de 2022.

AZEVEDO, Ana Lúcia. *Baixada poderá ter um Parque Florestal*. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 22-12-1990. Seção Baixada, p. 26. Disponível em: <<https://glo.bo/37jL5go>>. Acessado em 15 de junho de 2021.

AZEVEDO, Ana Lúcia. *No verde da Gleba Modesto Leal*. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 2-12-1990. Seção Baixada, p. 16. Disponível em: <<https://glo.bo/36hKZpe>>. Acessado em 18 de junho de 2021.

AZEVEDO, Ana Lúcia; MANSO, Luis Fernando. Mata Atlântica do Rio sob proteção. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 24-3-1991. Seção Baixada, p. 24. Disponível em: <<https://glo.bo/3IdljqM>>. Acessado em 15 de junho de 2021.

Ao Pagar o Título de Sócio Proprietário do Clube de Campo Dom Fellippe. *Jornal Correio da Manhã*, 1963, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=40516>. Acessado em

BARROS, Jorge Antônio. *Posseiros derrubam últimas matas da Serra de Madureira*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5-10-1986. Seção Cidade, p. 20. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=123526>. Acessado em 20 de junho de 2021.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 10 ed. São Paulo: Senac, 2004.

BENI, Mario Carlos. *Turismo e Covid-19: Algumas Reflexões*. Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, 12 (3 - Especial Covid19), 2020, p. 1-23.

BRASIL. *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: Embratur, 1994. Disponível em: <http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf>. Acessado em: 02 de abril de 2022.

BRASIL. *Ecoturismo: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2 ed. Brasília, 2010, 90p. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>>. Acessado em: 02 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília-DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acessado em: 02 de outubro de 2018.

BÜSCHER, Monika; URRY, John; WITCHGER, Katian. *Mobile Methods*. London: Routledge, 2010.

Câmara não apreciou denúncia contra Leone. Jornal O Fluminense, Niterói, 20-3-1986, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=52507>. Acessado em 12 de junho de 2021.

Caso Price-Credende sem solução há 7 anos. Jornal do Brasil, 1976, p. 33. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=146803>. Acessado em 13 de junho de 2021.

CERQUEIRA, Rodrigo; RODRIGUES, Rosana. *Riqueza guardada nas matas da Baixada*. O Globo, Jornais de Bairro, Rio de Janeiro-RJ, 14-01-2001, p. 6.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 4º GBM Nova Iguaçu. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.cbmerj.rj.gov.br/>>. Acessado em 5 de abril de 2022.

Cehab compra a abandona fazendas na Baixada. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 15-2-1987. Seção Grande Rio, p. 20. Disponível em: <<https://glo.bo/3sRrw7v>>. Acessado em 15 de junho de 2021.

Cehab: Presidente agiu a mando de Caó e Brizola. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 25-3-1987. Seção Grande Rio, p. 9. Disponível em: <<https://glo.bo/3IXP68c>>. Acessado em 25 de junho de 2021.

CPI apura escândalo da Cehab após Carnaval. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 25-2-1987. Seção Grande Rio, p. 15. Disponível em: <<https://glo.bo/3pMm2cg>>. Acessado em 25 de junho de 2021.

CPI comprova que Cehab não avaliou fazendas que comprou em Nova Iguaçu. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 1-4-1987. Seção Grande Rio, p. 11. Disponível em: <<https://glo.bo/3J4193R>>. Acessado em 25 de junho de 2021.

CPI da Cehab quer anular transação. O Fluminense, Niterói, 28-5-1985, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=64223>. Acessado em 11 de junho de 2021.

CPI recomenda anular compra das fazendas feita pela Cehab. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28-5-1987, p. 1. Disponível em: <<https://glo.bo/3CyeMpv>>. Acessado em 11 de junho de 2021.

Credende-Price está liquidada para o Banco Central. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7-9-1976. Seção Economia, p. 21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=79199>. Acessado em 15 de junho de 2021.

Destino será a preservação. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30-12-1990. Seção Baixada, p. 25. Disponível em: <<https://glo.bo/3tbAbIB>>. Acessado em 7 de Fevereiro de 2022.

DUARTE, Paula Alves. História ambiental de uma unidade de conservação: o Parque Municipal de Nova Iguaçu - RJ. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/13444>>. Acessado em 23 de outubro de 2022.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo: Perspectiva, 2004.

E as Chuvas Chegaram. Jornal Luta Democrática, 1954, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=74>>. Acessado em 26 de junho de 2021.

Envolvidos no escândalo da Cehab serão processados criminalmente. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28-8-1987. Seção Grande Rio, p. 13. Disponível em: <<https://glo.bo/3hYm3ph>>. Acessado em 5 de junho de 2021.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fórum Regional do Turismo Fluminense - Edição Baixada Verde. Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, transmissão ao vivo, 22 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=651959906131229> Acessado em 25 de março de 2022.

FENNELL, David A. Ecoturismo uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Fraudes da Cehab tem Inquérito em andamento. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1987. Seção Cidade, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=135736>. Acessado em 15 de junho de 2021.

FURTADO, Tatiana. *Natureza Preservada*. O Globo, Baixada, Rio de Janeiro-RJ, 18 de setembro de 2005, p. 13.

GALDO, Rafael. Recantos verdes de uma baixada pouco conhecida. O Globo, Rio, Rio de Janeiro-RJ, 23-6-2019, p. 14.

Habib e Gallo confirmam compra de terras por Caó. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1987. Seção Grande Rio, p. 19. Disponível em: <<https://glo.bo/3tL0CgV>>. Acessado em 26 de junho de 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. *ICMS Ecológico*: Secretaria do Ambiente e Inea divulgam resultado. Instituto Estadual do Ambiente, Rio de Janeiro-RJ, 2021. Disponível em: <Instituto Estadual do Ambiente (inea.rj.gov.br)>. Acessado em 18 de Agosto de 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. *Memória de Cálculo*. Observatório do ICMS Ecológico, Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <<http://icmsecológico.rj.gov.br/memoria-de-calculo>>. Acessado em 05 de dezembro de 2022.

Instituto Histórico pede Gleba M Leal. Jornal O Fluminense, Niterói, 11 de abril de 1973, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=13780>. Acessado em 26 de junho de 2022.

Justiça pode anular transações da Cehab. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1987. Seção Cidade, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=136656>. Acessado em 15 de julho de 2021.

OKADA, Sionara Ioco; SOUZA, Eliane Moreira Sá de. Estratégias de Marketing Digital na Era da Busca. Revista Brasileira de Marketing, Universidade Nove de Julho, São Paulo-SP, Brasil. vol. 10, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 46-72.

Leone refloresta a Serra de Madureira com 74 mil árvores. Jornal A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 21-10-1986, p.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=74029>>. Acessado em 27 de julho de 2021.

LOURENÇO, Fernanda Malheiro. *Compartilhando Conhecimentos*: divulgação das pesquisas científicas sobre o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ. Monografia da Graduação em Licenciatura Plena em Geografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020.

MACHADO, Rubens da Mota. *As transformações nas terras do Morgado de Marapicú*: Um

olhar sobre o caso das disputas na Fazenda do Sapê. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Nova Iguaçu-RJ, 2016.

MARCELLINO, C. N.; FERREIRA, M. P. *Brincar, Jogar, Viver*. Programa Esporte e Lazer da Cidade. Vol. I. Brasília, Brasil: Ministério do Esporte, 2007.

MARTINS, André. *Turismo internacional: conheça as principais portas de entrada de estrangeiros no Brasil*. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-internacional-conheca-as-principais-portas-de-entrada-de-estrangeiros-no-brasil>>. Acessado em 5 de fevereiro de 2023.

MARTINS, Edgar José Silva. *Situação do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu*. Facebook, 21 de abril de 2022. Disponível em: <<https://fb.watch/j9-Te9X970/>>. Acessado em 21 de abril de 2022.

MAZZURANA, Elis Regina. *Mata Atlântica: patrimônio natural, cultural e biológico do Brasil*. Encontros Teológicos, Florianópolis, v.31, nº.3. Set.-Dez. 2016, p. 459-472.

MCCREADIE, Karen. *A Arte da Guerra SUN TZU: uma interpretação em 52 ideias brilhantes*. 1 ed. São Paulo: Globo, 2008.

MELLO, Flávio Augusto Pereira. *Ordenamento da malha de trilhas como subsídio ao zoneamento ecoturístico e manejo da visitação no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro 2021*. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/demanda-turistica/demanda-turistica-domestica/BoletimdoTurismoDomsticoBrasileiro2021__DIVULGAO.pdf>. Acessado em 5 de fevereiro de 2023.

MORAES, Camila Maria dos Santos. *Favelas Ecológicas: passado, presente e futuro da favela turística*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2017.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

Moreira manda apurar caso Caó. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20-5-1987. Seção Cidade, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=139154>. Acessado em 4 de março de 2022.

MOTOKI, Akihisa; PETRAKIS, Giannis Hans; SICHEL, Susanna Eleonora; CARDOSO, Carlos Eduardo; MELO, Rafael Corrêa de; SOARES, Rodrigo; MOTOKI, Kenji Freire. *Origem dos Relevos do Maciço Sienítico do Mendanh, RJ, com Base nas Análises Geomorfológicas e sua Relação com a Hipótese do Vulcão de Nova Iguaçu*. Revista de

Geociências, UNESP, São Paulo-SP. v. 27, n. 1, 2008. p. 97-113. Disponível em: <https://www.revistageociencias.com.br/geociencias-arquivos/27_1/Art%209_Motoki_Color.pdf>. Acessado em 5 de novembro de 2020.

NETO, Paulo Antônio Leone. O caso da “construtora Itatiba”: Prefeito Paulo Leone rasga a máscara de seus acusadores. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17-18 de maio de 1986. Caderno Política, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=23737>. Acessado em 01 de novembro de 2020.

NORTHWESTERN UNIVERSITY. *Mapa de histórias JS: Mapas que contam histórias*. Knight Lab - Northwestern University, Chicago/San Francisco, 2022.

Nova Iguaçu. Departamento de Recursos Minerais – Rio de Janeiro (DRM – RJ). Downloads. Disponível: <www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/65-nova-iguau.html>. Acessado em 21 de abril de 2022.

NOVA IGUAÇU. *Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu*. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da Cidade de Nova Iguaçu, RJ, 2001.

Nova Iguaçu mais verde. O Globo, Baixada, Rio de Janeiro-RJ, 5-5-2012, p. 2.

Nova Iguaçu recebe área verde para reserva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1998. Seção Cidade p. 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=236419>. Acessado em 15 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Flávia Lopes. Diversidade geológico-geomorfológica do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro): bases para o planejamento ambiental no contexto da geoconservação. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. 271 f. Disponível em: <<https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/13224>>. Acessado em: 10 de junho de 2022.

OLIVEIRA, F. L. e COSTA, N. M. C. da. *Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: um peculiar patrimônio geológico-geomorfológico na Baixada Fluminense, RJ*. *Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço* - ISSN 2317-8361 v. 2, n. 2. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/issue/view/834>>. Acessado em: 04 de outubro de 2018.

Operação da Prefeitura de Nova Iguaçu apreende materiais de caça na Serra do Vulcão. Prefeitura de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu-RJ, 03-8-2021. Disponível em: <<https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/2021/08/03/operacao-da-prefeitura-de-nova-iguacu-apreende-materiais-de-caca-na-serra-do-vulcao/>>. Acessado em: 05 de junho de 2022.

OSMAN, Ricardo. *Fazendas Custaram a Cehab sessenta vezes mais*. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 1-3-1987. Seção Grande Rio, p. 15. Disponível em: <<https://glo.bo/3MyE8s1>>. Acessado em 17 de junho de 2021.

OSMAN, Ricardo. *Cehab sabia que as fazendas valiam muito menos*. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 12-4-1987. Seção Grande Rio, p. 23. Disponível em: <<https://glo.bo/3MBxeSH>>. Acessado em 17 de junho de 2021.

O que há por trás da operação imobiliária entre a CEHAB-RJ e a Gleba Modesto Leal? Leone Reafirma seu Propósito de Lutar pela Preservação da Área. Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro, 1986, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&Pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=73549>>. Acessado em 17 de junho de 2021.

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira. *A Educação Ambiental (EA) em tempo de travessias: desenvolvimento, zonas de sacrificio e gestão ambiental pública em Itaguaí/RJ*. 2017. 213 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/14310/1/Tese%20Patricia%20Placido%20PPGMA_Biblioteca.pdf>. Acessado em 9 de setembro de 2022.

Plano Estratégico do Turismo da Baixada Verde é concluído. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Turismo, Rio de Janeiro-RJ, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <turisrio.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=1430>. Acessado em: 05 de junho de 2022.

Plano Verão 2022 começa neste fim de semana no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Prefeitura de Nova Iguaçu, Notícia. 13-01-2022. Disponível em: <<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/2022/01/13/plano-verao-2022-comeca-neste-fim-de-semana-no-parque-natural-municipal-de-nova-iguacu/>>. Acessado em 26 de maio de 2022.

Prefeito fará Parque em área onde a Cehab iria distribuir lotes. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1985. Cidade, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=95223>. Acessado em 17 de junho de 2021.

Prefeitura Retoma Fazendas à Cehab. Jornal do Comércio, 13-3-1987, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_17&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=65885>. Acessado em 15 de agosto de 2021.

PRETTO, Nelson de Luca. *O desafio de educar na era digital: educações*. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Revista Portuguesa de Educação, vol. 24, núm. 1, 2011, p. 95-118.

Projeto de reflorestamento vai plantar 300 mil mudas em Nova Iguaçu. Prefeitura de Nova Iguaçu, Notícia, 6-01-2021. Disponível em: <<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/2021/01/16/projeto-de-reflorestamento-vai-plantar-300-mil-mudas-em-nova-iguacu/>>. Acessado em 06 de junho de 2022.

QUEIROZ, Edileuza Dias de. *Uso Público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - RJ: Trilhando entre Possibilidades e Dificuldades*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. 206 f.

Rampa de voo livre da Serra do Vulcão passa por reformas. O Dia. 13/08/2021. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/nova-iguacu/2021/08/6212203-rampa-de-voo-livre-da-serra-do-vulcao-passa-por-reformas.html>>. Acessado em 29 de maio de 2022.

RICHTER, Monika; FARIAS, Heitor Soares de; SOUZA, Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de (org.). *Unidades de Conservação da Baixada Fluminense: Contribuições para a Consolidação da Baixada Verde*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

RIO TERMINAIS DE PASSAGEIROS. <<http://www.rioterminais.com.br/>>

ROCHA, A. S. *As representações ideais de um território: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado em Geografia. PPGG/IGG/UFRJ: Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Cassio Roberto da. *Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro*. Rio de Janeiro: CPRM, 2008, 264 p.

Schwenk, L. M., & Cruz, C. B. M. *Os processos espaciais como mediadores na transformação do espaço geográfico*. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v.26i.2.1397>.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da Laranja ao Lote: Transformações sociais de Nova Iguaçu*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. 193 f.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; CLARKE, Robin Thomas. *Impacto das Mudanças da Cobertura Vegetal no Escoamento: Revisão*. RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos, volume 2, nº1, Jan/Jun 1997, pág. 135-152. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/233443>>. Acessado em 04 de março de 2022.

TUPINAMBÁ, Miguel; MONLEVADE, Audrey Alves. *Divulgando a Geologia através de roteiros e pontos de interesse geológico: a participação da UERJ no Projeto Caminhos Geológicos*. Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro-RJ, n. 17/18/19, p. 65-70, jan./dez. 2014. Disponível: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/13568/10379>>. Acessado em 21 de abril de 2022.

Turismo com Toque de Aventura. O Globo, Rio de Janeiro-RJ, 20 de setembro de 2014, p. 21.

Turismo na Gleba Modesto Leal. Jornal do Brasil, 1959, p.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=110171>. Acessado em 20 de abril de 2021.

Unesco. *International Network of Geoparks*. 2004. Disponível em: <<http://www.unesco.org/science/earthsciences/geoparks/geoparks.htm>>.

VIVES, Vera de. *Salvou-se Iguaçu*. Jornal O Fluminense, 1985. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=45038>. Acessado em 20 de abril de 2021.

XEREZ, Ayrton. *Um presente para a Baixada*. Jornal O Fluminense, Niterói, 27-11-1997. Seção Opinião, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_13&pesq=%22gleba%20modesto%20leal%22&pagfis=76234>. Acessado em 15 de agosto de 2021.